

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	61
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	162
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	163
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	187.029
Preferenciais	289.633
Total	476.662
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.984
Preferenciais	6.127
Total	9.111

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,59318
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Preferencial		0,81548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	15.909.155	13.762.167
1.01	Ativo Circulante	600.366	1.121.218
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	478.370	425.071
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.395	204.965
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.395	204.965
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	3.395	204.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.486	13.540
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.486	13.540
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.115	477.642
1.01.08.03	Outros	102.115	477.642
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	392.197
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	4.869
1.01.08.03.03	Outros tributos	23	17.795
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	689	131
1.01.08.03.05	Demais ativos	101.403	62.650
1.02	Ativo Não Circulante	15.308.789	12.640.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	445.015	579.574
1.02.01.06	Tributos Diferidos	266.755	436.444
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	266.755	436.444
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	132.026	113.840
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	132.026	113.840
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	46.234	29.290
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	14.631	14.867
1.02.01.09.04	Outros tributos	17.765	0
1.02.01.09.05	Demais ativos	13.838	14.423
1.02.02	Investimentos	14.855.062	12.051.501
1.02.02.01	Participações Societárias	14.855.062	12.051.501
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	14.847.430	12.043.869
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.632	7.632
1.02.03	Imobilizado	7.730	8.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.730	8.617
1.02.04	Intangível	982	1.257
1.02.04.01	Intangíveis	982	1.257
1.02.04.01.02	Sistema de processamento de dados	797	1.072
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	185	185

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	15.909.155	13.762.167
2.01	Passivo Circulante	1.719.847	2.156.678
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	553	409
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	553	409
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.572.022	1.592.453
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.572.022	1.592.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.565.367	1.562.603
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.655	29.850
2.01.05	Outras Obrigações	147.272	563.816
2.01.05.02	Outros	147.272	563.816
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	123.266	508.768
2.01.05.02.04	Outros tributos	3.477	18.078
2.01.05.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	16.528	16.528
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	0	17.061
2.01.05.02.07	Demais obrigações	4.001	3.381
2.02	Passivo Não Circulante	453.350	426.353
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	257.222	231.098
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	257.222	231.098
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	257.222	231.098
2.02.02	Outras Obrigações	195.081	194.798
2.02.02.02	Outros	195.081	194.798
2.02.02.02.03	Programa de refinanciamento fiscal	116.389	117.923
2.02.02.02.04	Demais obrigações	78.692	76.875
2.02.04	Provisões	1.047	457
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.047	457
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	428	428
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	585	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	34	29
2.03	Patrimônio Líquido	13.735.958	11.179.136
2.03.01	Capital Social Realizado	7.254.682	5.448.731
2.03.02	Reservas de Capital	1.319.996	142.840
2.03.02.04	Opções Outorgadas	116.797	112.442
2.03.02.07	Doações e subvenções para investimento	25.083	25.083
2.03.02.08	Ágio na subscrição de ações	1.172.055	0
2.03.02.09	Ágio na alienação de ações	6.061	5.315
2.03.04	Reservas de Lucros	6.458.255	6.456.432
2.03.04.01	Reserva Legal	451.256	451.256
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-350.937	-353.640
2.03.04.10	Reserva de investimentos	6.357.936	6.358.816
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	313.250	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.610.225	-868.867

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	292.721	513.579	443.715	1.306.564
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.466	-43.703	-7.247	-22.362
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.997	55.693	0	3.984
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.471	-8.163	-946	-2.214
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	272.661	509.752	451.908	1.327.156
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	292.721	513.579	443.715	1.306.564
3.06	Resultado Financeiro	-7.734	-37.509	-33.912	-20.756
3.06.01	Receitas Financeiras	101.477	170.073	9.948	87.220
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.211	-207.582	-43.860	-107.976
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	284.987	476.070	409.803	1.285.808
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	100	-162.820	12.790	13.425
3.08.02	Diferido	100	-162.820	12.790	13.425
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	285.087	313.250	422.593	1.299.233
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	285.087	313.250	422.593	1.299.233
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,60974	0,69716	1,10444	3,39598
3.99.01.02	PN	0,60976	0,69896	1,10444	3,39598
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,59698	0,68150	1,07670	3,31074
3.99.02.02	PN	0,60531	0,69373	1,09685	3,37267

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	285.087	313.250	422.593	1.299.233
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-74.973	-237.889	0	0
4.02.01	Registro de resultado abrangente de controlada	-74.973	-237.889	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	210.114	75.361	422.593	1.299.233

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	469.323	-212.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.759	39.077
6.01.01.01	Lucro antes das tributações	476.070	1.285.808
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	170.231	60.625
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.162	1.216
6.01.01.04	Provisões	914	1
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-509.752	-1.327.156
6.01.01.06	Participação de empregados e administradores	782	296
6.01.01.07	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	592	-2.874
6.01.01.08	Atualização monetária do Programa de Refinanciamento fiscal	10.863	10.560
6.01.01.09	Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio	1.914	0
6.01.01.11	Remuneração baseada em ações	594	1.124
6.01.01.12	Prescrição de dividendos	-55.296	-3.984
6.01.01.13	Outros	2.685	13.461
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	152.849	-196.820
6.01.02.01	Tributos	-10.672	-8.424
6.01.02.02	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-53.198	-125.291
6.01.02.03	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	253.002	5.548
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-4.366	-9.834
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	-638	-1.618
6.01.02.06	Provisões	-618	0
6.01.02.07	Outras contas ativas e passivas	-30.661	-57.201
6.01.03	Outros	215.715	-55.106
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-138.135	-55.015
6.01.03.03	IR e CS pagos - Terceiros	-998	-91
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	354.848	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.530	599.308
6.02.01	Créditos entre empresas ligadas - Liberação	-12.181	-145.717
6.02.02	Créditos entre empresas ligadas - recebimento	6.929	747.597
6.02.03	Depósitos e bloqueios judiciais	-744	-3.841
6.02.04	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	466	1.269
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-410.494	-366.959
6.03.01	Captações	2.999.182	3.015.733
6.03.02	Pagto de empréstimos e financ.; debêntures, derivativos e leasing	-3.050.794	-2.207.630
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-12.397	-12.396
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-332.119	-1.162.666
6.03.06	Aumento de capital	2.978.006	0
6.03.07	Aumento dos investimentos em permanente	-2.992.372	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	53.299	19.500
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	425.071	396.222
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	478.370	415.722

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.448.731	142.840	6.456.432	0	-868.867	11.179.136
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.448.731	142.840	6.456.432	0	-868.867	11.179.136
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.805.951	1.172.802	-881	0	0	2.977.872
5.04.01	Aumentos de Capital	1.805.951	1.172.055	0	0	0	2.978.006
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	747	-881	0	0	-134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.250	-237.889	75.361
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.250	0	313.250
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-237.889	-237.889
5.05.02.06	Reserva Reflexa de Hedge Accounting	0	0	0	0	-13.709	-13.709
5.05.02.07	Varição de Reserva de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-224.180	-224.180
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.354	2.704	0	-503.469	-496.411
5.06.04	Reserva de Remuneração Baseada em Ações	0	594	0	0	0	594
5.06.05	Reserva Reflexa de Remuneração Baseada em Ações	0	3.760	0	0	0	3.760
5.06.06	Varição de Participação em Investimentos	0	0	0	0	-503.469	-503.469
5.06.07	Exercício de Opção de Ações	0	0	2.704	0	0	2.704
5.07	Saldos Finais	7.254.682	1.319.996	6.458.255	313.250	-1.610.225	13.735.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.448.731	130.722	6.565.155	0	-861.417	11.283.191
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.448.731	130.722	6.565.155	0	-861.417	11.283.191
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.199.978	0	0	-1.199.978
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.199.978	0	0	-1.199.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.299.233	0	1.299.233
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.299.233	0	1.299.233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9.686	285	0	0	9.971
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9.686	0	0	0	9.686
5.06.04	Exercício de Opções de Ações	0	0	285	0	0	285
5.07	Saldos Finais	5.448.731	140.408	5.365.462	1.299.233	-861.417	11.392.417

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	55.693	3.984
7.01.02	Outras Receitas	55.693	3.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.074	-9.446
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.523	-8.935
7.02.04	Outros	-551	-511
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.619	-5.462
7.04	Retenções	-8.236	-2.009
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.162	-1.216
7.04.02	Outras	-7.074	-793
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização)	-1.208	-1
7.04.02.02	Outras Despesas	-5.866	-792
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.383	-7.471
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	679.825	1.414.376
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	509.752	1.327.156
7.06.02	Receitas Financeiras	170.073	87.220
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	700.208	1.406.905
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	700.208	1.406.905
7.08.01	Pessoal	18.255	12.304
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.903	8.112
7.08.01.02	Benefícios	2.228	1.611
7.08.01.03	F.G.T.S.	705	492
7.08.01.04	Outros	3.419	2.089
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186.588	3.570
7.08.02.01	Federais	186.627	3.583
7.08.02.02	Estaduais	-41	-13
7.08.02.03	Municipais	2	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.115	91.798
7.08.03.01	Juros	180.592	89.994
7.08.03.02	Aluguéis	1.523	1.804
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	313.250	1.299.233
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	313.250	1.299.233

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	77.696.700	75.137.383
1.01	Ativo Circulante	23.188.644	22.172.485
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.743.567	9.052.200
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.723.833	2.147.606
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.723.833	2.147.606
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.723.833	2.147.606
1.01.03	Contas a Receber	5.936.942	5.893.845
1.01.03.01	Clientes	5.936.942	5.893.845
1.01.04	Estoques	163.575	98.212
1.01.06	Tributos a Recuperar	730.141	1.103.642
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	730.141	1.103.642
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.890.586	3.876.980
1.01.08.03	Outros	4.890.586	3.876.980
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	223.913	43.797
1.01.08.03.02	Depósitos e bloqueios judiciais	1.958.908	1.813.162
1.01.08.03.03	Outros tributos	1.297.157	1.072.440
1.01.08.03.04	Demais ativos	1.410.608	947.581
1.02	Ativo Não Circulante	54.508.056	52.964.898
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.867.080	12.961.126
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.877	9.092
1.02.01.01.03	Caixa restrito	67.877	9.092
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.732.412	5.623.381
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.732.412	5.623.381
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.066.791	7.328.653
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	7.850.380	6.453.278
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	256.182	23.097
1.02.01.09.05	Outros tributos	521.163	430.837
1.02.01.09.06	Ativo relacionado aos fundos de pensão	100.635	92.619
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	885.004	0
1.02.01.09.08	Demais ativos	453.427	328.822
1.02.02	Investimentos	65.262	54.692
1.02.02.01	Participações Societárias	65.262	54.692
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	65.262	54.692
1.02.03	Imobilizado	22.903.257	23.349.065
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.967.236	20.654.552
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	4.755	13.539
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.931.266	2.680.974
1.02.04	Intangível	15.672.457	16.600.015
1.02.04.01	Intangíveis	15.598.556	16.489.903
1.02.04.01.02	Licenças regulatórias	14.189.324	15.026.357
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	1.110.979	1.050.183
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	117.741	117.032
1.02.04.01.05	Outros	180.512	296.331
1.02.04.02	Goodwill	73.901	110.112

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	77.696.700	75.137.383
2.01	Passivo Circulante	15.680.148	19.315.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	385.072	567.556
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	385.072	567.556
2.01.02	Fornecedores	3.878.768	4.038.747
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.878.768	4.038.747
2.01.03	Obrigações Fiscais	554.738	732.505
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	554.738	732.505
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	554.738	732.505
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.581.366	7.144.441
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.581.366	7.144.441
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.968.680	5.952.265
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	612.686	1.192.176
2.01.05	Outras Obrigações	4.398.261	5.061.855
2.01.05.02	Outros	4.398.261	5.061.855
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	219.957	1.039.407
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	221.109	566.746
2.01.05.02.05	Outros tributos	1.775.450	1.746.476
2.01.05.02.06	Programa de refinanciamento fiscal	103.067	68.471
2.01.05.02.07	Autorizações e concessões a pagar	382.243	532.310
2.01.05.02.08	Demais obrigações	1.696.435	1.108.445
2.01.06	Provisões	1.881.943	1.770.564
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.881.943	1.770.564
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	170.075	148.540
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	337.354	298.300
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	62.630	77.941
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.311.884	1.245.783
2.02	Passivo Não Circulante	36.834.229	35.848.158
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.107.979	21.991.458
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.107.979	21.991.458
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.638.793	15.367.562
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.469.186	6.623.896
2.02.02	Outras Obrigações	5.138.081	4.849.422
2.02.02.02	Outros	5.138.081	4.849.422
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	208.208	284.180
2.02.02.02.04	Autorizações e concessões a pagar	1.391.282	1.593.847
2.02.02.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	1.087.427	877.831
2.02.02.02.06	Outros tributos	1.698.236	1.514.290
2.02.02.02.07	Demais obrigações	752.928	579.274
2.02.03	Tributos Diferidos	2.880.418	3.331.162
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.880.418	3.331.162
2.02.04	Provisões	5.707.751	5.676.116
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.707.751	5.676.116
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	675.923	763.130
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.574.420	1.526.246
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	545.810	575.365

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.911.598	2.811.375
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.182.323	19.973.557
2.03.01	Capital Social Realizado	7.254.682	5.448.731
2.03.02	Reservas de Capital	1.319.996	142.840
2.03.02.04	Opções Outorgadas	116.797	112.442
2.03.02.07	Doações e subvenções para investimentos	25.083	25.083
2.03.02.08	Ágio na subscrição de ações	1.172.055	0
2.03.02.09	Ágio na alienação de ações	6.061	5.315
2.03.04	Reservas de Lucros	6.458.255	6.456.432
2.03.04.01	Reserva Legal	451.256	451.256
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-350.937	-353.640
2.03.04.10	Reserva de investimentos	6.357.936	6.358.816
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	313.250	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.610.225	-868.867
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	11.446.365	8.794.421

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.939.531	20.949.330	7.345.806	22.181.578
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.108.911	-12.078.407	-4.235.115	-12.650.602
3.03	Resultado Bruto	2.830.620	8.870.923	3.110.691	9.530.976
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.730.683	-6.201.443	-1.861.479	-6.145.804
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.169.379	-3.717.910	-1.212.149	-3.614.909
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-753.385	-2.208.323	-550.455	-1.875.119
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	724.477	1.394.558	347.547	898.015
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-532.396	-1.669.768	-446.422	-1.553.791
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.099.937	2.669.480	1.249.212	3.385.172
3.06	Resultado Financeiro	-592.410	-2.080.718	-524.364	-1.657.887
3.06.01	Receitas Financeiras	758.447	1.707.301	471.438	1.355.388
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.350.857	-3.788.019	-995.802	-3.013.275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	507.527	588.762	724.848	1.727.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.317	-204.204	-186.936	-261.804
3.08.01	Corrente	-227.841	-574.304	-84.618	-490.162
3.08.02	Diferido	146.524	370.100	-102.318	228.358
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	426.210	384.558	537.912	1.465.481
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	426.210	384.558	537.912	1.465.481
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	285.087	313.250	422.593	1.299.233
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	141.123	71.308	115.319	166.248
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,60974	0,69716	1,10444	3,39598
3.99.01.02	PN	0,60976	0,69896	1,10444	3,39598
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,59698	0,68150	1,07670	3,31074
3.99.02.02	PN	0,60531	0,69373	1,09685	3,37267

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	426.210	384.558	537.912	1.465.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-106.368	-337.507	0	0
4.02.02	Varição de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda	-92.166	-318.059	0	0
4.02.03	Reserva reflexa de hedge accounting	-14.202	-19.448	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	319.842	47.051	537.912	1.465.481
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	210.114	75.361	422.593	1.299.233
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	109.728	-28.310	115.319	166.248

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.907.702	6.186.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.728.746	11.064.044
6.01.01.01	Lucro antes das tributações	588.762	1.727.285
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	2.757.372	2.039.401
6.01.01.03	Depreciação e amortização	4.258.797	4.635.402
6.01.01.04	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	662.538	801.673
6.01.01.05	Provisões	741.754	511.264
6.01.01.06	Baixa de ativo permanente	69.204	62.115
6.01.01.07	Provisão de ônus da concessão - ANATEL	91.824	114.788
6.01.01.08	Participação de empregados e administradores	52.825	243.402
6.01.01.09	Ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros	-305.613	205.911
6.01.01.10	Atualização monetária do Programa de Refinanciamento fiscal	147.171	65.769
6.01.01.11	Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio	2.075	0
6.01.01.12	Provisão/Reversão do Programa de Refinanciamento Fiscal	208.504	0
6.01.01.13	Apropriação de despesa antecipada	655.490	672.338
6.01.01.14	Remuneração baseada em ações	5.933	11.236
6.01.01.15	Prescrição de dividendos	-189.023	-34.277
6.01.01.16	Reversão de atualização de depósitos judiciais	198.853	0
6.01.01.17	Outros	-217.720	7.737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.619.925	-1.713.423
6.01.02.01	Contas a receber	-796.699	-868.780
6.01.02.02	Estoques	-62.162	78.019
6.01.02.03	Tributos	-78.833	717.939
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-6.323.423	-5.532.724
6.01.02.05	Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	6.812.001	5.071.664
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-924.534	-725.571
6.01.02.07	Fornecedores	740.464	359.270
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-235.309	-78.337
6.01.02.09	Provisões	-558.201	-687.657
6.01.02.10	Provisão para fundo de pensão	-96.147	-104.518
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	-78.426	57.272
6.01.02.12	Valores a receber	-18.656	0
6.01.03	Outros	-2.201.119	-3.164.171
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-1.736.168	-2.637.114
6.01.03.02	IR e CS pagos - Empresa	-382.848	-326.560
6.01.03.03	IR e CS pagos - Terceiros	-241.764	-200.497
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	159.661	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.696.144	-3.297.907
6.02.01	Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-3.857.234	-2.566.238
6.02.02	Aumento dos investimentos permanentes	-10.603	0
6.02.03	Ativo financeiro disponível para venda	-1.366.910	0
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-2.049.234	-1.394.162

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.02.05	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	529.695	659.413
6.02.06	Recebimento na venda de ativo imobilizado	11.159	3.080
6.02.07	Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	46.983	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.362.517	403.126
6.03.01	Captações líquidas de custo	6.973.781	9.665.142
6.03.02	Pagto de empréstimos e financ.; debêntures, derivativos e leasing	-10.471.191	-7.957.066
6.03.03	Autorizações e concessões	-349.296	-57.301
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-111.483	-82.931
6.03.05	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-633.848	-1.164.718
6.03.06	Aumento de capital	5.954.554	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	117.292	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	691.367	3.291.669
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.052.200	6.205.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.743.567	9.497.197

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.448.731	142.840	6.456.432	0	-868.867	11.179.136	8.794.421	19.973.557
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.448.731	142.840	6.456.432	0	-868.867	11.179.136	8.794.421	19.973.557
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.805.951	1.172.802	-881	0	0	2.977.872	2.214.785	5.192.657
5.04.01	Aumentos de Capital	1.805.951	1.172.055	0	0	0	2.978.006	2.976.548	5.954.554
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	747	-881	0	0	-134	0	-134
5.04.08	Ações Bonificadas a Resgatar	0	0	0	0	0	0	-761.763	-761.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.250	-237.889	75.361	-28.310	47.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.250	0	313.250	71.308	384.558
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-237.889	-237.889	-99.618	-337.507
5.05.02.06	Reserva Reflexa de Hedge Accounting	0	0	0	0	-13.709	-13.709	-5.739	-19.448
5.05.02.07	Varição de Reserva de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-224.180	-224.180	-93.879	-318.059
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.354	2.704	0	-503.469	-496.411	465.469	-30.942
5.06.04	Reserva de Remuneração Baseada em Ações	0	594	0	0	0	594	1.177	1.771
5.06.05	Reserva Reflexa de Remuneração Baseada em Ações	0	3.760	0	0	0	3.760	402	4.162
5.06.06	Varição de Participação em Investimentos	0	0	0	0	-503.469	-503.469	503.469	0
5.06.07	Exercício de Opção de Ações	0	0	2.704	0	0	2.704	0	2.704
5.06.08	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-38.234	-38.234
5.06.09	Outros	0	0	0	0	0	0	-1.345	-1.345
5.07	Saldos Finais	7.254.682	1.319.996	6.458.255	313.250	-1.610.225	13.735.958	11.446.365	25.182.323

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.448.731	130.722	6.565.155	0	-861.417	11.283.191	8.827.327	20.110.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.448.731	130.722	6.565.155	0	-861.417	11.283.191	8.827.327	20.110.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.199.978	0	0	-1.199.978	0	-1.199.978
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.199.978	0	0	-1.199.978	0	-1.199.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.299.233	0	1.299.233	166.248	1.465.481
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.299.233	0	1.299.233	166.248	1.465.481
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9.686	285	0	0	9.971	0	9.971
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9.686	0	0	0	9.686	0	9.686
5.06.04	Exercício de Opção de Ações	0	0	285	0	0	285	0	285
5.07	Saldos Finais	5.448.731	140.408	5.365.462	1.299.233	-861.417	11.392.417	8.993.575	20.385.992

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	29.274.800	30.396.982
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28.542.780	30.300.640
7.01.02	Outras Receitas	1.394.558	898.015
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-662.538	-801.673
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.399.925	-11.113.927
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.662.619	-3.897.844
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.371.719	-6.473.362
7.02.04	Outros	-365.587	-742.721
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.874.875	19.283.055
7.04	Retenções	-5.595.928	-5.688.540
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.258.797	-4.635.402
7.04.02	Outras	-1.337.131	-1.053.138
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-1.020.610	-817.983
7.04.02.02	Outras Despesas	-316.521	-235.155
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.278.947	13.594.515
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.707.301	1.355.388
7.06.02	Receitas Financeiras	1.707.301	1.355.388
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.986.248	14.949.903
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.986.248	14.949.903
7.08.01	Pessoal	1.411.311	1.461.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	825.233	727.793
7.08.01.02	Benefícios	273.661	461.312
7.08.01.03	F.G.T.S.	76.325	64.434
7.08.01.04	Outros	236.092	207.490
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.824.963	8.275.768
7.08.02.01	Federais	1.177.734	1.321.404
7.08.02.02	Estaduais	6.350.323	6.934.271
7.08.02.03	Municipais	296.906	20.093
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.365.416	3.747.625
7.08.03.01	Juros	3.150.562	2.612.101
7.08.03.02	Aluguéis	1.214.854	1.135.524
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	384.558	1.465.481
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	313.250	1.299.233
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	71.308	166.248

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11

**PRÓXIMOS EVENTOS: TELECONFERÊNCIAS****PORTUGUÊS****DATA:** Sexta-feira, 28 de outubro de 2011

10:00 horas (Rio) – 08:00 horas (NY)

ACESSO: Fone: (55 11) 4688-6361**Senha:** Oi**Replay:** (55 11) 4688-6312

Disponível até o dia 05/11/11

Senha: 1791967**WEBCAST:** Clique aqui**INGLÊS****DATA:** Sexta-feira, 28 de outubro de 2011

11h 30 min (Rio) – 9h 30 min (NY)

ACESSO: Fone: 1-877-317-6776 (EUA)

1-412-317-6776 (Brasil / outros países)

Senha: Oi**Replay:** 1-877-344-7529 (EUA)

1 412 317 0088 (Brasil / outros países)

Disponível até o dia 06/11/11

(senha 10004659 #) - clique 1 para

iniciar

WEBCAST: Clique aqui

A apresentação de suporte estará disponível antes do início da teleconferência no site da Oi: <http://www.oi.com.br/ri>

ÍNDICE

1	PRINCIPAIS DESTAQUES DO 3T11	2
2	PRINCIPAIS DESTAQUES DE MERCADO	3
3	PERFORMANCE OPERACIONAL CONSOLIDADA	6
4	RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS	9
5	ENDIVIDAMENTO, INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA	17
6	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	21
7	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Tele Norte Leste Participações

Total de ações (Mil): 467.550

TNLP3: R\$20,60(184.045 mil ações)

TNLP4: R\$17,80 (283.505 mil ações)

TNE: US\$9,53 ADR

Valor de Mercado (Milhões): R\$8.838, US\$4.766

Telemar Norte Leste

Total de ações (Mil): 344.057

TMAR3: R\$56,99 (154.032 mil ações)

TMAR5: R\$38,70 (188.961 mil ações)

TMAR6: R\$39,70 (1.064 mil ações)

Valor de Mercado (Milhões): R\$16.133, US\$8.700

Brasil Telecom

Total de ações (Mil): 589.789

BRT03: R\$12,29 (203.423 mil ações)

BRT04: R\$10,97 (386.366 mil ações)

BTM: US\$17,46 ADR PN / US\$6,40 ADR ON

Valor de Mercado (Milhões): R\$6.738, US\$3.634

Observações: (1) Cotações referentes ao final de setembro de 2011; (2) Total de ações ex-tesouraria; (3) Valor de Mercado calculado com as cotações das ações não ajustadas.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011: Tele Norte Leste Participações S.A. (Bovespa: TNLPA e TNLPA3; NYSE: TNE), Telemar Norte Leste S.A. (Bovespa: TMAR3, TMAR5 e TMAR6) e Brasil Telecom S.A. (Bovespa: BRTO3 e BRTO4; NYSE: BTM e BTMC) divulgam hoje os resultados do 3º trimestre de 2011. **Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Tele Norte Leste Participações e controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2011 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).**

1) PRINCIPAIS DESTAQUES NO 3T11

- Unidades Geradoras de Receita atingiram 67.055 mil
- Usuários de banda larga somaram 4.776 mil e clientes de telefonia móvel totalizaram 42.871 mil.
- O lucro líquido totalizou R\$426 milhões.
- O EBITDA consolidado somou R\$2.467 milhões, com margem de 35,6%.
- A Receita Bruta consolidada totalizou R\$10.925 milhões e a Receita Líquida consolidada acumulou R\$6.940 milhões.

TNL Consolidada	3T10	2T11	3T11	Δ Trim.	Δ Ano
Unidades Geradoras de Receita (Mil)	62.401	65.915	67.055	1,7%	7,5%
Linhas Fixas em Serviço (Mil)	20.410	19.400	19.078	-1,7%	-6,5%
Usuários de Banda Larga (Mil)	4.324	4.642	4.776	2,9%	10,5%
Clientes de Telefonia Móvel (Mil)	37.387	41.540	42.871	3,2%	14,7%
Usuários de TV por assinatura (Mil)	280	334	330	-1,2%	17,9%
Receita Líquida (R\$ Milhões)	7.346	7.077	6.940	-1,9%	-5,5%
EBITDA (R\$ Milhões)	2.795	2.476	2.467	-0,4%	-11,7%
Margem EBITDA (%)	38,1%	35,0%	35,6%	0,6 p.p.	-2,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ Milhões)	538	354	426	20,3%	-20,8%
Dívida Líquida (R\$ Milhões)	19.324	16.207	16.103	-0,6%	-16,7%
Caixa Disponível (R\$ Milhões)	11.957	8.772	11.535	31,5%	-3,5%
CAPEX (R\$ Milhões)	600	1.042	957	-8,2%	59,5%
Dívida Líquida / EBITDA	1,9	1,7	1,7	0,0%	-10,5%

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



2) PRINCIPAIS DESTAQUES DE MERCADO:

Telefonia Fixa - Oi Fixo



Conforme explicado no Press Release do 2T11, a Oi disponibilizou para o mercado, ao longo dos do ano, as ofertas Oi Fixo Mais e Oi Fixo Ilimitado que agregam mais valor ao telefone fixo, ampliando os benefícios associados ao mesmo.

As ofertas contemplavam:

- Franquias de minutos para ligações locais para fixo;
- Franquias de minutos para ligações de longa distância nacional pelos códigos de longa distância da Oi (14 na região II e 31 na região I) para fixo;
- Franquias de minutos para ligações locais para Oi Móvel;
- Serviços digitais: identificador de chamada e chamada em espera.

Visando aumentar o valor percebido do Oi Fixo, no final do terceiro trimestre, a companhia revisou as ofertas com tráfego Fixo-Fixo local on-net ilimitado e as tornou mais competitivas, conforme as ofertas abaixo:

Oi Fale Ilimitado Digital:

- Franquias de minutos ilimitados de ligações locais para Oi fixo;
- Os primeiros 1.000 minutos de ligações locais podem ser usados para fixo de qualquer operadora;
- Serviços digitais: identificador de chamada e chamada em espera.

Oi Fixo Ilimitado Digital com DDD:

- A oferta Oi Fixo Ilimitado Digital com DDD inclui todos os benefícios da oferta Oi Fale Ilimitado Digital mais uma franquia de 5.000 minutos para ligações de longa distância nacional pelos códigos de longa distância da Oi (14 na região II e 31 na região I) para fixo.

A Oi continua oferecendo condições especiais para os clientes que já possuem ou que adquiram o Oi Velox no momento da adesão de uma destas ofertas, com objetivo de aumentar a fidelização de sua base de clientes através de uma maior penetração de serviços Oi nos domicílios. Com o mesmo objetivo, a companhia segue sua estratégia de ofertas convergentes (Oi Conta Total), além de TV Paga. Além disso, a

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



companhia continua a incentivar a adoção de planos alternativos, disponibilizando ofertas para todos os públicos.

Banda Larga – Oi Velox



O 3T11 foi mais um trimestre de crescimento de clientes Oi Velox. A manutenção da estratégia de posicionamento de preço adotada desde Janeiro/11 (Planos a partir de R\$39,90), a inclusão de novos benefícios nas ofertas e melhorias operacionais contribuíram fortemente para o resultado.

Para fortalecer sua posição de fornecedor de banda larga voltado para atender qualquer perfil de cliente, desde aqueles mais preocupados com preço e que desejam ter a sua primeira banda larga, até usuários mais avançados que demandam altas velocidades, a Oi conta com planos a partir de R\$39,90 e portfólio com velocidades de até 20 Mega. A grande novidade para o trimestre foi o modem (em regime de comodato) e provedor gratuitos para qualquer plano.

Em setembro/11, a Oi iniciou parceria com o Governo Federal na implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem como objetivo a disseminação do acesso à banda larga no Brasil. O plano com velocidade de 1 Mega por R\$35 (R\$29,90 em estados com isenção de ICMS) foi lançado inicialmente em 100 municípios, e até dezembro/11 mais 200 cidades serão atendidas. Até 2014, 4.800 cidades estarão cobertas pela Oi no âmbito do PNBL.

Telefonia Móvel – Oi Móvel

Pós-Pago:



No 3T11, a Oi seguiu com sua estratégia de aumentar a atratividade de suas ofertas e reforçar o posicionamento convergente de seus produtos no mercado.

A companhia lançou uma nova campanha no final de julho, próximo ao Dia dos Pais, cujo plano de comunicação incluiu peças em canais de TV, jornais, revistas, rádio, outdoors e websites. Nessa nova campanha, a Oi trouxe novos benefícios para clientes dos planos pós-pago, Oi à Vontade e Oi Conta Total. No Oi Conta Total o cliente passou a ter até 5 horas por dia em ligações locais de telefone fixo ou dos celulares incluídos no plano para celular Oi Móvel. Esse novo benefício é complementar aos outros que o plano já possuía, como ligações locais ilimitadas para fixo de qualquer operadora e ligações ilimitadas entre os celulares do plano. Já no Oi à Vontade, o cliente agora pode ter até 5 horas por dia em ligações DDD para qualquer telefone fixo e para celular da Oi.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Outra novidade foi o lançamento da oferta do Oi Conta Total Light que reúne celular, telefone fixo e banda larga por um preço acessível (R\$129,00) e tem como foco um público com perfil de baixo consumo.

Na campanha vigente entre 30/07 e 17/11, o cliente que portar o seu número para a Oi pode escolher entre diversos modelos de smartphones e parcelar em 12 vezes sem juros no cartão de crédito.

Além dos planos pós-pagos, a Oi lançou o novo portfólio de Oi Dados (Internet para o celular) e Oi Velox 3G (Internet para *tablets* e mini-modem), que permite ao usuário acessar a Internet móvel através de diversas franquias, criadas para atender a todos os públicos interessados em receber e enviar e-mails, atualizar redes sociais, baixar músicas, vídeos e jogos, além de ver filmes por streaming e jogar online. O novo portfólio também conta com outra novidade: clientes não pagam pelo uso excedente de Internet.

Para acessar a Internet no celular, as novas franquias de dados são: 50MB (R\$14,90), 100MB (R\$19,90), 200MB (R\$29,90), 500MB (R\$59,90), 1GB (R\$79,90) e 2GB (R\$99,90). Os planos incluem velocidade de 1Mega e SMS de alerta de consumo.

Os clientes do Oi Velox 3G também terão velocidade de 1Mega e SMS de alerta de consumo. Além disso, franquias para tipos diferentes de perfil: os que fazem uso intenso de Internet no *tablet* ou no notebook, há duas opções de franquias: 2GB, por R\$84,90, e 5GB, por R\$ 119,90. Para os usuários de Internet móvel moderados, a Oi apresenta três novas franquias, oferecendo melhores ofertas para seus clientes: 500MB, por R\$59,90; 250MB, por R\$ 49,90; e 150MB, por R\$ 29,90.

Pré-Pago:



No 3T11, a Oi manteve sua estratégia de concessão de Bônus Diário para ligações locais e longa distância para Oi Móvel e Oi Fixo, envio de SMS para qualquer operadora e acesso à Internet de acordo com o valor de recarga realizada pelo cliente.

Além disso, a companhia lançou Pacotes de torpedos SMS que possibilita o usuário enviar mensagens para qualquer operadora do Brasil com até 64% de desconto, possibilitando aos clientes com baixo perfil de recarga uma comunicação muito mais econômica com seus contatos.

A Oi também fechou parceria comercial com a rede de varejo Magazine Luiza, que possui atuação no Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país, aumentando ainda mais a disponibilidade de seus serviços nessas regiões.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



TV Paga - Oi TV



No 3T11, a Oi manteve o posicionamento adotado no trimestre anterior de entregar ao cliente o melhor conteúdo de filmes *premium* por um preço bastante atrativo. Foram lançadas duas ofertas para os novos clientes assinarem os planos de TV com os canais HBO. No Pacote Principal + HBO/MAX, o cliente pagava R\$49,90 durante seis meses para um total de 53 canais. Para o pacote Principal + HBO/MAX + Canais, o cliente pagava R\$59,90 durante seis meses e tinha mais de 75 canais disponíveis.

Os já assinantes da Oi TV que ainda não tinham assinado os canais HBO puderam fazer o upgrade com desconto de 50% na mensalidade por três meses.

Com essas ofertas, a Oi TV continuou destacando-se como a única operadora do mercado a oferecer filmes *premium* por menos de R\$50,00, continuando a dar oportunidades aos clientes de conhecerem esses canais a um valor acessível.

O Pacote Principal (43 canais) continuou sendo ofertado por R\$ 39,90/mês pelo período de seis meses, o que manteve maior atratividade frente ao mercado. Após esse período, o valor integral de R\$49,90 voltará a ser cobrado.

O serviço DTH encontra-se disponível em 23 estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins) e no Distrito Federal.

Portal da Oi (www.oi.com.br)

Em dois meses, a Minha Oi, nova área de atendimento da Oi na internet (www.oi.com.br), já conta com mais de 1,2 milhão de cadastros realizados, representando mais de 2,4 milhões de UGRs. Desse total, cerca de 60 mil já aderiram ao Conta Online.

Os números positivos são resultados de clientes Oi de todo o Brasil, que agora se relacionam com a companhia de forma mais simples, ágil e moderna, podendo:

- Acessar seus produtos Oi Fixo, Oi Velox e Oi Móvel com uma única senha;
- Visualizar e, se preferir, imprimir suas contas;
- Consultar o código de barras da sua conta para pagamento;
- Analisar detalhadamente seu consumo;
- Consultar o saldo parcial de consumo do seu Oi Móvel;

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



- Aproveitar para se cadastrar no Conta Online e no Débito Automático e não se preocupar mais com o vencimento de sua conta;
- Ativar e desativar serviços dos seus produtos.

A companhia continua investindo na implementação de novas iniciativas de relacionamento e vendas nos canais digitais.

3) PERFORMANCE OPERACIONAL CONSOLIDADA:

As Unidades Geradoras de Receita (UGRs) totalizaram 67,1 milhões ao final de setembro/11, crescimento de 1,7% no 3T11 e 7,5% nos últimos 12 meses. Por mais um trimestre, a expansão deve-se ao aumento do número de clientes de telefonia móvel e banda larga.

O total de UGRs engloba os clientes de telefonia móvel (42,9 milhões), os usuários de banda larga (4,8 milhões), linhas fixas em serviço (19,1 milhões) e os assinantes de TV Paga (330 mil).

Telefonia Fixa – Oi Fixo

Com o objetivo de aumentar a fidelização da sua base de clientes, a Oi vem lançando ao longo do ano ofertas que visam ampliar os benefícios e agregar mais valor ao telefone fixo, conforme descrito na seção de mercado acima. Ao mesmo tempo, continua impulsionando as vendas do seu produto convergente (Oi Conta Total), entregando aos clientes ofertas cada vez mais completas, com produtos triple-play e quadri-play. Ao final do 3T11, a companhia possuía 19.078 milhares de linhas fixas em serviço, das quais 69,0% eram planos alternativos.

Banda Larga – Oi Velox

Ao final de setembro/11, os acessos à Internet em banda larga somaram 4.776 mil, aumento de 134 mil em relação a junho/11 e 452 mil a mais que setembro/10. Representando 25,0% das linhas fixas em serviço, a banda larga continua sendo um produto estratégico para a companhia, especialmente como ferramenta de fidelização dos clientes de telefonia fixa.

A Oi se posiciona como fornecedor de banda larga voltado para atender qualquer perfil de cliente. Para aqueles que estão preocupados com preço e que desejam ter a sua primeira banda larga, entre outras iniciativas, a Oi iniciou em setembro/11 a parceria com o Governo Federal para a implantação do Plano Nacional de Banda Larga. O plano com velocidade de 1 Mega por R\$35 (R\$29,90 em estados com isenção de ICMS) foi lançado inicialmente em 100 municípios, e até dezembro/11 mais 200 cidades serão atendidas. Em relação aos usuários mais avançados que demandam altas velocidades, a companhia continua com foco em elevar as velocidades oferecidas: a velocidade média da banda larga da Oi atingiu 2,33 Mega (2,13 Mega em junho/11 e 1,38 Mega em setembro/10). Além disso, o percentual da base de clientes com velocidades

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



igual ou superior a 5 Mega totalizou 20% (938 mil clientes) em setembro/11 (17% no final de junho/11), dos quais 446 mil (9% da base) possuíam velocidades igual ou superior a 10 Mega (389 mil ao final do 2T11).

Telefonia Móvel – Oi Móvel

Assinantes Telefonia Móvel (Mil)	3T10	2T11	3T11	Δ Trim.	Δ Ano
Ativações	4.810	6.397	6.509	1,8%	35,3%
Desconexões	-4.649	-6.329	-5.178	-18,2%	11,4%
Adições Líquidas	161	68	1.331	1857,4%	726,7%

A base de clientes móveis encerrou o 3T11 com 42.871 mil usuários, tendo crescido 1.331 mil no último trimestre e 5.484 mil nos últimos 12 meses. O aumento da base de telefonia móvel elevou para 63,9% a sua participação nas UGRs da companhia (63,0% no 2T11 e 59,9% no 3T10).

Por mais um trimestre, o número de adições brutas foi expressivo, totalizando 6,5 milhões e apresentando melhor performance que o 2T11 e recorde desde 2008. Neste trimestre, concluímos a implementação da nova política de permanência de clientes inativos na base, iniciada no trimestre passado. A mudança tornou a política mais restritiva, visando a melhoria da rentabilidade do negócio, e impactou parte do *churn* do 3T11, que totalizou 5,2 milhões de desconexões, sendo 86% no segmento pré-pago. Vale destacar que o mês de julho concentrou 41% do total de desconexões do trimestre, enquanto os meses de agosto e setembro foram responsáveis por 33% e 26%, respectivamente. O ARPU da Oi Móvel totalizou R\$22,2 no 3T11, crescimento de 2,8% no trimestre. O crescimento do ARPU e a redução do número de desconexões refletem a melhoria da qualidade da base de clientes ocorrida ao longo do trimestre.

O CAPU somou R\$31 no 3T11. O maior custo de aquisição se refere à taxa Fistel de ativação, decorrente das maiores adições líquidas de usuários neste trimestre.

Sendo responsável por 92% das adições líquidas do trimestre, o segmento pré-pago atingiu 35.657 mil clientes ao final de setembro/11, evolução de 3,5% no 3T11 e 15,2% nos últimos 12 meses. Por mais um trimestre, o crescimento no segmento pré-pago deve-se às ofertas em vigor onde, com recargas a partir de determinados valores, o cliente recebe bônus diário para usar com SMS para qualquer operadora, ligações locais para fixo e Oi Móvel e DDD usando o código de longa distância da Oi para Oi Fixo ou Oi Móvel.

Em setembro/11, 65% dos clientes pré-pagos recarregaram seus telefones, sendo uma das maiores marcas do mercado nesse segmento, evidenciando, mais uma vez, a qualidade da base de clientes da Oi.

A base de pós-pagos encerrou o 3T11 com 4.848 mil usuários, crescimento de 1,3% no trimestre e 6,1% em relação ao 3T10. Vale destacar que em função do sucesso do lançamento do Oi Conta Total Light, as adições líquidas de clientes com o produto convergente da Oi (Oi Conta Total) foram responsáveis por 63% dos 62 mil novos clientes pós-pagos do trimestre. A base de clientes com Oi Controle também evolui (50 mil no 3T11 e 511 mil em relação ao 3T10), totalizando 2.367 mil clientes ao final de setembro/11. Com

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



isso, a base de pós-pago e Oi Controle representava 16,8% da base total de telefonia móvel no final do 3T11.

TV paga - Oi TV

A base de assinantes de TV Paga encerrou o 3T11 com 330 mil clientes, refletindo aumento de 17,9% nos últimos 12 meses. No trimestre, com o objetivo de reformular os pacotes oferecidos com a entrada dos canais Globosat, a companhia preferiu não intensificar os esforços de venda e, assim, a base se manteve praticamente estável. Em outubro, a Oi lançou o seu novo produto no Rio de Janeiro, incluindo os canais da Globosat no pacote e gradativamente esse pacote estará disponível em todos os estados onde a Oi oferece o serviço.

Quadro 1 – Indicadores Operacionais Consolidados

	3T10	2T11	3T11	Δ Trim.	Δ Ano
Telefonia Fixa - Oi Fixo					
(a) Linhas em Serviço (Mil)	20.410	19.400	19.078	-1,7%	-6,5%
Residencial	14.487	13.585	13.277	-2,3%	-8,4%
Comercial	5.088	4.989	5.004	0,3%	-1,7%
TUP	836	825	797	-3,4%	-4,7%
Planos Alternativos (Mil)*	12.927	13.227	13.155	-0,5%	1,8%
% das Linhas em Serviço	63,3%	68,2%	69,0%	0,8 p.p.	5,7 p.p.
ARPU Oi Fixo (R\$)	55,3	51,2	50,1	-2,1%	-9,4%
Banda Larga - Oi Velox					
(b) Usuários Banda Larga (Mil)	4.324	4.642	4.776	2,9%	10,5%
% das Linhas em Serviço	21,0%	23,7%	25,0%	1,3 p.p.	4,0 p.p.
ARPU Banda Larga (R\$)	43,8	39,3	39,1	-0,5%	-10,7%
Telefonia Móvel - Oi Móvel					
(c) Usuários Móveis (Mil)	37.387	41.540	42.871	3,2%	14,7%
Pré - Pago	30.962	34.437	35.657	3,5%	15,2%
Pós - Pago	4.569	4.786	4.848	1,3%	6,1%
Oi Controle	1.856	2.317	2.367	2,2%	27,5%
Oi Conta Total (Mil)**	1.423	1.437	1.477	2,8%	3,8%
Market Share Oi (%) - Brasil	19,5%	19,1%	18,9%	-0,2 p.p.	-0,6 p.p.
% das Adições Líquidas do Brasil	2,5%	1,0%	13,3%	12,3 p.p.	10,8 p.p.
Churn Mensal	4,1%	5,1%	4,1%	-1,0 p.p.	0,0 p.p.
CAPU (R\$) ***	24	26	31	19,2%	29,2%
ARPU Oi Móvel (R\$)	22,9	21,6	22,2	2,8%	-3,1%
TV Paga - Oi TV					
(d) Usuários de TV (Mil)	280	334	330	-1,2%	17,9%
UGR - Unidades Geradoras de Receita (a+b+c+d) (Mil)	62.401	65.915	67.055	1,7%	7,5%

*Planos Alternativos incluem Planos de Minutos, Plano Economia, Digitronco, PABX Virtual e outros.

**Inclui Oi Conta Total na região II

***Inclui subsídio, logística, comissões de venda e Fistel de ativação

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



4) RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS:

4.1) Receita:

A **receita bruta consolidada** somou R\$10.925 milhões no 3T11, 1,6% e 4,5% menor que o 2T11 e 3T10, respectivamente.

A **receita líquida consolidada** totalizou R\$6.940 milhões, redução de 1,9% no trimestre e 5,5% em relação ao 3T10.

Quadro 2 – Composição da Receita Bruta Consolidada

R\$ Milhões	Trimestre					Acumulado do ano			Composição %	
	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ ano	9M10	9M11
Telefonia Fixa	8.378	7.827	7.606	-2,8%	-9,2%	25.623	23.424	-8,6%	74,2%	71,1%
Local (ex - VC1)	3.156	2.885	2.753	-4,6%	-12,8%	9.640	8.628	-10,5%	27,9%	26,2%
Fixo Móvel Local (VC1)	1.001	889	873	-1,8%	-12,8%	3.011	2.651	-12,0%	8,7%	8,1%
Longa Distância FF + SMP	1.062	962	900	-6,4%	-15,3%	3.345	2.883	-13,8%	9,7%	8,8%
Fixo Móvel (VC2/3)	299	254	243	-4,3%	-18,7%	944	756	-19,9%	2,7%	2,3%
Uso da Rede	240	255	226	-11,4%	-5,8%	704	711	1,0%	2,0%	2,2%
Dados	2.190	2.173	2.226	2,4%	1,6%	6.573	6.549	-0,4%	19,0%	19,9%
Telefones Públicos	113	83	53	-36,1%	-53,1%	404	256	-36,6%	1,2%	0,8%
Serviços Adicionais / Voz Avançada	318	327	331	1,2%	4,1%	1.001	990	-1,1%	2,9%	3,0%
Telefonia Móvel	2.835	2.973	3.064	3,1%	8,1%	8.229	8.715	5,9%	23,8%	26,5%
Serviços	2.802	2.936	3.030	3,2%	8,1%	8.075	8.606	6,6%	23,4%	26,1%
Assinatura	673	662	680	2,7%	1,0%	1.929	1.929	0,0%	5,6%	5,9%
Chamadas Originadas	1.060	1.103	1.084	-1,7%	2,3%	3.028	3.184	5,2%	8,8%	9,7%
Roaming	25	28	30	7,1%	20,0%	94	85	-9,6%	0,3%	0,3%
Uso de Rede	648	667	695	4,2%	7,3%	1.890	1.991	5,3%	5,5%	6,0%
Dados / Valor Adicionado	395	477	540	13,2%	36,7%	1.134	1.416	24,9%	3,3%	4,3%
Material de Revenda	33	37	34	-8,1%	3,0%	154	109	-29,2%	0,4%	0,3%
Outros serviços*	223	298	255	-14,4%	14,3%	669	783	17,0%	1,9%	2,4%
Telefonia Fixa - Bruta	8.378	7.827	7.606	-2,8%	-9,2%	25.623	23.424	-8,6%	74,2%	71,1%
Telefonia Móvel - Bruta	2.835	2.973	3.064	3,1%	8,1%	8.229	8.715	5,9%	23,8%	26,5%
Outros serviços - Bruta	223	298	255	-14,4%	14,3%	669	783	17,0%	1,9%	2,4%
Receita Bruta Total	11.436	11.099	10.925	-1,6%	-4,5%	34.521	32.923	-4,6%	100,0%	100,0%
Receita Líquida Total	7.346	7.077	6.940	-1,9%	-5,5%	22.182	20.949	-5,6%	100,0%	100,0%
Telefonia Fixa - Líquida	5.332	4.935	4.830	-2,1%	-9,4%	16.272	14.804	-9,0%	73,4%	70,7%
Telefonia Móvel - Líquida	1.846	1.972	1.944	-1,4%	5,3%	5.400	5.641	4,5%	24,3%	26,9%
Outros serviços - Líquida	168	170	166	-2,4%	-1,2%	510	504	-1,2%	2,3%	2,4%

* Inclui, principalmente, Paggo, Tv Paga, Oi Internet e IG

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Telefonia Fixa:

A receita bruta consolidada de telefonia fixa apresentou queda no comparativo trimestral e anual, totalizando R\$7.606 milhões no 3T11.

Serviço Local:

Fixo-Fixo: A redução das linhas fixas em serviço resultou também em queda de tráfego local, resultando em decréscimo das receitas de serviço local fixo-fixo de 4,6% no trimestre e 12,8% frente ao 3T10.

**Local (ex-VC1)
(assinatura,
tráfego,
habilitação)**

Fixo-Móvel: As receitas do serviço fixo-móvel local apresentaram redução de 1,8% e 12,8% em relação ao 2T11 e 3T10, respectivamente. O decréscimo das linhas em serviço influenciou a performance trimestral e anual.

(VC1)

Serviços de Longa Distância Fixo-fixo + SMP (originada móvel) + VC2 e VC3 (fixo-móvel):

A receita dos serviços de longa distância apresentou queda de 6,0% no trimestre e 16,0% frente ao 3T10, em função do maior número de ofertas agressivas das operadoras de telefonia móvel, nas quais os bônus incluem ligações de longa distância, e do aumento de planos alternativos oferecidos pela Oi, que passou a empacotar ligações de longa distância nas suas ofertas.

Remuneração pelo Uso da Rede Fixa:

Após a eliminação de R\$118 milhões de transações entre as empresas do grupo, a remuneração pelo uso de rede do 3T11 foi R\$29 milhões e R\$14 milhões inferior ao registrado no 2T11 e 3T10, respectivamente. Acordos de termos de quitação com outras operadoras de telecomunicação no 2T11 e 3T10 resultaram em tais performances.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Serviços de Transmissão de Dados:

A receita dos serviços de transmissão de dados totalizou R\$2.226 milhões no 3T11, registrando crescimento de 2,4% no trimestre e 1,6% frente ao 3T10. Tais crescimentos foram resultado do aumento das receitas de EILD, direcionada para o mercado de atacado, e de serviço IP, designados em sua maioria para o mercado corporativo e de empresas. Tais receitas mais do que compensaram a queda da receita do Velox, que apresentou redução devido a maior agressividade das ofertas da Oi, que refletiu no aumento da base de clientes, porém resultou em queda do ARPU.

Telefonia Móvel:

A receita bruta de telefonia móvel totalizou R\$3.064 milhões no 3T11, apresentando crescimento de 3,1% no trimestre e 8,1% frente ao 3T10. Os aumentos no trimestre e no ano ocorreram, principalmente, pelas maiores receitas de uso de rede e dados / valor adicionado, em função do aumento da base.

Assinatura:

A receita de assinatura somou R\$680 milhões, refletindo crescimento de 2,7% e 1,0% no comparativo trimestral e anual, respectivamente, mais uma vez em função do aumento da base de clientes pós-pago. A performance em relação ao 3T10 está influenciada pelo aumento expressivo do número de chips 2G na base de pós-pago, especialmente para máquinas de cartão de crédito, que não geram receita de assinatura e sim receita de dados / valor adicionado.

Chamadas Originadas:

No 3T11, as receitas de chamadas originadas tiveram redução de 1,7% no trimestre e crescimento de 2,3% frente ao 3T10 totalizando R\$1.084 milhões. A performance anual é resultado do aumento da base média de clientes, especialmente no segmento pré-pago. O comparativo trimestral está impactado pelo reconhecimento de aproximadamente R\$70 milhões de créditos expirados ocorrido no 2T11.

Uso de rede:

A receita de uso da rede móvel acumulou R\$695 milhões no trimestre, resultando em crescimento de 4,2% em relação ao 2T11 e 7,3% frente ao 3T10. O crescimento trimestral e anual ocorreu em função do aumento do volume de tráfego proveniente das operadoras móveis, que passaram a incluir serviços de SMS em seus pacotes.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Dados / valor adicionado:

A receita dos serviços de dados/valor adicionado evoluiu 13,2% no trimestre e 36,7% no comparativo anual, somando R\$540 milhões. O crescimento contínuo dessa receita é explicado pelo aumento do uso de serviços 3G e SMS, em função das ofertas lançadas ao longo do ano. Com uma relevância cada vez maior, a receita de serviço de dados / valor adicionado representava 17,8% do total da receita com serviço móvel no 3T11 (16,2% no 2T11 e 14,1% no 3T10).

4.2) Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4.472 milhões no 3T11, redução de 2,8% no trimestre e 1,7% quando comparado ao 3T10.

Tais performances são reflexos dos ganhos com eficiência acima da inflação e menor PDD. Além disso, nesse trimestre, a Oi obteve R\$102 milhões de receitas de dividendos prescritos classificadas como Outras Despesas (Receitas) Operacionais.

Quadro 3 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

Item - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
Interconexão	1.216	1.146	1.163	1,5%	-4,4%	3.778	3.494	-7,5%
Pessoal	402	465	459	-1,3%	14,2%	1.197	1.347	12,5%
Materiais	59	31	58	87,1%	-1,7%	195	127	-34,9%
Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV)*	12	60	48	-20,0%	300,0%	105	148	41,0%
Serviços de Terceiros	1.762	1.848	1.861	0,7%	5,6%	5.176	5.435	5,0%
Publicidade e Propaganda	132	160	99	-38,1%	-25,0%	374	398	6,4%
Aluguéis e Seguros	386	392	426	8,7%	10,4%	1.136	1.215	7,0%
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos	250	227	163	-28,2%	-34,8%	802	663	-17,3%
Outras Desp. (Rec.) Operac.	332	271	195	-28,0%	-41,3%	1.398	1.194	-14,6%
TOTAL	4.551	4.601	4.472	-2,8%	-1,7%	14.161	14.021	-1,0%

*Outros: *sim card*, *mini modem*, equipamentos de transmissão de TV e acessórios para celular.

Interconexão:

Os custos de interconexão somaram R\$1.163 milhões no 3T11, apresentando aumento de 1,5% no trimestre e redução de 4,4% quando comparado ao 3T10. A performance trimestral foi influenciada, principalmente, pelo aumento no volume de tráfego *sainte* para outras operadoras móveis, enquanto a performance anual deve-se ao maior volume de tráfego realizado dentro das redes Oi (*on-net*), além de termos de quitação ocorrido em função de acordos com outras operadoras no 3T10.

Pessoal:

No 3T11, a despesa com pessoal totalizou R\$459 milhões, estável em relação ao 2T11 e 14,2% maior que o 3T10. O comparativo anual foi influenciado pelo reajuste salarial ocorrido em dezembro/10 e pelo aumento no quadro de colaboradores na empresa de call center da BRT (BRT CC).

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV):

Os custos de aparelhos SMP e outros (CMV) totalizaram R\$48 milhões no 3T11, refletindo redução de 20% no trimestre e crescimento de 300% no comparativo anual. A queda no trimestre deveu-se aos menores custos de aparelho e equipamentos de transmissão de TV (*DTH*), enquanto que a performance anual decorreu do maior número de ativações (chips vendidos), principalmente no segmento pré-pago, aliado ao aumento do custo médio unitário dos aparelhos.

Serviços de Terceiros:

Tanto no comparativo trimestral quanto no anual, as despesas com serviços de terceiros ficaram estáveis, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Serviço de Terceiros - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
Manutenção da Planta (CSP)	533	502	513	2,2%	-3,8%	1.577	1.475	-6,5%
Comissões e Vendas (DCOM)	297	360	358	-0,6%	20,5%	901	1.049	16,4%
Postagem e Cobrança (DCOM)	173	141	133	-5,7%	-23,1%	457	415	-9,2%
Energia Elétrica (CSP/DGA)	139	145	147	1,4%	5,8%	423	429	1,4%
Processamento de Dados (CSP/DGA)	116	103	125	21,4%	7,8%	360	362	0,6%
Operação de Call Center (DCOM)	188	211	217	2,8%	15,4%	550	618	12,4%
Consultorias e Assessorias Jurídicas (CSP/DGA)	137	184	149	-19,0%	8,8%	364	475	30,5%
Serviços de Impressão e Clearing (DCOM)	20	22	19	-13,6%	-5,0%	72	60	-16,7%
Outros	159	180	201	11,7%	26,4%	471	552	17,2%
Total	1.762	1.848	1.861	0,7%	5,6%	5.176	5.435	5,0%

Publicidade e Propaganda:

As despesas com publicidade e propaganda diminuíram 38,1% no trimestre e 25,0% em relação ao 3T10, atingindo R\$99 milhões no 3T11. As reduções foram oriundas dos maiores gastos com veiculação de TV incorridos no 2T11 e dos maiores gastos com pesquisas de mercado e campanhas realizadas no 3T10.

Provisões para Devedores Duvidosos - PDD:

A provisão para devedores duvidosos (PDD) totalizou R\$163 milhões no 3T11, redução de 28,2% em relação ao trimestre anterior e de 34,8% em relação ao 3T10. A melhora da eficiência de cobrança, principalmente no serviço de telefonia fixa do segmento Governo, influenciou a queda da inadimplência tanto no comparativo trimestral quanto no anual. A PDD representou 1,5% da receita bruta no 3T11 (2,2% no 3T10).

Outras Despesas (Receitas) Operacionais:

As outras despesas operacionais do 3T11 foram R\$76 milhões e R\$137 milhões menores do que as do 2T11 e 3T10, respectivamente, somando R\$195 milhões.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



O comparativo em relação ao 3T10 foi impactado por R\$115 milhões a menos de provisões para participação dos empregados no resultado no 3T11 e R\$75 milhões a mais de receitas de dividendos prescritos registradas no 3T11. Além disso, no 3T11, a companhia provisionou maiores contingências compensadas pelo benefício superavitário dos fundos de pensão.

4.3) Demais Itens do Resultado Consolidado:

EBITDA (LAJIDA):

Quadro 4 – EBITDA e Margem EBITDA

TNL Consolidado	3T10	2T11	3T11	Δ tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
EBITDA (R\$ MM)	2.795	2.476	2.467	-0,4%	-11,7%	8.021	6.928	-13,6%
Margem EBITDA (%)	38,1%	35,0%	35,6%	0,6 p.p.	-2,5 p.p.	36,2%	33,1%	-3,1 p.p.
TMAR Consolidado	3T10	2T11	3T11	Δ tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
EBITDA (R\$ MM)	2.805	2.481	2.447	-1,4%	-12,8%	8.048	6.923	-14,0%
Margem EBITDA (%)	38,3%	35,1%	35,3%	0,2 p.p.	-3,0 p.p.	36,4%	33,0%	-3,4 p.p.
BRTO Consolidado	3T10	2T11	3T11	Δ tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
EBITDA (R\$ MM)	1.037	799	624	-21,9%	-39,8%	2.687	2.088	-22,3%
Margem EBITDA (%)	40,7%	33,9%	27,4%	-6,5 p.p.	-13,3 p.p.	34,6%	29,8%	-4,8 p.p.

O EBITDA consolidado totalizou R\$2.467 milhões no 3T11, com margem de 35,6%, apresentando estabilidade frente ao 2T11 e redução de 11,7% em relação ao 3T10. No comparativo anual, o decréscimo no EBITDA é reflexo da menor receita líquida de telefonia fixa não compensada na sua totalidade pelo acréscimo da receita de telefonia móvel e banda larga fixa.

Resultado Financeiro:

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$592 milhões, R\$332 milhões e R\$68 milhões superior ao 2T11 e 3T10, respectivamente. Tais performances foram resultado, basicamente, da desvalorização do Real frente a outras moedas (Dólar, Euro e Yen), que impactou a parcela da dívida não *hedged* (média do período por volta de 3,5% do total da dívida bruta). Vale destacar que a comparação trimestral também está impactada pela receita de dividendos proveniente das ações da Portugal Telecom, recebida no 2T11, no valor de R\$187 milhões.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Quadro 5 – Resultado Financeiro

R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Receitas Financeiras Consolidadas	471	605	758	1.355	1.707
Juros s/ Aplicações financeiras	270	256	274	647	751
Outras Receitas financeiras	201	349	484	709	957
Despesas Financeiras Consolidadas	(996)	(865)	(1.351)	(3.013)	(3.788)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(721)	(524)	(576)	(1.963)	(1.705)
Resultado Cambial s/ Emprést. e Financ.	65	(27)	(510)	(108)	(687)
Outras Despesas Financeiras	(340)	(314)	(265)	(942)	(1.396)
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	(524)	(260)	(592)	(1.658)	(2.081)

* Já líquido do resultado de hedge cambial

Depreciação/Amortização:

A despesa consolidada de depreciação e amortização totalizou R\$1.367 milhões no 3T11, apresentando redução de 4,7% e 11,6% em relação ao 2T11 e 3T10, respectivamente. A performance trimestral e anual foi reflexo da redução das despesas de depreciação e amortização da telefonia fixa devido ao aumento na quantidade de bens totalmente depreciados no 3T11.

Quadro 6 – Depreciações e Amortizações

R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
Telefonia Fixa / Holding	1.269	1.153	1.069	-7,3%	-15,8%	3.833	3.384	-11,7%
Telefonia Móvel	277	282	299	6,0%	7,9%	802	875	9,1%
Total	1.546	1.435	1.367	-4,7%	-11,6%	4.635	4.259	-8,1%

Resultado Líquido:

A companhia registrou lucro líquido de R\$426 milhões no 3T11, R\$72 milhões maior que o 2T11 e R\$112 milhões inferior ao 3T10. A queda anual deve-se ao menor EBITDA aliado à maior despesa financeira.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Quadro 7 – Lucro Líquido

TNL Consolidado	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ MM)	538	354	426	1.465	385
Margem Líquida	7,3%	5,0%	6,1%	6,6%	1,8%
Lucro atribuído aos controladores (R\$ MM)	423	198	285	1.299	313
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	1,104	0,423	0,610	3,396	0,670
TMAR Consolidado	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ MM)	574	537	414	1.518	582
Margem Líquida	7,8%	7,6%	6,0%	6,9%	2,8%
Lucro atribuído aos controladores (R\$ MM)	560	545	387	1.649	728
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	2,346	1,584	1,124	6,911	2,116
BrTO Consolidado	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ MM)	541	374	398	1.266	865
Margem Líquida	21,2%	15,9%	17,4%	16,3%	12,3%
Lucro atribuído aos controladores (R\$ MM)	541	374	398	1.266	865
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	0,917	0,634	0,675	2,147	1,467

Lucro Líquido atribuído aos acionistas não controladores

Como consequência da adoção do IFRS e pela aplicação do CPC 15 (Combinação de Negócios), na aquisição do controle da BRT foi apurado o valor justo dos ativos e passivos da BRT, o que aumentou os valores desses, ocasionando um incremento das despesas de depreciação líquida de impostos. Tais efeitos contábeis não afetam as demonstrações financeiras da BRT, todavia são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da TMAR e da TNL.

Com isto, apesar da BRT apresentar um lucro líquido de R\$398 milhões no 3T11, para fins do cálculo do resultado atribuído aos acionistas não controladores, é devido considerar um incremento nas despesas de - R\$348 milhões, proveniente da Combinação de Negócios mencionada acima (despesas de depreciação, líquida de impostos), totalizando um lucro líquido de R\$50 milhões, dos quais R\$25 milhões (51%) são pertencentes aos não controladores.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 3T11



R\$ Milhões	2T11		3T11	
	Resultado Líquido das Controladas	Resultado Líquido das controladas atribuído aos minoritários	Resultado Líquido das Controladas	Resultado Líquido das controladas atribuído aos minoritários
Controladas				
BRTO Consolidada				
Resultado líquido a valor justo	-27	-14	50	25
Resultado líquido contábil	374	190	398	202
Ajuste a valor justo	-401	-203	-348	-177
TMAR				
Resultado líquido contábil	545	164	387	114
Demais Controladas				
Resultado líquido contábil		5		2
Resultado Líquido atribuído aos minoritários	156		141	

5) ENDIVIDAMENTO, INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA:

5.1) Endividamento:

A dívida bruta consolidada totalizou R\$27.639 milhões no 3T11, um aumento de 10,6% ou R\$2.660 milhões em relação ao trimestre anterior. A elevação é justificada principalmente pelas captações realizadas no trimestre, a saber: desembolso (i) da linha do BNDES (R\$600 milhões), (ii) do China Development Bank (US\$380 milhões), (iii) das Debêntures emitidas pela Brasil Telecom S.A. (R\$1.000 milhões) e (iv) da emissão de um BOND em reais no mercado internacional (R\$1.100 milhões); além do impacto da variação cambial da dívida em moeda estrangeira. Vale ressaltar que dentre as amortizações e vencimentos no trimestre, teve destaque o pré-pagamento da dívida com o Banco do Japão JBIC no valor de US\$415 milhões.

A dívida líquida consolidada encerrou o trimestre em R\$16.103 milhões, uma redução de 0,6% em relação a junho/11, representando 1,7 x o EBITDA nos últimos 12 meses.

A dívida em moeda estrangeira representava 32,9% do total da dívida ao final do trimestre. No entanto, em função das operações de proteção cambial contratadas e do caixa mantido em moeda estrangeira (hedge natural), apenas o equivalente a R\$561 milhões (US\$303 milhões) ou 2,0% da dívida bruta representava alguma exposição às flutuações cambiais para a companhia. O fluxo de pagamentos dessas dívidas até novembro/13 está totalmente coberto.

O custo efetivo da dívida acumulado em 2011 foi de 95,1% do CDI, uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior (101,9% do CDI). Vale destacar que a companhia continua com o esforço de alongar o prazo médio da dívida, que ao final de setembro/11 estava em 4,5 anos.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Quadro 8 - Endividamento - TNL Consolidado

R\$ Milhões	set/10	jun/11	set/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	8.479	5.087	4.579	16,6%
Longo Prazo	22.802	19.892	23.060	83,4%
Dívida Total	31.281	24.979	27.639	100,0%
Em moeda nacional	24.076	16.121	18.607	67,3%
Em moeda estrangeira	6.623	7.821	9.082	32,9%
Swap	582	1.037	-51	-0,2%
(-) Caixa	-11.957	-8.772	-11.535	-41,7%
(=) Dívida Líquida	19.324	16.207	16.103	58,3%

Quadro 9 - Endividamento - TMAR Consolidado

R\$ Milhões	set/10	jun/11	set/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	6.905	3.570	3.007	11,6%
Longo Prazo	22.576	19.802	22.934	88,4%
Dívida Total	29.481	23.372	25.941	100,0%
Em moeda nacional	22.556	14.725	17.174	66,2%
Em moeda estrangeira	6.355	7.610	8.818	34,0%
Swap	570	1.037	-51	-0,2%
(-) Caixa	-11.397	-8.357	-11.048	-42,6%
(=) Dívida Líquida	18.084	15.015	14.893	57,4%

Quadro 10 - Endividamento - BRT Consolidado

R\$ Milhões	set/10	jun/11	set/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	1.197	1.039	1.094	19,1%
Longo Prazo	3.244	2.685	4.633	80,9%
Dívida Total	4.441	3.724	5.727	100,0%
Em moeda nacional	3.972	3.723	5.687	99,3%
Em moeda estrangeira	400	2	1	0,0%
Swap	69	0	39	0,7%
(-) Caixa	-5.470	-4.663	-6.863	-119,8%
(=) Dívida Líquida	-1.029	-939	-1.137	-19,8%

Obs: Inclui debêntures privadas adquiridas da TMAR

O cronograma de vencimentos da dívida bruta consolidada está distribuído conforme evidenciado no quadro a seguir:

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Quadro 11- Cronograma de Amortização da Dívida Bruta Consolidada

(R\$ milhões)	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Amortização da Dívida Bruta	1.225	4.001	3.356	3.546	2.119	13.391	27.639
Amortização da Dívida em Reais	742	3.602	2.539	2.926	1.447	7.352	18.607
Amortização da Dívida em moeda estrangeira + swap	483	399	817	620	672	6.040	9.031

Quadro 12 – Principais Credores

Dívida Bruta	Moeda Contratual	Saldo Devedor (R\$ milhões)
Bancos de desenvolvimento nacionais		6.716
BNDES	R\$	6.113
outros	R\$	604
Bancos de desenvolvimento internacionais e Agências de fomento à exportação		3.608
Ásia	US\$	1.585
Europa/EUA	US\$	2.023
Bancos Comerciais		4.865
Em moeda nacional	R\$	4.865
Mercado de Capitais		13.087
Debêntures	R\$	6.061
Bonds	US\$ / € / R\$	7.026
Dívida antes de hedge e custo de captação		28.277
Hedge		-51
Custo de Captação		-587
TOTAL DA DÍVIDA		27.639

5.2) Investimentos:

Os investimentos consolidados totalizaram R\$957 milhões no 3T11. Os investimentos no segmento de telefonia fixa, que representam aproximadamente 75% dos investimentos consolidados, foram realizados com maior relevância em projetos de expansão e qualidade da infraestrutura de banda larga, bem como no aumento da velocidade de conexão das ofertas Velox. Atualmente, mais de 20% do *backbone* da companhia está preparado para oferecer mais de 5 Mega de velocidade.

Na telefonia móvel, a alocação de investimentos está focada na ampliação da cobertura nacional, visando atender o crescimento da base de usuários, e no aumento da capacidade de tráfego de dados (3G), principalmente no interior do Estado de São Paulo e Sul do Brasil.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Quadro 13 - Investimentos

R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
Telefonia Fixa	398	769	715	-7,0%	79,6%	915	2.121	131,8%
Manutenção, qualidade e obrigações	136	329	329	0,0%	141,9%	316	895	183,2%
Dados / Sist. de Comunic. / Outros	262	440	386	-12,3%	47,3%	599	1.226	104,7%
Telefonia Móvel	202	273	242	-11,4%	19,8%	503	707	40,6%
Expansão e Qualidade	202	273	242	-11,4%	19,8%	503	707	40,6%
TOTAL	600	1.042	957	-8,2%	59,5%	1.418	2.827	99,4%

5.3) Fluxo de caixa Consolidado:

O fluxo de caixa livre do 3T11 foi de R\$1.462 milhões, R\$616 milhões inferior ao 3T10. Os principais fatores que influenciaram essa performance foram: menor EBITDA, devido à menor receita líquida do período e maiores desembolsos de capex.

Quadro 14 – Fluxo de Caixa: Demonstração do Fluxo de Caixa

R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
EBITDA	2.795	2.476	2.467	8.021	6.928
Capex	785	1.634	1.140	2.566	3.857
EBITDA - Capex	2.010	841	1.327	5.454	3.071
Itens não monetários (provisões) ¹	935	886	921	3.043	2.800
Capital de giro ²	484	-245	-209	-1.223	-1.086
Fluxo de caixa operacional	3.429	1.482	2.039	7.275	4.786
Provisão	-390	-278	-158	-688	-558
Encargos Financeiros Pagos	-832	-1.148	-147	-2.637	-1.736
Imposto de Renda	-98	-98	-137	-327	-383
Autorizações e concessões	-31	-195	-135	-57	-349
Fluxo de caixa livre	2.078	-238	1.462	3.566	1.759

1) Inclui apropriação de despesa antecipada, provisão ônus da concessão - Anatel, participação dos empregados e administradores, prescrição de dividendos / JCP, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões, provisão para fundos de pensão, baixa de ativo permanente, remuneração baseada em ações, atualização monetária de dividendos/JCP, provisão/reversão programa de Refinanciamento Fiscal, outros e diferença do resultado financeiro líquido do DRE e do DFC.

2) Inclui contas a receber, aplicações financeiras mantidas para negociação, resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação, tributos, despesas antecipadas, estoques, fornecedores, salários, encargos e benefícios sociais, provisões para fundos de pensão, outras contas ativas e passivas, imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros, Caixa líquida recebido na venda de participações societárias, recebimento na venda de ativo imobilizado e dividendos e JCP's recebidos.

EM TEMPO:

1) As principais tabelas divulgadas no *Press Release* em formato Excel, estarão disponíveis no *website* da companhia (www.oi.com.br/ri), na seção "Sobre a Empresa / A companhia em números".

2) As definições de termos utilizados no *Press Release* também estão disponíveis no glossário do *website* da companhia:

http://www.mzweb.com.br/oi/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=30461&conta=28&img=30459

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



6) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

6.1) Reorganização Societária do grupo oi

a) Aprovação da operação pelos conselhos de administração

Em 26/08/2011, os Conselhos de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Coari Participações S.A. ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("BRT") aprovaram os termos e condições da proposta de reorganização societária, a qual será realizada através, principalmente, das seguintes operações: (i) bonificação de ações preferenciais resgatáveis aos acionistas de BRT a serem criadas e imediato resgate dessas ações; (ii) cisão da TMAR e incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari; (iii) incorporação da Coari pela BRT; (iv) incorporação da TNL pela BRT.

As relações de troca aplicáveis às operações foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da TNL, TMAR e BRT observando as recomendações dos Comitês Especiais Independentes de cada companhia. Adicionalmente, os Conselhos de Administração aprovaram a proporção entre as ações BRTO3 e BRTO4 a que farão jus os titulares de ações TNLP4, TMAR5 e TMAR6. Portanto, as relações de substituição são as seguintes:

Ação original	Ações em substituição
1 TNLP3	2,3122 BRTO3
1 TNLP4	0,1879 BRTO3 + 1,9262 BRTO4
1 TMAR3	5,1149 BRTO3
1 TMAR5	0,3904 BRTO3 + 4,0034 BRTO4
1 TMAR6	0,3904 BRTO3 + 4,0034 BRTO4

Como etapa preparatória às incorporações da Coari e da TNL, foi aprovada pelos Conselhos de Administração da TNL, da TMAR e da Coari a proposta de cisão parcial da TMAR com incorporação da parcela cindida pela Coari ("Cisão Parcial"), que tem por objetivo proporcionar uma melhor distribuição do patrimônio contábil entre a BRT, que incorporará a Coari, e a TMAR, a qual se tornará uma subsidiária integral da BRT, tendo em vista que ambas as companhias são concessionárias de serviço público do STFC, estando sujeita à regulação da Anatel. A Cisão Parcial será realizada em conjunto com a incorporação de ações da TMAR pela Coari e não implicará em qualquer impacto nas relações de troca negociadas e recomendadas pelos Comitês Especiais Independentes e aprovadas pelos Conselhos de Administração da TNL, TMAR e BRT, uma vez que as relações de troca foram baseadas nas cotações em bolsa das ações da TNL, TMAR e BRT.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



As operações serão submetidas à aprovação pelas assembleias gerais de acionistas da TNL, TMAR, BRT e Coari, a serem convocadas oportunamente, após a concessão da eficácia do registro aplicável pela SEC, relativo à emissão de ações da BRT na incorporação da TNL pela BRT.

Para mais detalhes da operação, consulte Fato Relevante divulgado no dia 26/agosto em:

http://v3.oi.infoinvest.com.br/ptb/8116/2011.08.29_FATO_RELEVANTE_APROVA%C7%C3O_REORGANIZA%C7%C3O_SOCIET%C1RIA_PELoS_CAS.pdf

B) contratação de empresa independente para elaborar a análise econômico-financeira da TNL

Em reunião do Conselho de Administração da TNL, realizada em 15/09/2011, foi aprovada a contratação do Banco Barclays S.A. para preparar a análise econômico-financeira exigida pelo art. 41 do Estatuto Social da Companhia, de modo a confirmar estar sendo dado tratamento equitativo a todas as companhias envolvidas na Reorganização Societária.

C) escolha da empresa especializada responsável pela preparação da avaliação econômica das ações da TMAR

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da TMAR, ocorrida em 14/09/2011 aprovou a escolha, dentre aquelas indicadas em lista tríplice submetida pelo Conselho de Administração, do CitiGroup Global Markets Inc., como empresa especializada responsável pela preparação da avaliação econômica das ações da Companhia para fins de determinação do valor do direito de retirada.

No entanto, após a escolha realizada na AGE e na data da entrega do laudo contratado, o CitiGroup informou à companhia que não poderia preparar um laudo que atendesse todas as exigências previstas no artigo 8º combinado com artigo 45 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), , para efeitos de direito de retirada e ao escopo do mandato submetido a AGE, mas um relatório de avaliação apresentado ao Conselho de Administração (Fairness Opinion) e disponível no sistema IPE da CVM.

Por esse motivo, em 17/10/2011, a companhia viu-se obrigada a convocar uma nova AGE a ser realizada em 03/11/2011 para deliberar sobre nova escolha, entre empresas especializadas indicadas pelo Conselho de Administração em lista tríplice, daquela que preparará a avaliação econômica das ações da TMAR para fins de determinação do valor do direito de retirada. . As empresas que compõem a lista tríplice são: (i) Banco Santander (Brasil) S.A.; (ii) Banco BNP Paribas Brasil S.A.; (iii) e Banco Fator S.A..

D) Arquivamento dos protocolos e justificação de incorporação

Em 26/08/2011, foram disponibilizados no site da CVM e no de RI os seguintes documentos:

- (i) Protocolo e Justificação de cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, e incorporação de ações da TMAR pela Coari;
- (ii) Protocolo e Justificação de incorporação da Coari pela BRT;
- (iii) Protocolo e Justificação de incorporação da TNL pela BRT

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



E) arquivamento do f-4 na sec

Em 01/09/2011, foi arquivado na Securities Exchange Commission (SEC) o F-4, formulário exigido pela SEC para registrar as novas ADRs da Brasil Telecom que serão emitidas em conexão com o processo de reorganização societária. O relatório descreve os detalhes das incorporações (relações de troca, termos, atos societários, direito de recesso, laudos de avaliação, etc.), acontecimentos recentes como mudanças na administração e assuntos regulatórios, os aspectos financeiros (resultado pro-forma), assim como os direitos do acionista sobre a nova empresa. A companhia está aguardando a avaliação da SEC sobre o documento para convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias que irão deliberar sobre a reorganização societária. O documento encontra-se disponível nos sites da SEC (em inglês) e CVM (em português).

6.2) emissão de *bonds* em brl no mercado internacional: R\$1,1 bilhão

A BRT emitiu notas representativas da dívida da companhia ("Bonds") denominada em BRL (Reais) no mercado de capitais internacional, listadas na Bolsa de Valores da Irlanda (Global Exchange Market of the Irish Stock Exchange). Para tal, foram contratados como bancos estruturadores o Bank of America Merrill Lynch, Deutsche Bank, HSBC, Itaú BBA e Morgan Stanley. O montante total da emissão foi de R\$1,1 bilhão com cupom de 9,75% ao ano, pagos semestralmente. A demanda pelos títulos superou R\$2 bilhões.

Os *Bonds* receberam classificação de risco Baa2 / BBB- / BB pelas empresas de rating Moody's / S&P / Fitch, respectivamente, todos *investment grade*.

6.3) mudança da instituição financeira da brt

A partir do dia 03/10/2011, o Banco do Brasil S.A. passou a ser a Instituição Financeira Depositária das ações escriturais de emissão da BRT, em substituição ao Banco Bradesco S.A.

6.4) alteração das condições da garantia fidejussória da debênture da 5ª emissão da brt.

Em 17/10/2011 ocorreu uma Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis da BRT que deliberou que, em sendo aprovada a incorporação da TNL pela BRT, seja excluída a cláusula da Escritura da Debênture que determina que a TNL é a garantidora da Emissão.

Isso porque caso a reorganização societária seja aprovada, para os efeitos da Emissão a incorporação da TNL pela BRT ocasionará uma confusão entre Emissora e Garantidora, na medida em que, nos termos da lei societária, a BRT sucederá a TNL a título universal em todos os seus direitos e obrigações, incluindo-se

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



a garantia fidejussória prestada pela Garantidora, em todos seus direitos e obrigações, o que inclui a garantia prestada pela TNL na Emissão.

6.5) alteração do conselho da administração da tnl

Nas reuniões do Conselho de Administração da TNL, ocorridas em 25/08/2011 e 29/09/2011, foram alterados alguns membros do Conselho. A estrutura atual do Conselho da Administração da TNL é:

Efetivos	Suplentes
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)	José Augusto da Gama Figueira
Alexandre Jereissati Legey	Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Pedro Jereissati	Cristiano Yazbek Pereira
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Fernando Magalhães Portella	Carlos Jereissati
Zeinal Abedin Mahomed Bava	Luis Miguel da Fonseca Pacheco de Melo
Shakhaf Wine	Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão
Carlos Fernando Costa	Armando Ramos Tripodi
Sérgio Franklin Quintella	Rafael Cardoso Cordeiro
Renato Torres de Faria	Carlos Fernando Horta Bretas
Cláudio Figueiredo Coelho Leal	Laura Bedeschi Rego de Mattos
Demóstenes Marques	Mônica Ferreira Dias
Fábio de Oliveira Moser	Ricardo Ferraz Torres

6.6) Lançamento do Cartão de crédito oi

O Banco do Brasil e a Oi lançaram o Cartão de Crédito Oi ("Paggo"), que poderá ser utilizado como cartão tradicional – inicialmente com a bandeira Mastercard - ou via celular Oi. A funcionalidade de pagamento com celular estará disponível nas máquinas da Cielo e utilizará a plataforma da Paggo. A proposta desse novo produto é compartilhar as expertises dos parceiros, de forma a oferecer mais praticidade e mobilidade aos clientes, popularizando o uso do celular como solução de acesso aos meios de pagamentos tradicionais.

O Cartão de Crédito Oi será comercializado para toda a base de clientes da operadora e emitido pelo Banco do Brasil que ficará responsável também pela análise e concessão do crédito e pelo pós-venda do produto. Além do acesso ao pagamento via celular, o Cartão de Crédito Oi garantirá ao portador a elegibilidade ao programa de relacionamento da Oi, o Oi Pontos.

A operação da Paggo iniciou-se na região Nordeste e a partir de janeiro de 2012, a operação será expandida para todo o território nacional.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Demonstrativo de Custo – TNL Consolidado

Item - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	Δ Tri.	Δ Ano	9M10	9M11	Δ Ano
Interconexão	1.216	1.146	1.163	1,5%	-4,4%	3.778	3.494	-7,5%
Pessoal	402	465	459	-1,3%	14,2%	1.197	1.347	12,5%
Materiais	59	31	58	87,1%	-1,7%	195	127	-34,9%
Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV)*	12	60	48	-20,0%	300,0%	105	148	41,0%
Serviços de Terceiros	1.762	1.848	1.861	0,7%	5,6%	5.176	5.435	5,0%
Publicidade e Propaganda	132	160	99	-38,1%	-25,0%	374	398	6,4%
Aluguéis e Seguros	386	392	426	8,7%	10,4%	1.136	1.215	7,0%
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos	250	227	163	-28,2%	-34,8%	802	663	-17,3%
Outras Desp. (Rec.) Operac.	332	271	195	-28,0%	-41,3%	1.398	1.194	-14,6%
TOTAL	4.551	4.601	4.472	-2,8%	-1,7%	14.161	14.021	-1,0%
DEMONSTRATIVO DE CUSTOS ANALÍTICO								
Interconexão	1.216	1.146	1.163	1,5%	-4,4%	3.778	3.494	-7,5%
Aparelhos SMP e Acessórios	12	60	48	-20,0%	300,0%	105	148	41,0%
Custos de Serviços Prestados	1.452	1.410	1.497	6,2%	3,1%	4.422	4.325	-2,2%
Pessoal	142	161	161	0,0%	13,4%	433	469	8,3%
Serviços de Terceiros	697	690	705	2,2%	1,1%	2.105	2.044	-2,9%
Materiais	52	27	44	63,0%	-15,4%	175	107	-38,9%
Aluguel/Arrendamento Mercantil/Seguros	371	331	357	7,9%	-3,8%	1.089	1.022	-6,2%
Contrato Concessão Anatel	38	27	27	0,0%	-28,9%	115	92	-20,0%
Fistel	140	154	180	16,9%	28,6%	458	530	15,7%
Outros	13	20	21	5,0%	61,5%	48	62	29,2%
Despesas de Comercialização	1.206	1.282	1.162	-9,4%	-3,6%	3.594	3.696	2,8%
Pessoal	90	103	97	-5,8%	7,8%	266	292	9,8%
Serviços de Terceiros	709	762	769	0,9%	8,5%	2.059	2.254	9,5%
Publicidade e Propaganda	132	160	99	-38,1%	-25,0%	374	398	6,4%
Materiais	2	1	10	900,0%	400,0%	10	12	20,0%
Aluguel/Arrendamento Mercantil/Seguros	0	1	2	100,0%	-	4	4	0,0%
Outros	24	27	22	-18,5%	-8,3%	80	73	-8,8%
PDD e Baixa de Contas a Receber	250	227	163	-28,2%	-34,8%	802	663	-17,3%
Despesas Gerais e Administrativas	566	670	671	0,1%	18,6%	1.606	1.958	21,9%
Pessoal	170	201	202	0,5%	18,8%	498	586	17,7%
Serviços de Terceiros	357	395	387	-2,0%	8,4%	1.013	1.137	12,2%
Materiais	5	3	3	0,0%	-40,0%	10	8	-20,0%
Aluguel/Arrendamento Mercantil/Seguros	15	61	67	9,8%	346,7%	43	189	339,5%
Outros	19	10	12	20,0%	-36,8%	42	38	-9,5%
Outras Despesas (Receitas), líquidas	99	33	-68	-306,1%	-168,7%	656	399	-39,2%

*Outros: sim card, mini modem, equipamentos de transmissão de TV e acessórios para celular.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.1) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES - TNLP Consolidado

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Serviço Telefônico Fixo	8.378,4	7.827,1	7.605,6	25.622,8	23.424,0
Receita Serviço Local	4.156,6	3.773,5	3.626,2	12.651,5	11.278,4
Assinatura	2.723,2	2.582,2	2.496,1	8.309,7	7.720,1
Tráfego Local	392,3	267,9	218,9	1.204,3	802,5
Habilitação	39,5	34,4	37,5	122,5	103,7
A Cobrar	0,6	0,4	0,3	2,1	1,1
Outras Receitas	0,4	0,1	0,1	1,8	0,4
Fixo-Móvel (VC1)	1.000,7	888,6	873,2	3.011,1	2.650,6
Receita de Longa Distância	1.361,1	1.216,1	1.143,6	4.288,6	3.639,4
Intra-Setorial	80,5	515,5	498,1	1.492,2	1.564,4
Inter-Setorial	239,1	87,3	80,9	483,2	266,6
Inter-Regional	725,4	345,9	307,3	1.317,5	1.009,7
Internacional	16,8	13,5	14,0	52,2	42,6
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	299,3	253,8	243,3	943,5	756,0
Receita de Voz Avançada	70,8	72,7	71,2	246,2	230,4
Receita de Telefone de Uso Público	113,2	83,0	53,2	404,5	256,1
Receita de Serviços Adicionais	246,9	254,1	259,5	755,0	759,6
Remuneração pelo Uso da Rede	239,7	254,5	226,3	703,7	711,0
Receita de Comunicação de Dados	2.190,1	2.173,4	2.225,8	6.573,4	6.549,1
Velox	1.289,2	1.238,9	1.235,0	3.882,6	3.718,7
EILD	249,1	246,7	267,6	719,4	751,9
Serviços de linhas Dedicadas (SLDD/SLDA)	130,1	134,3	137,2	393,9	405,6
Serviços IP	351,0	383,8	435,6	999,8	1.182,7
Comutação por Pacotes + Frame Relay	81,8	79,3	67,3	271,4	228,8
Outros Serviços de Dados	88,9	90,4	83,1	306,2	261,5
Serviço Telefônico Móvel	2.834,6	2.973,2	3.064,1	8.228,7	8.715,2
Assinatura	673,2	662,0	680,4	1.929,2	1.929,4
Chamadas originadas	1.059,6	1.103,4	1.084,3	3.027,8	3.183,8
Roaming nacional/internacional	25,1	27,5	30,3	94,1	85,2
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	648,2	666,7	695,1	1.890,4	1.991,1
Dados / Valor Adicionado	395,5	476,5	539,7	1.133,6	1.416,3
Material de Revenda	33,1	37,0	34,3	153,6	109,5
Outros Serviços	223,0	298,2	255,1	669,5	783,4
Receita Operacional Bruta	11.436,0	11.098,5	10.924,9	34.520,9	32.922,6
Impostos e Deduções	(4.090,2)	(4.021,8)	(3.985,4)	(12.339,4)	(11.973,3)
Receita Operacional Líquida	7.345,8	7.076,7	6.939,5	22.181,6	20.949,3
Custos e Despesas Operacionais	(4.550,6)	(4.601,1)	(4.472,2)	(14.161,0)	(14.021,1)
Custo de Serviços Prestados	(1.452,5)	(1.410,3)	(1.496,6)	(4.421,8)	(4.325,2)
Custo das Mercadorias Vendidas	(11,7)	(59,9)	(47,5)	(105,4)	(148,3)
Custos de Interconexão	(1.216,1)	(1.146,2)	(1.162,8)	(3.778,1)	(3.494,1)
Despesas de Comercialização	(1.206,1)	(1.281,8)	(1.162,5)	(3.593,6)	(3.695,9)
Despesas Gerais e Administrativas	(565,2)	(669,9)	(671,0)	(1.606,3)	(1.958,3)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	(98,9)	(33,1)	68,1	(655,8)	(399,2)
EBITDA	2.795,2	2.475,6	2.467,3	8.020,6	6.928,3
Margem %	38,1%	35,0%	35,6%	36,2%	33,1%
Depreciações e Amortizações	(1.546,1)	(1.434,8)	(1.367,4)	(4.635,4)	(4.258,8)
EBIT	1.249,1	1.040,8	1.099,9	3.385,2	2.669,5
Despesas Financeiras	(995,8)	(865,1)	(1.350,9)	(3.013,3)	(3.788,0)
Receitas Financeiras	471,4	605,1	758,4	1.355,4	1.707,3
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	724,8	780,9	507,5	1.727,3	588,7
Imposto de Renda e Contribuição Social	(186,9)	(427,2)	(81,3)	(261,8)	(204,2)
Lucro líquido do exercício	537,8	353,7	426,2	1.465,5	384,5
Margem %	7,3%	5,0%	6,1%	6,6%	1,8%
Lucro líquido atribuído aos controladores	422,5	198,0	285,1	1.299,2	313,2
Lucro líquido atribuído aos não controladores	115,3	155,7	141,1	166,2	71,3
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	382.632	467.550	467.550	382.632	467.550
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	1,104	0,423	0,610	3,396	0,670

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.1) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES - TNLP Consolidado (Balanço Patrimonial)

Balanço Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO ATIVO	75.084	73.873	77.697
Ativo Circulante	22.812	19.867	23.189
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.497	7.128	9.744
Aplicações Financeiras	2.451	1.578	1.724
Instrumentos financeiros derivativos	33	56	224
Contas a Receber	5.937	5.850	5.937
Tributos Diferidos e a Recuperar	1.833	1.925	2.027
Estoques	108	159	164
Depósitos e bloqueios judiciais	1.905	1.910	1.959
Outros Ativos	1.049	1.261	1.411
Ativo Não Circulante	52.272	54.006	54.508
Realizável a Longo Prazo	12.326	15.099	15.867
Tributos Diferidos e a Recuperar	5.733	6.431	6.254
Aplicações Financeiras	9	66	68
Instrumentos financeiros derivativos	55	29	256
Depósitos e bloqueios judiciais	6.063	7.129	7.850
Outros Ativos	466	1.443	1.439
Investimentos	55	65	66
Imobilizado	22.958	22.962	22.903
Intangível	16.934	15.881	15.672

Balanço Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO PASSIVO	75.084	73.873	77.697
Passivo Circulante	18.203	15.690	15.680
Fornecedores	3.598	4.015	4.261
Empréstimos e Financiamentos	8.263	4.406	4.581
Instrumentos financeiros derivativos	248	737	221
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	527	350	385
Provisão para Fundos de Pensão	60	48	63
Tributos a Recolher e Diferidos	2.138	2.256	2.433
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	362	323	220
Outras Contas a Pagar	3.006	3.557	3.516
Passivo Não Circulante	36.495	33.322	36.834
Empréstimos e Financiamentos	22.435	19.536	23.108
Instrumentos financeiros derivativos	422	386	208
Tributos a Recolher e Diferidos	5.994	5.647	5.666
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	5.086	5.099	5.162
Provisão para Fundos de Pensão	576	546	546
Autorizações a pagar	1.609	1.376	1.391
Outras Contas a Pagar	373	733	753
Patrimônio Líquido	20.386	24.860	25.182
Participação de Acionistas Controladores	11.392	13.524	13.736
Capital Social	5.449	7.255	7.255
Reservas de Capital	140	1.319	1.320
Reservas de Lucros	5.720	6.810	6.809
Ações em Tesouraria	-354	-353	-351
Lucros/ Prejuízos Acumulados	1.299	28	313
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-861	-1.535	-1.610
Participação de Acionistas não controladores	8.994	11.336	11.446

7.1) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES - TNLP Consolidado

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Fluxo de Caixa - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Lucro (prejuízo) antes das tributações - (A)	725	781	508	1.727	589
Itens de resultado que não afetam o caixa - (B)	3.005	2.580	2.881	9.337	9.140
Depreciação e amortização	1.546	1.435	1.367	4.635	4.259
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	470	94	1.744	2.039	2.757
Apropriação despesa antecipada	266	310	251	672	655
Provisão ônus da concessão - Anatel	38	27	27	115	92
Participação dos empregados e administradores	121	6	6	243	53
Prescrição de dividendos / JCP	-27	-87	-102	-34	-189
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	250	227	163	802	663
Provisões	29	173	282	511	742
Ajuste a valor de mercado de Instrumentos Financeiros	226	319	-875	206	-306
Provisão para fundos de pensão	9	2	2	9	5
Baixa de ativo permanente	35	2	32	62	69
Remuneração baseada em ações	10	2	1	11	6
Atualização monetária de Dividendos/JCP	0	2	0	0	2
Provisão/reversão do programa de Refinanciamento Fiscal	0	1	-1	0	209
Atualização monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	21	33	31	66	147
Outros	11	35	-47	-1	-24
(C) = (A) - (B)	3.730	3.361	3.388	11.064	9.729
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais	159	-608	-289	-1.713	-1.620
Contas a receber	-346	-190	-360	-869	-815
Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.930	-1.615	-2.805	-5.533	-6.323
Resgate de aplicação financeiras mantidas para negociação	2.322	1.593	2.716	5.072	6.812
Tributos	268	-64	406	718	-79
Provisões	-390	-278	-158	-688	-558
Despesas antecipadas	-89	-259	-87	-726	-925
Estoques	14	-47	-5	78	-62
Fornecedores	224	503	223	359	740
Salários, encargos e benefícios	16	-162	30	-78	-235
Provisão para Fundos de Pensão	-0	-0	-0	-105	-96
Outras contas ativas e passivas	70	-90	-249	57	-78
Caixa Proveniente de Operações	-997	-1.160	-370	-3.164	-2.201
Encargos financeiros pagos	-832	-1.148	-147	-2.637	-1.736
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-98	-98	-137	-327	-383
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-67	-74	-85	-200	-242
Dividendos e JCP's recebidos	0	160	0	0	160
Geração de Caixa Operacional	2.892	1.593	2.729	6.186	5.908
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-963	-2.786	-1.758	-3.298	-6.696
Aquisições de bens do ativo imobilizado/intangível	-785	-1.634	-1.140	-2.566	-3.857
Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	0	0	0	0	47
Ativo financeiro disponível para venda	0	-814	0	0	-1.367
Recebimento na venda de ativo imobilizado	1	-1	8	3	11
Depósitos e bloqueios judiciais	-412	-508	-887	-1.394	-2.049
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	232	181	261	659	530
Aumento de investimentos permanentes	0	-10	-0	0	-11
Fluxo de Caixa após Atividades de Investimento	1.930	-1.193	971	2.889	-788
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-1.052	-4.083	1.527	403	1.363
Captações líquidas de custo	4.827	1.785	3.297	9.665	6.974
Pagamentos de empréstimos e financiamento; debêntures, derivativos e leasing	-5.832	-5.048	-1.587	-7.957	-10.471
Programa de Refinanciamento Fiscal	-14	-34	-47	-83	-111
Autorizações e concessões	-31	-195	-135	-57	-349
Aumento de capital	0	0	-0	0	5.955
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-1	-590	-1	-1.165	-634
Fluxo de Caixa após Atividades de Financiamento	878	-5.276	2.498	3.292	574
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	0	0	117	0	117
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	878	-5.276	2.615	3.292	691
Disponibilidades no início do período	8.619	12.405	7.128	6.206	9.052
Disponibilidades no fim do período	9.497	7.128	9.744	9.497	9.744

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.2) Telemar Norte Leste - TMAR Consolidada

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Serviço Telefônico Fixo	8.378,4	7.827,1	7.605,6	25.622,6	23.424,0
Receita Serviço Local	4.156,6	3.773,5	3.626,2	12.651,5	11.278,4
Assinatura	2.723,2	2.582,2	2.496,1	8.309,7	7.720,1
Tráfego Local	392,3	267,9	218,9	1.204,3	802,5
Habilitação	39,5	34,4	37,5	122,5	103,7
A Cobrar	0,6	0,4	0,3	2,1	1,1
Outras Receitas	0,4	0,1	0,1	1,8	0,4
Fixo-Móvel (VC1)	1.000,7	888,6	873,2	3.011,1	2.650,6
Receita de Longa Distância	1.361,1	1.216,1	1.143,6	4.288,6	3.639,4
Intra-Setorial	80,5	515,5	498,1	1.492,2	1.564,4
Inter-Setorial	239,1	87,3	80,9	483,2	266,6
Inter-Regional	725,4	345,9	307,3	1.317,5	1.009,7
Internacional	16,8	13,5	14,0	52,2	42,6
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	299,3	253,8	243,3	943,5	756,0
Receita de Voz Avançada	70,8	72,7	71,2	246,2	230,4
Receita de Telefone de Uso Público	113,2	83,0	53,2	404,5	256,1
Receita de Serviços Adicionais	246,9	254,1	259,5	755,0	759,6
Remuneração pelo Uso da Rede	239,7	254,5	226,3	703,7	711,0
Receita de Comunicação de Dados	2.190,1	2.173,4	2.225,7	6.573,2	6.549,1
Serviço Telefônico Móvel	2.834,6	2.973,2	3.064,1	8.228,7	8.715,2
Assinatura	673,2	662,0	680,4	1.929,2	1.929,4
Chamadas originadas	1.059,6	1.103,4	1.084,3	3.027,8	3.183,8
Roaming nacional/internacional	25,1	27,5	30,3	94,1	85,2
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	648,2	666,7	695,1	1.890,4	1.991,1
Dados / Valor Adicionado	395,5	476,5	539,7	1.133,6	1.416,3
Material de Revenda	33,1	37,0	34,3	153,6	109,5
Outros Serviços	198,8	298,2	255,1	594,7	783,4
Receita Operacional Bruta	11.411,9	11.098,5	10.924,9	34.446,0	32.922,6
Impostos e Deduções	(4.081,3)	(4.021,8)	(3.985,4)	(12.312,2)	(11.973,3)
Receita Operacional Líquida	7.330,6	7.076,7	6.939,5	22.133,8	20.949,3
Custos e Despesas Operacionais	(4.525,3)	(4.595,5)	(4.492,7)	(14.085,5)	(14.026,0)
Custo de Serviços Prestados	(1.444,1)	(1.410,3)	(1.496,6)	(4.387,3)	(4.325,3)
Custo das Mercadorias Vendidas	(11,7)	(59,9)	(47,5)	(105,4)	(148,3)
Custos de Interconexão	(1.216,1)	(1.146,2)	(1.162,8)	(3.778,1)	(3.494,1)
Despesas de Comercialização	(1.199,2)	(1.281,3)	(1.161,9)	(3.576,3)	(3.694,5)
Despesas Gerais e Administrativas	(558,8)	(647,4)	(660,4)	(1.584,8)	(1.917,0)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	(95,4)	(50,5)	36,6	(653,6)	(446,7)
EBITDA	2.805,4	2.481,2	2.446,8	8.048,2	6.923,3
Margem %	38,3%	35,1%	35,3%	36,4%	33,0%
Depreciações e Amortizações	(1.542,4)	(1.434,4)	(1.367,0)	(4.624,4)	(4.257,6)
EBIT	1.263,0	1.046,8	1.079,9	3.423,8	2.665,7
Despesas Financeiras	(963,0)	(864,4)	(1.249,5)	(2.964,7)	(3.648,9)
Receitas Financeiras	473,7	605,9	664,8	1.333,4	1.606,1
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	773,6	788,3	495,2	1.792,5	622,8
Imposto de Renda e Contribuição Social	(199,3)	(251,6)	(81,4)	(274,1)	(41,3)
Lucro líquido do exercício	574,3	536,7	413,8	1.518,4	581,5
Margem %	7,8%	7,6%	6,0%	6,9%	2,8%
Lucro líquido atribuído aos controladores	559,7	545,0	386,9	1.649,0	728,1
Lucro líquido atribuído aos não controladores	14,6	(8,3)	27,0	(130,6)	(146,6)
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	238.608	344.057	344.057	238.608	344.057
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	2,346	1,584	1,124	6,911	2,116

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.2) Telemar Norte Leste - TMAR Consolidada (continuação)

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO ATIVO	73.787	73.061	76.844
Ativo Circulante	22.194	19.387	22.666
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.058	6.824	9.260
Aplicações Financeiras	2.330	1.467	1.720
Instrumentos financeiros derivativos	30	56	224
Contas a Receber	5.927	5.853	5.941
Tributos Diferidos e a Recuperar	1.802	1.909	2.010
Estoques	104	159	164
Depósitos e bloqueios judiciais	1.904	1.909	1.958
Outros Ativos	1.039	1.210	1.389
Ativo Não Circulante	51.593	53.674	54.178
Realizável a Longo Prazo	11.785	14.783	15.553
Tributos Diferidos e a Recuperar	5.228	6.145	5.968
Aplicações Financeiras	9	66	68
Instrumentos financeiros derivativos	54	29	256
Depósitos e bloqueios judiciais	6.043	7.114	7.836
Outros Ativos	452	1.429	1.425
Investimentos	47	57	58
Imobilizado	22.902	22.954	22.896
Intangível	16.859	15.879	15.671

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO PASSIVO	73.787	73.061	76.844
Passivo Circulante	16.499	13.945	14.044
Fornecedores	3.604	4.001	4.262
Empréstimos e Financiamentos	6.708	2.889	3.009
Instrumentos financeiros derivativos	227	737	221
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	526	349	385
Provisão para Fundos de Pensão	60	48	63
Tributos a Recolher e Diferidos	2.115	2.233	2.412
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	192	162	97
Outras Contas a Pagar	3.066	3.527	3.595
Passivo Não Circulante	36.065	33.138	36.514
Empréstimos e Financiamentos	22.203	19.445	22.982
Instrumentos financeiros derivativos	427	386	208
Tributos a Recolher e Diferidos	5.864	5.521	5.540
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	5.085	5.099	5.161
Provisão para Fundos de Pensão	576	546	546
Autorizações a pagar	1.609	1.376	1.391
Outras Contas a Pagar	303	765	685
Patrimônio Líquido	21.223	25.978	26.287
Participação de Acionistas Controladores	14.914	20.773	21.055
Capital Social	7.434	11.625	11.625
Reservas de Capital	2.049	3.845	3.846
Reservas de Lucros	4.850	6.272	6.272
Ações em Tesouraria	-17	-29	-29
Lucros/ Prejuízos Acumulados	1.649	341	728
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-1.051	-1.282	-1.388
Participação de Acionistas não controladores	6.308	5.205	5.232

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.3) TNL-PCS – OI Móvel

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Receita de Serviço Telefônico Móvel	2.903,6	3.135,0	3.206,2	8.353,7	9.146,3
Assinatura	548,4	547,9	561,3	1.566,7	1.569,7
Chamadas originadas	891,7	919,8	876,9	2.557,6	2.642,8
Roaming nacional/internacional	26,2	26,7	28,0	85,7	82,5
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	1.080,6	1.110,6	1.199,8	3.108,3	3.377,8
Dados / Valor Adicionado	308,2	371,4	428,6	899,2	1.111,8
Outros serviços SMP	0,4	123,5	79,9	0,6	258,1
Material de Revenda	48,2	35,0	31,8	135,6	103,6
Receita de Serviços de LD / Voz Avançada / Rede	142,6	107,8	111,1	439,9	319,3
Receita Operacional Bruta	3.046,2	3.242,9	3.317,3	8.793,6	9.465,6
Impostos e Deduções	(874,8)	(940,8)	(993,2)	(2.521,0)	(2.776,4)
Receita Operacional Líquida	2.171,4	2.302,1	2.324,1	6.272,6	6.689,1
Custos e Despesas Operacionais	(1.252,4)	(1.465,3)	(1.460,7)	(3.751,1)	(4.343,2)
Custo de Serviços Prestados	(337,9)	(347,5)	(428,9)	(1.053,9)	(1.162,3)
Custo das Mercadorias Vendidas	(39,4)	(55,2)	(42,1)	(90,5)	(138,5)
Custos de Interconexão	(407,6)	(448,5)	(459,4)	(1.180,6)	(1.328,0)
Despesas de Comercialização	(387,4)	(448,1)	(415,5)	(1.158,4)	(1.287,2)
Despesas Gerais e Administrativas	(120,2)	(142,0)	(138,7)	(348,1)	(412,5)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	40,1	(23,9)	23,9	80,4	(14,6)
EBITDA	918,9	836,7	863,4	2.521,5	2.346,0
Margem %	42,3%	36,3%	37,1%	40,2%	35,1%
Depreciações e Amortizações	(218,2)	(237,6)	(245,3)	(622,2)	(713,8)
EBIT	700,8	599,1	618,2	1.899,3	1.632,2
Equivalência Patrimonial	(16,2)	(10,8)	(15,0)	(54,7)	(50,3)
Despesas Financeiras	(74,3)	(91,5)	(88,5)	(206,7)	(284,4)
Receitas Financeiras	169,9	198,2	229,4	381,6	619,5
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	780,2	695,1	744,1	2.019,5	1.917,0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(221,5)	(206,9)	(225,0)	(562,9)	(580,3)
Lucro líquido do exercício	558,6	488,2	519,1	1.456,7	1.336,7
Margem %	25,7%	21,2%	22,3%	23,2%	20,0%

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO ATIVO	15.370	15.694	16.489
Ativo Circulante	5.340	2.915	3.752
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.630	502	1.152
Aplicações Financeiras	471	91	116
Contas a Receber	1.178	1.255	1.374
Tributos Diferidos e a Recuperar	585	480	626
Estoques	59	78	81
Outros Ativos	417	509	403
Ativo Não Circulante	10.030	12.779	12.737
Realizável a Longo Prazo	2.834	5.386	5.388
Tributos Diferidos e a Recuperar	767	702	487
Empréstimos e Financiamento	1.919	4.374	4.490
Aplicações Financeiras	4	48	49
Outros Ativos	144	262	363
Investimentos	52	126	123
Imobilizado	5.210	5.421	5.410
Intangível	1.934	1.845	1.816

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO PASSIVO	15.370	15.694	16.489
Passivo Circulante	2.317	2.374	2.638
Fornecedores	1.102	1.202	1.282
Empréstimos e Financiamentos	133	190	213
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	55	35	30
Tributos a Recolher e Diferidos	590	414	586
Outras Contas a Pagar	437	533	528
Passivo Não Circulante	2.447	2.396	2.407
Empréstimos e Financiamentos	1.290	1.261	1.207
Tributos a Recolher e Diferidos	29	108	105
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	106	62	120
Autorizações a pagar	947	858	865
Outras Contas a Pagar	75	108	110
Patrimônio Líquido	10.606	10.924	11.444
Participação de Acionistas Controladores	10.606	10.924	11.444
Capital Social	9.744	9.744	9.745
Reservas de Capital	50	52	51
Reservas de Lucros	110	311	311
Lucros Acumulados	703	818	1.337

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.4) Brasil Telecom - BrT Consolidada

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Serviço Telefônico Fixo	3.832,4	3.596,9	3.469,3	11.683,5	10.691,9
Receita Serviço Local	1.590,8	1.472,5	1.385,9	4.765,4	4.351,0
Assinatura	1.021,4	988,9	936,9	3.097,7	2.937,1
Tráfego Local	145,1	121,1	102,6	431,5	348,5
Habilitação	11,5	8,7	8,7	35,6	25,5
A Cobrar	0,1	0,1	0,1	0,6	0,3
Outras Receitas	3,9	2,9	2,9	10,9	8,8
Fixo-Móvel (VC1)	408,7	350,8	334,8	1.189,1	1.030,9
Receita de Longa Distância	510,0	438,7	429,8	1.674,7	1.313,5
Intra-Setorial	152,9	139,6	141,9	489,8	409,6
Inter-Setorial	51,2	39,6	33,5	154,9	112,9
Inter-Regional	43,5	36,6	29,6	141,8	100,8
Internacional	5,5	4,6	4,7	18,4	14,8
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	256,8	218,3	220,1	869,9	675,4
Receita de Voz Avançada	21,7	28,6	27,1	105,0	90,5
Receita de Telefone de Uso Público	49,2	51,7	20,3	180,9	125,7
Receita de Serviços Adicionais	112,3	122,4	125,9	336,9	361,2
Remuneração pelo Uso da Rede	95,6	101,4	102,5	280,2	292,4
Receita de Comunicação de Dados	1.447,7	1.376,5	1.373,4	4.324,6	4.144,2
Velox	867,8	805,9	774,9	2.625,0	2.392,1
EILD	101,5	106,1	109,8	300,6	317,5
Serviços de linhas Dedicadas (SLDD/SLDA)	118,4	90,9	95,4	340,8	306,9
Serviços IP	218,4	240,4	277,9	612,4	745,7
Comutação por Pacotes + Frame Relay	30,0	26,8	17,5	98,5	74,8
Outros Serviços de Dados	111,7	106,4	97,8	347,3	307,2
Outros	5,1	4,9	4,3	15,8	13,4
Serviço Telefônico Móvel	563,1	572,4	582,8	1.639,0	1.693,0
Assinatura	121,7	146,1	146,4	356,5	418,8
Chamadas originadas	171,4	157,9	161,8	476,2	463,5
Roaming nacional/internacional	6,3	4,4	6,3	22,4	13,6
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	162,0	167,9	153,7	501,7	484,1
Dados / Valor Adicionado	87,3	93,6	112,1	234,8	300,0
Material de Revenda	14,4	2,5	2,6	47,4	12,9
Receita Operacional Bruta	4.395,6	4.169,3	4.052,1	13.322,5	12.384,9
Impostos e Deduções	(1.847,1)	(1.813,0)	(1.771,0)	(5.565,4)	(5.377,7)
Receita Operacional Líquida	2.548,4	2.356,2	2.281,1	7.757,1	7.007,2
Custos e Despesas Operacionais	(1.511,3)	(1.556,9)	(1.657,1)	(5.070,0)	(4.919,7)
Custo de Serviços Prestados	(464,3)	(485,3)	(525,7)	(1.457,0)	(1.494,3)
Custo das Mercadorias Vendidas	(10,1)	(6,0)	(5,2)	(40,0)	(18,6)
Custos de Interconexão	(493,8)	(421,3)	(429,6)	(1.491,3)	(1.292,3)
Despesas de Comercialização	(230,7)	(295,2)	(254,9)	(764,1)	(838,4)
Despesas Gerais e Administrativas	(355,1)	(310,1)	(314,0)	(965,2)	(921,1)
Outras (Despesas) Receitas, Líquidas	42,6	(39,0)	(127,7)	(352,4)	(354,9)
EBITDA	1.037,1	799,4	624,0	2.687,1	2.087,5
Margem %	40,7%	33,9%	27,4%	34,6%	29,8%
Depreciações e Amortizações	(260,6)	(254,5)	(260,0)	(790,0)	(774,1)
EBIT	776,4	544,8	364,0	1.897,1	1.313,4
Despesas Financeiras	(237,2)	(233,1)	(243,4)	(749,0)	(1.002,2)
Receitas Financeiras	255,7	272,3	448,5	660,4	965,9
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	794,9	584,0	569,1	1.808,5	1.277,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(253,9)	(210,4)	(171,1)	(542,5)	(412,1)
Lucro líquido do exercício	541,0	373,6	398,0	1.266,0	865,1
Margem %	21,2%	15,9%	17,4%	16,3%	12,3%
Lucro líquido atribuído aos controladores	541,0	373,6	398,0	1.266,0	865,1
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	589.789	589.789	589.789	589.789	589.789
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	0,917	0,634	0,675	2,147	1,467

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.4) Brasil Telecom - BrT Consolidada (Balanco Patrimonial)

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO ATIVO	25.790	25.999	28.604
Ativo Circulante	7.959	7.162	9.305
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.167	1.803	3.772
Aplicações Financeiras	459	791	939
Contas a Receber	2.040	1.977	1.957
Tributos Diferidos e a Recuperar	674	782	820
Estoques	20	19	21
Depósitos e bloqueios judiciais	1.379	1.470	1.469
Outros Ativos	219	321	327
Ativo Não Circulante	17.831	18.837	19.299
Realizável a Longo Prazo	11.429	12.205	12.628
Tributos Diferidos e a Recuperar	5.312	5.387	5.242
Aplicações Financeiras	0	13	13
Depósitos e bloqueios judiciais	4.079	4.607	5.064
Outros Ativos	2.038	2.199	2.309
Investimentos	5	8	9
Imobilizado	5.052	5.435	5.524
Intangível	1.344	1.188	1.138

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO PASSIVO	25.790	25.999	28.604
Passivo Circulante	5.736	7.429	7.619
Fornecedores	1.406	1.474	1.506
Empréstimos e Financiamentos	1.128	1.039	1.055
Instrumento Financeiro	69	0	39
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	108	119	143
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	1.235	1.267	1.295
Provisões para Fundo de Pensão	60	48	63
Tributos a Recolher e Diferidos	954	1.294	1.414
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	76	57	56
Outras Contas a Pagar	700	2.131	2.048
Passivo Não Circulante	8.882	8.269	10.285
Empréstimos e Financiamentos	3.244	2.685	4.633
Tributos a Recolher e Diferidos	1.151	968	1.010
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	3.059	3.210	3.221
Provisões para Fundo de Pensão	576	546	546
Autorizações a pagar	662	518	526
Outras Contas a Pagar	191	342	349
Patrimônio Líquido	11.172	10.301	10.700
Participação de Acionistas Controladores	11.171	10.301	10.700
Capital Social	3.731	3.731	3.731
Reservas de Capital	5.720	4.367	4.368
Reservas de Lucros	533	1.886	1.886
Ações em Tesouraria	-150	-150	-150
Lucros/ Prejuizos Acumulados	1.337	467	865

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



7.5) 14 Brasil Telecom Celular - BrT Móvel

Demonstração do Resultado do Período	3T10	2T11	3T11	9M10	9M11
Receita de Serviço Telefônico Móvel	678,9	692,5	742,7	1.977,5	2.085,2
Assinatura	121,7	146,1	146,4	356,5	418,8
Chamadas originadas	165,5	158,0	161,8	466,7	464,0
Roaming nacional/internacional	6,3	4,4	6,3	22,4	13,5
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	276,8	287,9	313,6	837,6	875,9
Dados / Valor Adicionado	94,1	93,6	112,1	246,9	300,0
Material de Revenda	14,4	2,5	2,6	47,5	12,9
Receita Operacional Bruta	678,9	692,5	742,7	1.977,5	2.085,2
Impostos e Deduções	(198,3)	(210,1)	(226,8)	(540,2)	(632,7)
Receita Operacional Líquida	480,6	482,4	516,0	1.437,4	1.452,5
Custos e Despesas Operacionais	(403,2)	(413,1)	(405,6)	(1.232,5)	(1.237,5)
Custo de Serviços Prestados	(126,2)	(132,1)	(135,9)	(391,5)	(400,9)
Custo das Mercadorias Vendidas	(10,1)	(4,7)	(5,2)	(40,1)	(18,6)
Custos de Interconexão	(145,5)	(129,1)	(131,8)	(428,3)	(389,7)
Despesas de Comercialização	(98,6)	(116,3)	(88,7)	(289,9)	(315,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(36,0)	(31,0)	(36,8)	(105,6)	(101,7)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	13,2	0,0	(7,3)	22,9	(10,8)
EBITDA	77,4	69,3	110,4	204,9	215,0
Margem %	16,1%	14,4%	21,4%	14,3%	14,8%
Depreciações e Amortizações	(65,6)	(64,4)	(65,0)	(198,7)	(193,2)
EBIT	11,8	4,9	45,3	6,1	21,8
Despesas Financeiras	(46,0)	(54,5)	(40,2)	(119,7)	(143,7)
Receitas Financeiras	47,2	161,0	183,3	127,6	496,1
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	12,9	111,5	188,4	14,1	374,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5,9)	(38,5)	(64,5)	(24,6)	(127,9)
Lucro líquido do exercício	7,0	73,0	124,0	(10,5)	246,3
Margem %	1,5%	15,1%	24,0%	-0,7%	17,0%

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Balanco Patrimonial	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO ATIVO	4.979	8.372	8.600
Ativo Circulante	1.857	2.224	2.294
Caixa e Equivalentes de Caixa	472	872	734
Aplicações Financeiras	204	731	891
Contas a Receber	248	301	344
Tributos Diferidos e a Recuperar	155	183	213
Estoques	13	11	11
Outros Ativos	765	126	100
Ativo Não Circulante	3.122	6.148	6.307
Realizável a Longo Prazo	1.167	4.281	4.474
Tributos Diferidos e a Recuperar	766	826	783
Depósitos e bloqueios judiciais	23	50	91
Outros Ativos	378	3.406	3.600
Imobilizado	1.172	1.175	1.157
Intangível	783	692	675

Balanco Patrimonial	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
TOTAL DO PASSIVO	4.979	8.372	8.600
Passivo Circulante	779	986	1.121
Fornecedores	254	276	364
Empréstimos e Financiamentos	46	82	100
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	9	4	4
Tributos a Recolher e Diferidos	101	236	292
Autorizações a pagar	108	101	123
Outras Contas a Pagar	261	287	239
Passivo Não Circulante	1.287	1.369	1.338
Empréstimos e Financiamentos	508	707	679
Tributos a Recolher e Diferidos	91	78	79
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	21	28	31
Autorizações a pagar	662	531	526
Outras Contas a Pagar	5	25	24
Patrimônio Líquido	2.913	6.017	6.141
Participação de Acionistas Controladores	2.913	6.017	6.141

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



INFORMAÇÕES RELEVANTES

I) Instrução CVM nº 358, art. 12: Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta correspondente a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deverão comunicar esse fato à CVM e à companhia, de acordo com os termos do artigo.

A Oi orienta seus acionistas quanto ao cumprimento dos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 358, porém não se responsabiliza pela divulgação das informações sobre aquisição ou alienação, por terceiros, de participação que corresponda a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas de seu capital ou de direitos sobre essas ações e demais valores mobiliários de sua emissão.

Ações TNL	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em circulação
Ordinárias	187.028.818	2.984.036	103.813.689	80.231.093
Preferenciais	289.632.638	6.127.369	0	283.505.269
Total	476.661.456	9.111.405	103.813.689	363.736.362
Ações TMAR	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em circulação
Ordinárias	154.032.214	1	150.971.022	3.061.191
Preferenciais (A)	189.400.783	440.130	104.612.723	84.347.930
Preferenciais (B)	1.063.967	0	6	1.063.961
Total	344.496.964	440.131	255.583.751	88.473.082
Ações BRTO	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em circulação
Ordinárias	203.423.176	0	161.989.999	41.433.177
Preferenciais	399.597.370	13.231.553	128.675.049	257.690.768
Total	603.020.546	13.231.553	290.665.048	299.123.945

OBS: Posição acionária em 30/09/2011

II) Este relatório contém projeções e/ou estimativas de futuros eventos. As projeções aqui disponíveis foram reunidas de maneira criteriosa dentro da atual conjuntura, baseadas em trabalhos em andamento e respectivas estimativas. O uso de termos como: "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera" entre outros, objetivam sinalizar possíveis tendências que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, cujos resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. A Oi não se responsabiliza por operações ou decisões de investimento tomadas em função de tais projeções ou estimativas. Como se trata de informações não auditadas, as mesmas podem apresentar diferenças em relação aos resultados finais.

Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

3T11



Oi – Relações com Investidores

Bayard Gontijo	55 (21) 3131-1211	bayard.gontijo@oi.net.br
Marcelo Ferreira	55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Patricia Frajhof	55 (21) 3131-1315	patricia.frajhof@oi.net.br
Matheus Guimarães	55 (21) 3131-2871	matheus.guimaraes@oi.net.br
Michelle Costa	55 (21) 3131-2918	michelle.costa@oi.net.br

Notas Explicativas

Tele Norte Leste Participações S.A.

**Informações Trimestrais - ITR
em 30 de setembro de 2011 e
Relatório do auditor independente
sobre as revisões especiais**

Notas Explicativas

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tele Norte Leste Participações S.A. (“Companhia” ou “TNL”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi criada em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebrás”), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas. A TNL é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar. A TNL é uma holding controlada pela Telemar Participações S.A. (“TmarPart”), que em 30 de setembro de 2011 detém 18,08% do capital total e 46,07% do capital votante.

A TNL ainda possui (i) através da subsidiária Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de Longa Distância Internacional - LDI em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“Oi”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; (iii) através da subsidiária Brasil Telecom S.A. (“BrT”) prestação de serviços de telefonia fixa e concessão para o serviço de LDI na Região II; e (iv) através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 3 (i) e 17.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de outubro de 2011.

2.1 – Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2011 e estão de acordo com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Financeiras Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 28 de março de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo:

- a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas da Companhia, BrT Celular e Oi, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes

Notas Explicativas

de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

b) “*Hedge Accounting*” (contabilidade de “*hedge*”)

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada da Companhia, TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.

Notas Explicativas

- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela controlada TMAR no período findo em 30 de setembro de 2011, estão descritas na Nota 3.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 23, com relação as contingências trabalhistas.

Outras alterações ocorridas no período

- a) Parceria comercial Oi, Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Cielo S.A. (“Cielo”)

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil e Acordo de Investimentos com a Cielo.

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, Oi, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito “co-branded” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da Oi.

O contrato celebrado entre Oi, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Notas Explicativas

Em razão da alteração de participação supramencionada, a Companhia deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos integrais do balanço da Paggo Soluções, sobre os quais foi aplicada a participação da Companhia quando da elaboração da consolidação proporcional em 30 de setembro de 2011 são como segue:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.657	Fornecedores	2.712
Contas a receber	2.210	Outras obrigações	124
Outros ativos	693		
	<u>5.560</u>		<u>2.836</u>
Não circulante		Patrimônio líquido	
Intangível	47.595	Capital social	60.178
	<u>47.595</u>	Prejuízos acumulados	(9.859)
			<u>50.319</u>
	<u>53.155</u>		<u>53.155</u>

b) Aquisição do controle da Blackpool Participações Ltda. ("Blackpool") pela Telemar Internet Ltda. (Oi Internet)

Em 7 de julho de 2011, a Oi Internet adquiriu 100% das ações da Blackpool pelo montante de R\$ 5.202.

A Blackpool é uma companhia holding sediada em São Paulo, que detém 100% das ações da Pointer Networks Ltda. ("Vex"), também sediada em São Paulo, que tem como principal negócio o provimento de acesso à internet em locais públicos, tais como aeroportos, shopping centers, entre outros no Brasil, e através de subsidiárias integrais nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.

A referida combinação de negócios ainda se encontra no período de mensuração. Consequentemente, os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, até então apurados, estão sujeitos a ajustes que eventualmente sejam identificados dentro do período de um ano, contado a partir da data da aquisição.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

2.2 – Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em

Notas Explicativas

acordos conjuntos (“*joint arrangements*”) e divulgação de envolvimento com outras entidades. Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no “*package of five*” seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e/ou CFC – Conselho Federal de contabilidade). Entretanto, é permitida a incorporação nas Demonstrações Financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 “*Joint Arrangements*”, que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19). O “*package of five*” inclui as seguintes normas: IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 11 – “*Joint Arrangements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*”, IAS 27 – “*Separate Financial Statements*”, IAS 28 – “*Investments in Associates and Joint Ventures*”. A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 “*Fair Value Measurement*”, que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre “*fair value*” e desta forma o FASB também emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13 mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 “*define fair value*”, orienta sobre como determinar o “*fair value*” e requer certas divulgações sobre as mensurações a “*fair value*”. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

Notas Explicativas

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Notas Explicativas

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos “*Swap e NDF*” foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período findo em de 30 de setembro de 2011, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	30/09/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	478.370	478.370	9.743.567	9.743.567
Aplicações financeiras	Valor justo	3.395	3.395	1.791.710	1.791.710
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	132.026	132.026		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			480.095	480.095
Contas a receber	Custo amortizado			5.936.942	5.936.942
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo			885.004	885.004
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado			3.878.768	3.878.768
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	263.877	266.679	21.649.560	19.432.172
Debêntures (*)	Custo amortizado	1.565.367	1.565.367	6.039.785	6.078.559
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			429.317	429.317
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	123.266	123.266	219.957	219.957
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			1.773.525	1.773.525
Ações bonificadas à resgatar	Custo amortizado			761.763	761.763

(*) As debêntures apresentadas na controladora são títulos sem mercado secundário para estimativa do valor justo.

	Mensuração contábil	31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	425.071	425.071	9.052.200	9.052.200
Aplicações financeiras	Valor justo	204.965	204.965	2.156.698	2.156.698
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	113.840	113.840		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	4.869	4.869	66.894	66.894
Contas a receber	Custo amortizado			5.893.845	5.893.845
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado			4.038.747	4.038.747
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	260.948	264.751	22.157.060	22.008.573
Debêntures (*)	Custo amortizado	1.562.603	1.562.603	6.978.839	7.015.708
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	17.061	17.061	850.926	850.926
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	508.768	508.768	1.039.407	1.039.407
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			2.126.157	2.126.157

(*) As debêntures apresentadas na controladora são títulos sem mercado secundário para estimativa do valor justo.

Notas Explicativas

- (i) Em 4 de março de 2011, a controlada TMAR deu início ao processo de aquisição de participação acionária na PT - Portugal Telecom através de assinatura de contrato de compra e venda de ações a termo com o Barclays. Em 28 de março de 2011, o Barclays transferiu à Companhia 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da PT.

Em 19 de abril de 2011 a controlada TMAR adquiriu mais 35.860.500 ações junto ao Citibank correspondentes a 4% do capital social da PT.

Em 6 de junho de 2011, o Barclays transferiu à Companhia mais 1.801.706 ações da PT, representativas de 0,4% do capital social desta.

Até 30 de setembro de 2011, a controlada TMAR detém 7,4% do capital social da PT, tendo pago montante total de R\$ 1.366.910, já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 7,4% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda.

Até 30 de setembro de 2011, a controlada TMAR registrou em outros resultados abrangentes perdas no valor justo das ações da PT no montante de R\$ 481.907, sendo o montante líquido de tributos R\$ 318.059. A TNL registrou perda de equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes para fazer face à sua participação no montante de R\$ 224.180.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho “*nonperformance risk*”, incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter

Notas Explicativas

possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

Descrição	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Controladora	
			Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	477.971		477.971	
Aplicações financeiras	3.395		3.395	
Total dos ativos	481.366		481.366	

Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Controladora	
			Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	424.410		424.410	
Aplicações financeiras	204.965		204.965	
Instrumentos financeiros derivativos	4.869		4.869	
Total dos ativos	634.244		634.244	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	17.061		17.061	
Total do passivo	17.061		17.061	

Notas Explicativas

Descrição	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Consolidado
				Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	9.467.387		9.467.387	
Aplicações financeiras	1.791.710		1.791.710	
Instrumentos financeiros derivativos	480.095		480.095	
Ativo financeiro disponível para venda	885.004	885.004		
Total dos ativos	12.624.196	885.004	11.739.192	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	429.317		429.317	
Total do passivo	429.317		429.317	

Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Consolidado
				Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	8.701.982		8.701.982	
Aplicações financeiras	2.156.698		2.156.698	
Instrumentos financeiros derivativos	66.894		66.894	
Total dos ativos	10.925.574		10.925.574	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	850.926		850.926	
Total do passivo	850.926		850.926	

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

Notas Explicativas

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, em “*time deposits*” e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 16,5% (31/12/2010 – 19,9%) do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	318.582	318.582	84.217	84.217
Aplicações financeiras	928	928	200.083	200.083

	Consolidado			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	1.900.914	1.900.914	1.811.962	1.811.962
Aplicações financeiras	2.181	2.181	418.527	418.527
Ativo financeiro disponível para venda	885.004	885.004		

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 33,7% (31/12/2010 – 22,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 92,9% (31/12/2010 – 91,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda, e

Notas Explicativas

aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” cambial		(1.110)	445.462	(189.406)
Operações de termo e opção de moeda			411.745	(33.092)
		(1.110)	857.207	(222.498)
	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” cambial	(567)	3.397	127.359	(159.208)
Operações de termo e opção de moeda			201.540	(33.092)
	(567)	3.397	328.899	(192.300)

No período findo em 30 de setembro de 2011, no consolidado foram represadas perdas não realizadas no montante de R\$ 27.766 (R\$ 19.346 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) em “Outros resultados abrangentes” referentes à parcela efetiva dos contratos de “*hedge*” de proteção de fluxo de caixa de risco cambial designados para fins de contabilidade de “*hedge*”, e foi apropriado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado financeiro consolidado ganhos no montante de R\$ 146.065 (perdas de R\$ 455.768 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011), referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, foram reconhecidos no consolidado R\$ 1.137 (R\$ 1.334 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) a receita financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “*hedge*”, trazendo o impacto total no resultado financeiro consolidado de R\$ 147.202 (R\$ 457.102 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) para o fator de risco de câmbio.

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

						Controladora	
			<u>Valor de referência (nacional)</u>		<u>Valores a (pagar)/ a receber</u>		
<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>		<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)							
Posição ativa	US\$ + 5,86%	Jan/2011		3.243		2.615	
Posição passiva	100,00% CDI	Jan/2011		(3.243)		(7.574)	
Valor líquido						(4.959)	
Contratos de “swap cross currency” Iene/R\$ (ii)							
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	Jan/2011		33.623		23.104	
Posição passiva	85,00% a 90,00% CDI	Jan/2011		(33.623)		(35.014)	
Valor líquido						(11.910)	
Contratos de “swap cross currency” Iene/US\$ (iii)							
Posição ativa	Iene Libor 6m + 1,25%	Jan/2011		10.436		5.004	
Posição passiva	US Libor 6m + 3,59%	Jan/2011		(10.436)		(234)	
Valor líquido						4.770	

Contraparte:
 (i) - Votorantim
 (ii) - Morgan Stanley
 (iii) - Goldman Sachs

Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”						Consolidado	
						Valor justo	
			<u>Valor de referência (nacional)</u>		<u>Valores a (pagar)/ a receber</u>		
<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>		<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)							
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020	189.010		199.525		
Posição passiva	Pré 12,43% a 12,82%	out/2020	(189.010)		(197.407)		
Valor líquido					2.118		
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (ii)							
Posição ativa	US\$ US\$ Libor 6M 3,52% a	set/2011 a fev/2016		419.321	3.336.897	406.784	
Posição passiva	6,05% % CDI 85,30% a 110,0%	set/2011 a fev/2016		(419.321)	(3.336.897)	(3.485.337)	
Valor líquido					(85.582)	(585.862)	
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$ (iii)							
Posição ativa	% CDI	fev/2016	267.202		297.585		

Notas Explicativas

Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	(267.202)	<u>(277.014)</u>
Valor líquido				20.571
Contratos de “swap cross currency” Iene/R\$ (iv)				
Posição ativa	I ene Libor 6M 0,48% + Iene + 1,9%	jan/2011 a set/2017		
	Iene + Libor 6M + 1,25%		354.969	327.300
Posição passiva	% CDI 96,25%	jan/2011 a set/2017		
	% CDI 85% a 97%		<u>(354.969)</u>	<u>(421.525)</u>
Valor líquido				(94.225)
Contratos de “swap cross currency” Iene/US\$ (v)				
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	jan/2011	10.436	5.004
Posição passiva	US Libor 6M + 3,59%	jan/2011	<u>(10.436)</u>	<u>(234)</u>
Valor líquido				4.770

Contraparte:
 (i) – Morgan Stanley
 (ii) - Votorantim, Itaú BBA, Citibank, Deutsche, Santander.
 (iii) - Citibank, Deutsche, Itaú BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Votorantim.
 (iv) – Santander.
 (v) Goldman Sachs.

Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					Consolidado	
					Valor justo	
					Valores a (pagar)/ a receber	
					Valor de referência (nocional)	
					Valores a (pagar)/ a receber	
	<u>Indexador</u>	<u>vencimento</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ US\$ Libor 6M 1,07% a 5,50%	fev/2016 a out/2020	3.304.037		3.278.720	
Posição passiva	% CDI CDI 70,40% a 109,54%	fev/2016 a out/2020	<u>(3.304.037)</u>		<u>(3.411.220)</u>	
Valor líquido					(132.500)	

Contraparte:
 (i) - BNP Paribas, Citibank, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, Itaú BBA, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank.

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de “swap”, a controlada TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

Notas Explicativas

Contratos de “cross currency swap” US\$/R\$

A Companhia e suas controladas contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Contratos de “cross currency swap” R\$/US\$

A controlada TMAR contratou operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para reverter contratos de swap. Nestes contratos, a TMAR possui posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição ativa em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos swaps em dólar revertidos.

Contratos de “cross currency swap” Iene/R\$

A Companhia e a controlada TMAR contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteção do pagamento de dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, a Companhia e a controlada TMAR possuíam posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. No dia 22 de agosto de 2011, a dívida contratada pela TMAR em Iene com o JBIC foi antecipadamente liquidada. Em razão disso, a TMAR não possui mais “swap” em Iene.

Notas Explicativas

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

	Indexador	Forward	Vencimento	Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar) / a receber	
				Valor justo			
				30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Consolidado							
Valor justo							
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)							
(i)		1,6419 a	out/2011 a				
Posição ativa	US\$	1,8568	jan/2012	2.909.220	2.360.090	144.416	(93.460)
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)							
(iii)	US\$	1,7087 a 1,8440	out/2011 a dez/2011				
Posição passiva				1.338.197		(38.380)	
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR/R\$ (NDF)							
(ii)		2,2765 a	Nov/2011 a				
Posição ativa	EUR	2,4748	Jul/2012	1.870.350		151.236	

(i) - Barclays, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, ITAU BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander.

(ii) - BNP Paribas, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, Merrill Lynch.

(iii) - Barclays, Citibank, Deutsche, HSBC, Morgan Stanley, Santander.

Contratos de NDF "Non Deliverable Forward" US\$/R\$

A controlada TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF "Non Deliverable Forward" no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face a exposição atual da TMAR ao Dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra a TMAR. No intuito de alongar o período de proteção, a controlada TMAR poderá rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

A controlada BrT contratou operações de venda de dólar futuro via instrumentos de NDF "Non Deliverable Forward" no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o caixa da BrT, mantido no mercado externo em dólar antes da internalização dos recursos do "Senior Notes" lançado em 15 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” EURO/R\$

A controlada TMAR contratou operações de compra de euro futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face à exposição atual da TMAR ao euro desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra a TMAR.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizada a taxa de Dólar de fechamento de setembro de 2011. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Descrição	Taxa		Desvalorização
	30/09/2011	31/12/2010	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,8544	1,6662	0%
Iene	0,024070	0,020500	0%
Cesta de Moedas	0,036011	0,032718	0%
Euro	2,4938	2,2280	0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	2,3180	2,0828	25%
Iene	0,030088	0,025625	25%
Cesta de Moedas	0,045014	0,040898	25%
Euro	3,1173	2,7850	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,7816	2,4993	50%
Iene	0,036105	0,03075	50%
Cesta de Moedas	0,054017	0,049077	50%
Euro	3,7407	3,3420	50%

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Notas Explicativas**Fluxo futuro de pagamentos:**

Descrição	Risco individual	Controladora 30/09/2011		
		Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	25.432	316.308	341.740
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(319.510)		(319.510)
Total vinculado a taxas de câmbio		(294.078)	316.308	22.230
Cenário Possível				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	31.790	395.385	427.175
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(399.388)		(399.388)
Total vinculado a taxas de câmbio		(367.598)	395.385	27.787
Cenário Remoto				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	38.148	474.462	512.610
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(479.265)		(479.265)
Total vinculado a taxas de câmbio		(441.117)	474.462	33.345
Impactos				
Cenário Possível - Cenário Provável		(73.520)	79.077	5.557
Dólar		(73.520)	79.077	5.557
Cenário Remoto - Cenário Provável		(147.039)	158.154	11.115
Dólar		(147.039)	158.154	11.115

O valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Descrição	Risco	Saldo em 30/09/2011
Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros		
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	285.366
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(319.510)
Total vinculado a taxas de câmbio		(34.144)
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	356.708
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(399.388)
Total vinculado a taxas de câmbio		(42.680)
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	428.049
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(479.265)
Total vinculado a taxas de câmbio		(51.216)
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		(8.536)
Dólar		(8.536)
Cenário Remoto - Cenário Provável		(17.072)
Dólar		(17.072)

Notas Explicativas

Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros		Controladora
Descrição	Risco	Saldo em 31/12/2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	250.692
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.287)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(284.300)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	38.504
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(28.108)
Total vinculado a taxas de câmbio		(25.499)
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	313.365
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.859)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(355.375)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	48.130
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(35.135)
Total vinculado a taxas de câmbio		(31.874)
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	376.038
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.430)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(426.450)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	57.756
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(42.162)
Total vinculado a taxas de câmbio		(38.248)
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		(6.375)
Dólar		(8.974)
Iene		2.599
Cenário Remoto - Cenário Provável		(12.749)
Dólar		(17.947)
Iene		5.198

Notas Explicativas**Fluxo Futuro de pagamentos:**

Descrição	Risco individual					Consolidado 30/09/2011	
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total	
<i>Cenário Provável</i>							
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	767.196	1.791.837	2.043.270	5.174.188	9.776.491	
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.996.262)	(946.822)	(827.567)	(1.983.824)	(5.754.475)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.902.786)				(1.902.786)	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	47.928	95.855	95.855	1.966.205	2.205.843	
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(1.870.350)				(1.870.350)	
Caixa em Euro	Queda do Euro	(309)				(309)	
Total vinculado a taxas de câmbio		(4.954.583)	940.870	1.311.558	5.156.569	2.454.414	
<i>Cenário Possível</i>							
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	958.995	2.239.796	2.554.088	6.467.735	12.220.614	
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.495.328)	(1.183.528)	(1.034.459)	(2.479.780)	(7.193.095)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(2.378.483)				(2.378.483)	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	59.910	119.819	119.819	2.457.756	2.757.304	
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.337.938)				(2.337.938)	
Caixa em Euro	Queda do Euro	(386)				(386)	
Total vinculado a taxas de câmbio		(6.193.230)	1.176.087	1.639.448	6.445.711	3.068.016	
<i>Cenário Remoto</i>							
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.150.794	2.687.756	3.064.905	7.761.282	14.664.737	
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.994.393)	(1.420.233)	(1.241.351)	(2.975.736)	(8.631.713)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(2.854.179)				(2.854.179)	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	71.892	143.783	143.783	2.949.308	3.308.766	
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.805.525)				(2.805.525)	
Caixa em Euro	Queda do Euro	(464)				(464)	
Total vinculado a taxas de câmbio		(7.431.875)	1.411.306	1.967.337	7.734.854	3.681.622	
<i>Impactos</i>							
Cenário Possível - Cenário Provável		(1.238.646)	235.217	327.890	1.289.142	613.606	
Dólar		(782.964)	211.253	303.926	797.591	529.806	
Euro		(455.683)	23.964	23.964	491.551	83.797	
Cenário Remoto - Cenário Provável		(2.477.292)	470.436	655.779	2.578.285	1.227.208	
Dólar		(1.565.926)	422.508	607.851	1.595.182	1.059.615	
Euro		(911.366)	47.928	47.928	983.103	167.593	

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 30/09/2011
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.573.107
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.101.529)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.902.786)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.955.721
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(1.847.710)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(309)
Investimento em Ações (*)	Queda do Euro	(885.004)
Total vinculado a taxas de câmbio		(208.510)
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	9.466.384
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.376.911)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(2.378.483)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.444.651
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.309.638)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(386)
Investimento em Ações (*)	Queda do Euro	(1.106.255)
Total vinculado a taxas de câmbio		(260.638)
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	11.359.661
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.652.294)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(2.854.179)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.933.582
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.771.565)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(464)
Investimento em Ações (*)	Queda do Euro	(1.327.506)
Total vinculado a taxas de câmbio		(312.765)
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		(52.128)
Dólar		142.198
Euro		(194.326)
Cenário Remoto - Cenário Provável		(104.255)
Dólar		284.396
Euro		(388.651)

Notas Explicativas

Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 31/12/2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.826.002
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.018.387)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(678.835)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	790.100
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(332.304)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.968
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.674.568
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		625.391
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.282.502
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.272.983)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(848.544)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	987.625
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(415.381)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	12.460
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.093.210
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		781.738
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.739.003
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.527.580)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.018.252)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.185.149
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(498.457)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	14.952
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.511.852
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)
Total vinculado a taxas de câmbio		938.086
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		156.347
Dólar		32.195
Iene		114.448
Cesta		2.492
Euro		7.212
Cenário Remoto - Cenário Provável		312.695
Dólar		64.391
Iene		228.896
Cesta		4.984
Euro		14.424

Notas Explicativas

(d) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo				
Equivalentes de caixa	7.566.473	7.566.473	6.890.020	6.890.020
Aplicações financeiras	1.789.528	1.789.528	1.738.171	1.738.171

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a Companhia e suas controladas possuem operações de “swap” que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais “spread” para percentual do CDI.

Em 30 de setembro de 2011, aproximadamente 71,2% (31/12/2010 – 78,4%) da dívida contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 95,8% (31/12/2010 – 83,1%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia após operações de “hedge” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “hedge”. Porém, como o caixa da Companhia está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros		(101)	18.126	(4.391)
		(101)	18.126	(4.391)
	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros	(25)	(523)	(23.286)	(13.611)
	(25)	(523)	(23.286)	(13.611)

No período findo em 30 de setembro de 2011, no consolidado foram represadas perdas não realizadas no montante de R\$ 1.703 (R\$ 2.174 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) em “Outros resultados abrangentes” referentes à parcela efetiva dos contratos de “*hedge*” de proteção de fluxo de caixa de taxas de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”, e foi apropriado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado financeiro consolidado perdas no montante de R\$ 2.817 (R\$ 940 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011), referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, foram reconhecidos no consolidado R\$ 133 (R\$ 129 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) a despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “*hedge*”, trazendo o impacto total na despesa financeira consolidada R\$ 2.950 (R\$ 1.069 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) para o fator de risco de juros.

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

		Controladora			
		Valor Justo			
		Valor de referência (nocial)		Valores a (pagar)/ a receber	
Indexador	Vencimento	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré (i)					
Posição ativa	LIBOR US\$ 6m	Jan/2011	5.911		5.933
Posição passiva	US\$ 3,77%	Jan/2011	(5.911)		(6.026)
Valor líquido					(93)

Contraparte:
(i) Goldmans Sachs.

		Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”				
		Consolidado				
		Valor de referência (nocial)		Valores a (pagar)/ a receber		
Indexador	Vencimento	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 2,50%	out/2012 a jun/2016	1.523.980	432.928	1.422.267	430.320
Posição passiva	US\$ 5,04%	out/2012 a jun/2016	(1.523.980)	(432.928)	(1.435.629)	(446.310)
Valor líquido					(13.362)	(15.990)
Contratos de “swap” taxa CDI+ “spread”/CDI/Pré (ii)						
Posição ativa	CDI 0,55% Pré 12,43%	mar/2013 a out/2020	459.010	270.000	471.948	282.571
Posição passiva	% CDI 99,70% a 103,80%	mar/2013 a out/2020	(459.010)	(270.000)	(459.261)	(281.837)
Valor líquido					12.687	734

Contraparte:
(i) - Citibank , Merrill Lynch, Société Generale.
(ii) - Citibank , Merrill Lynch.

Notas Explicativas

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”				Consolidado	
			Valor de referência (nocial)		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 0,80%	fev/2012 a jul/2015	239.427	432.928	231.561	
Posição passiva	US\$ 3,62% a 4,04%	fev/2012 a jul/2015	(239.427)	(432.928)	(241.987)	
Valor líquido					(10.426)	

Contraparte:

(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.

Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré

A Companhia e suas controladas contrataram operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Contratos de “swap” taxa CDI+”Spread”/CDI

A controlada TMAR, contratou operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a Companhia possui posição ativa em CDI mais “spread” e posição passiva em percentual do CDI.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Notas Explicativas

Cenários de Taxas de juros											
30/09/2011											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
11,88%	6,00%		0,5578%	14,85%	7,50%		0,6973%	17,82%	9,00%		0,8367%

Cenários de Taxas de juros											
31/12/2010											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
10,64%	6,0%	0,3475%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,4344	0,5699%	15,96%	9,0%	0,5213	0,6839%

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Notas Explicativas

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

Descrição	Risco individual	Controladora
		30/09/2011
		Total até 1 ano
Cenário Provável		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	191.276
Total vinculado a taxas de juros		191.276
Cenário Possível		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	220.361
Total vinculado a taxas de juros		220.361
Cenário Remoto		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	249.184
Total vinculado a taxas de juros		249.184
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		29.085
CDI		29.085
Cenário Remoto - Cenário Provável		57.908
CDI		57.908

No encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, não havia fluxos de pagamentos vinculados a TJLP ou US LIBOR e JPY na Controladora.

Descrição	Risco Individual	Consolidado				Total
		30/09/2011	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.216.707	1.565.570	981.097	438.966	4.202.340
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	424.927	700.594	553.402	519.753	2.198.676
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	504.672	591.431	270.788	103.781	1.470.672
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	70.402	120.938	76.934	19.255	287.529
Derivativos (Posição líquida LIBOR)	Queda da US LIBOR	(43.110)	(64.731)	(36.432)	(12.956)	(157.229)
Total vinculado a taxas de juros		2.173.598	2.913.802	1.845.789	1.068.799	8.001.988
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.285.239	1.912.718	1.191.711	533.488	4.923.156
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	437.058	861.089	685.459	645.563	2.629.169
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	518.574	676.330	339.341	198.386	1.732.631
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	71.440	125.498	79.818	20.127	296.883
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(43.413)	(68.360)	(38.736)	(13.543)	(164.052)
Total vinculado a taxas de juros		2.268.898	3.507.275	2.257.593	1.384.021	9.417.787
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.448.554	2.256.156	1.400.378	627.174	5.732.262
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	491.504	1.019.583	817.260	769.671	3.098.018
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	532.414	762.530	410.929	300.155	2.006.028
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	72.811	130.057	82.702	20.999	306.569

Notas Explicativas

Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(44.489)	(71.988)	(41.040)	(14.130)	(171.647)
Total vinculado a taxas de juros		2.500.794	4.096.338	2.670.229	1.703.869	10.971.230
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável						
		95.300	593.473	411.804	315.222	1.415.799
CDI		80.663	507.643	342.671	220.332	1.151.309
TJLP		13.902	84.899	68.553	94.605	261.959
US LIBOR		735	931	580	285	2.531
Cenário Remoto - Cenário Provável						
		327.196	1.182.536	824.440	635.070	2.969.242
CDI		298.424	1.009.575	683.139	438.126	2.429.264
TJLP		27.742	171.099	140.141	196.374	535.356
US LIBOR		1.030	1.862	1.160	570	4.622

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “*ratings*” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

A Administração utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da TNL e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados as dívidas do grupo estão detalhados na Nota 19, na seção “*Covenants*”.

Notas Explicativas

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades das controladas TMAR e BrT.

Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011 as controladas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade de o Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e

Notas Explicativas

- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão.
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado .

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*)	maior que 4

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Notas Explicativas**4 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	<u>Períodos de três meses findos em</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita bruta de vendas e /ou serviços	<u>10.924.890</u>	<u>11.436.060</u>
Deduções da receita bruta		
Tributos	(2.496.876)	(2.688.255)
Outras deduções	<u>(1.488.483)</u>	<u>(1.401.999)</u>
Receitas de vendas e/ ou serviços	<u><u>6.939.531</u></u>	<u><u>7.345.806</u></u>

	<u>Períodos de nove meses findos em</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita bruta de vendas e /ou serviços	<u>32.922.614</u>	<u>34.520.946</u>
Deduções da receita bruta		
Tributos	(7.593.450)	(8.119.062)
Outras deduções	<u>(4.379.834)</u>	<u>(4.220.306)</u>
Receitas de vendas e/ ou serviços	<u><u>20.949.330</u></u>	<u><u>22.181.578</u></u>

Notas Explicativas

5 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesas por natureza	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Depreciação e amortização	(382)	(398)	(1.367.370)	(1.546.101)
Serviços de terceiros	(2.291)	(2.479)	(1.348.778)	(1.231.062)
Interconexão			(1.162.758)	(1.216.137)
Serviço de manutenção da rede			(636.535)	(531.094)
Pessoal	(7.332)	(3.621)	(459.381)	(401.529)
Aluguéis e seguros	(768)	(517)	(426.020)	(385.813)
Fistel			(180.278)	(139.594)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(163.477)	(249.545)
Publicidade e propaganda	(358)		(99.269)	(131.919)
Materiais	(98)	(22)	(57.769)	(58.964)
Custos de aparelhos e outros			(47.517)	(11.660)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL			(27.376)	(38.036)
Outros custos e despesas	(237)	(210)	(55.147)	(56.265)
	<u>(11.466)</u>	<u>(7.247)</u>	<u>(6.031.675)</u>	<u>(5.997.719)</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas			(4.108.911)	(4.235.115)
Comercialização de serviços			(1.169.379)	(1.212.149)
Gerais e administrativas	(11.466)	(7.247)	(753.385)	(550.455)
	<u>(11.466)</u>	<u>(7.247)</u>	<u>(6.031.675)</u>	<u>(5.997.719)</u>

Notas Explicativas

Despesas por natureza	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Depreciação e amortização	(1.162)	(1.216)	(4.258.797)	(4.635.402)
Serviços de terceiros	(22.564)	(7.887)	(3.960.164)	(3.600.742)
Interconexão			(3.494.071)	(3.778.087)
Serviço de manutenção da rede			(1.599.144)	(1.575.381)
Pessoal	(16.880)	(10.884)	(1.347.125)	(1.197.168)
Aluguéis e seguros	(1.523)	(1.804)	(1.214.855)	(1.135.524)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(662.538)	(801.673)
Fistel			(529.686)	(457.835)
Publicidade e propaganda	(810)		(397.795)	(373.816)
Custos de aparelhos e outros			(148.322)	(105.386)
Materiais	(163)	(60)	(126.798)	(194.730)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL			(91.824)	(114.788)
Outros custos e despesas	(601)	(511)	(173.521)	(170.098)
	<u>(43.703)</u>	<u>(22.362)</u>	<u>(18.004.640)</u>	<u>(18.140.630)</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas			(12.078.407)	(12.650.602)
Comercialização de serviços			(3.717.910)	(3.614.909)
Gerais e administrativas	(43.703)	(22.362)	(2.208.323)	(1.875.119)
	<u>(43.703)</u>	<u>(22.362)</u>	<u>(18.004.640)</u>	<u>(18.140.630)</u>

Notas Explicativas**6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas (i)	18		405.674	111.188
Aluguéis de infraestrutura			105.377	84.771
Dividendos prescritos	36.979		102.011	27.349
Multas aplicadas sobre contas vencidas			58.420	65.227
Serviços técnicos administrativos			30.839	29.400
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis			7.874	9.518
Outras receitas			14.282	20.094
	<u>36.997</u>		<u>724.477</u>	<u>347.547</u>
Outras despesas operacionais				
Provisões /reversões	(440)		(281.590)	(26.119)
Tributos	(7)	(1)	(165.566)	(192.211)
Descontos concedidos			(18.335)	(12.804)
Perda na alienação de ativo permanente			(10.268)	(39.345)
Despesas com cobrança			(7.503)	(15.069)
Participação dos empregados no resultado			(5.561)	(120.723)
Despesas com multas		(1)	(5.495)	(9.691)
Baixa de valor contábil – ágio Paggo				
Remunerações baseadas em ações	(140)	(230)	(1.196)	(2.298)
Outras despesas	(4.884)	(714)	(36.882)	(28.162)
	<u>(5.471)</u>	<u>(946)</u>	<u>(532.396)</u>	<u>(446.422)</u>

- (i) Refere-se ao reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, da controlada TMAR e da controlada indireta BrT, no valor de R\$ 354 milhões no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Demais ativos – Valores a receber”.

Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas (i)	397		571.567	254.092
Aluguéis de infraestrutura			302.005	240.267
Dividendos prescritos	55.296	3.984	189.023	34.277
Multas aplicadas sobre contas vencidas			178.154	193.243
Serviços técnicos administrativos			90.616	88.112
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis			11.159	42.748
Outras receitas			52.034	45.276
	<u>55.693</u>	<u>3.984</u>	<u>1.394.558</u>	<u>898.015</u>
Outras despesas operacionais				
Provisões /reversões	(914)	(1)	(741.754)	(499.110)
Tributos	(8)	(1)	(547.307)	(555.666)
Despesas com multas		(1)	(59.738)	(17.383)
Participação dos empregados no resultado	(782)	(296)	(52.825)	(243.402)
Descontos concedidos			(50.390)	(39.353)
Perda na alienação de ativo permanente			(42.012)	(79.849)
Despesas com cobrança			(38.259)	(46.205)
Baixa de valor contábil – ágio Paggo			(36.211)	
Remunerações baseadas em ações	(594)	(1.124)	(5.933)	(11.236)
Outras despesas	(5.865)	(791)	(95.339)	(61.587)
	<u>(8.163)</u>	<u>(2.214)</u>	<u>(1.669.768)</u>	<u>(1.553.791)</u>

- (i) Refere-se ao reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, da controlada TMAR e da controlada indireta BrT, no valor de R\$ 354 milhões no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Demais ativos – Valores a receber”.

Notas Explicativas**7 RESULTADO FINANCEIRO**

	Período de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	5.530	5.060	226.719	116.233
Rendimentos de aplicações financeiras	5.506	9.933	274.105	270.329
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	50.515	(17.971)	226.342	(40.394)
Descontos financeiros obtidos		3	18.750	17.537
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	39.892	13.094		
Outros	34	(171)	12.531	107.733
	<u>101.477</u>	<u>9.948</u>	<u>758.447</u>	<u>471.438</u>
Despesas financeiras				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(43.995)	17.402	(1.385.203)	291.964
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(6.493)	(28.720)	(442.269)	(495.147)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(9)	(4)	(154.992)	(141.007)
Juros sobre debêntures	(48.274)	(19.452)	(133.277)	(226.034)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(5.778)	(6.708)	(59.869)	(70.124)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.694)	(3.491)	(31.137)	(21.120)
Atualização monetária de provisões	(158)		(10.767)	(93.563)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(1.211)	875.333	(226.889)
Outros	(810)	(1.676)	(8.676)	(13.882)
	<u>(109.211)</u>	<u>(43.860)</u>	<u>(1.350.857)</u>	<u>(995.802)</u>

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	19.106	17.424	750.786	646.615
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	15.842	13.342	462.775	564.152
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	32.512	(7.756)	223.819	(10.025)
Dividendos recebidos (ii)			187.836	
Descontos financeiros obtidos		3	72.277	31.841
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	100.223	64.128		
Outros	2.390	79	9.808	122.805
	<u>170.073</u>	<u>87.220</u>	<u>1.707.301</u>	<u>1.355.388</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(58.768)	(57.958)	(1.340.342)	(1.453.975)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(28.040)	2.532	(992.156)	97.422
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(74)	(11)	(699.963)	(348.105)
Juros sobre debêntures	(88.414)	(19.452)	(364.872)	(508.921)
Atualização monetária de provisões	(294)	(3)	(278.856)	(306.719)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(15.833)	(21.229)	(211.430)	(193.688)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(10.863)	(10.560)	(147.171)	(65.769)
Atualização monetária de dividendos e JCP	(1.914)		(2.075)	
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas		(2.493)		
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(592)	2.874	305.613	(205.911)
Outros	(2.790)	(1.676)	(56.767)	(27.609)
	<u>(207.582)</u>	<u>(107.976)</u>	<u>(3.788.019)</u>	<u>(3.013.275)</u>

- (ii) No primeiro trimestre de 2011 a controlada BrT revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita na conta Juros e variações monetárias sobre outros ativos referentes à atualização monetária no montante de R\$ 198 milhões.

Adicionalmente de acordo com a Nota 23, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, a Companhia reconheceu em Juros e variações monetárias sobre outros ativos, a receita no montante de R\$ 97 milhões e em Juros e variações monetárias sobre outros passivos, a despesa no montante de R\$ 317 milhões.

- (iii) Em 2 de junho de 2011 a TMAR recebeu dividendos da Portugal Telecom de € 1,30, por ação, perfazendo o montante de € 81.583 (R\$ 187.836).

Notas Explicativas

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Tributos correntes			(227.841)	(84.618)
Tributos diferidos	100	12.790	146.524	(102.318)
Total	100	12.790	(81.317)	(186.936)

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	284.987	409.803	507.527	724.848
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			10.289	752
Total do resultado tributado	284.987	409.803	517.816	725.600
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(96.895)	(139.333)	(176.057)	(246.704)
Equivalência patrimonial	92.704	153.649		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)			28.624	44.253
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	10.845	(1.526)	73.169	7.342
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido			3.154	11.708
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(7.675)	(4.476)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)			4.022	941
Baixa de ativo fiscal diferido ou não constituído relacionado a reestruturação societária	(6.554)		(6.554)	
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	100	12.790	(81.317)	(186.936)
Alíquota efetiva	(0,04%)	(3,12%)	15,70%	25,76%

Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Tributos correntes			(574.304)	(490.162)
Tributos diferidos	(162.820)	13.425	370.100	228.358
Total	(162.820)	13.425	(204.204)	(261.804)

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	476.070	1.285.808	588.762	1.727.285
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			8.414	(2.035)
Total do resultado tributado	476.070	1.285.808	597.176	1.725.250
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(161.863)	(437.175)	(203.040)	(586.585)
Equivalência patrimonial	173.315	451.233		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)			116.546	116.508
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	11.089	(633)	67.405	106.083
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido			8.396	25.324
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(12.170)	(50.572)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)			4.020	127.438
Baixa de ativo fiscal diferido ou não constituído relacionado a reestruturação societária	(185.361)		(185.361)	
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(162.820)	13.425	(204.204)	(261.804)
Alíquota efetiva	34,20%	(1,04%)	34,19%	15,17%

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios, anistia de juros e multa sobre programas de refinanciamento fiscal e prescrição de dividendos.
- (iii) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos das empresas TMAR após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

Notas Explicativas

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa	399	661	276.180	350.218
Equivalentes de caixa	477.971	424.410	9.467.387	8.701.982
	<u>478.370</u>	<u>425.071</u>	<u>9.743.567</u>	<u>9.052.200</u>
Fundos de investimentos exclusivos	374.345	321.734	7.669.442	6.037.152
CDB – Certificado de Depósito Bancário	9.530	19.048	456.236	749.892
<i>Time Deposits</i>			1.124.222	1.645.721
Nota de Cupom Cambial	94.096	83.628	186.797	157.809
Operações compromissadas			5.881	33.785
Outros			24.809	77.623
Equivalentes de caixa	<u>477.971</u>	<u>424.410</u>	<u>9.467.387</u>	<u>8.701.982</u>

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Fundos de investimento exclusivos	3.395	204.965	1.549.623	1.831.112
Títulos privados			242.087	325.586
Aplicações financeiras	<u>3.395</u>	<u>204.965</u>	<u>1.791.710</u>	<u>2.156.698</u>
Circulante	3.395	204.965	1.723.833	2.147.606
Não circulante			67.877	9.092

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a TNL e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de setembro de 2011, a TNL possui aproximadamente 4% (31/12/2010 – 7%), a TMAR 44% (31/12/2010 – 5%), a Oi 12% (31/12/2010 – 42%), BrT 38% (31/12/2010 – 29%) e as demais controladas 2% (31/12/2010 – 17%) de participação nas quotas destes fundos.

Notas Explicativas

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos	
	30/09/2011	31/12/2010
Operações compromissadas	5.827.781	5.747.697
CDB – Certificado de Depósito Bancário	1.274.882	265.732
<i>Time Deposits</i>	563.012	
Títulos privados		1.880
Títulos públicos		3.256
Outros	3.767	18.587
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>7.669.442</u>	<u>6.037.152</u>
Títulos públicos	1.488.151	1.357.585
CDB – Certificado de Depósito Bancário	59.291	55.002
<i>Time Deposits</i>		199.229
<i>Bonds</i>	2.181	219.296
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>1.549.623</u>	<u>1.831.112</u>
Fundos de investimentos exclusivos	<u><u>9.219.065</u></u>	<u><u>7.868.264</u></u>

A Companhia, direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

Notas Explicativas**10 CONTAS A RECEBER**

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Serviços faturados	4.719.326	4.670.847
Serviços a faturar	1.867.894	1.853.670
Aparelhos e acessórios vendidos	271.999	290.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(922.277)	(921.366)
Total	5.936.942	5.893.845

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2011	%	31/12/2010	%
A faturar	1.867.894	27,2	1.853.670	27,2
A vencer	2.320.892	33,7	2.535.391	37,2
A receber de outros provedores	902.403	13,2	685.114	10,1
Vencidas até 60 dias	1.041.657	15,2	1.046.185	15,4
Vencidas de 61 a 90 dias	154.634	2,3	161.581	2,4
Vencidas de 91 a 120 dias	134.908	2,0	134.536	2,0
Vencidas de 121 a 150 dias	116.244	1,7	116.931	1,7
Vencidas de 151 a 180 dias	320.587	4,7	281.803	4,1
	6.859.219	100,0	6.815.211	100,0

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	(921.366)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(662.538)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	661.627
Saldo em 30/09/2011	(922.277)

Notas Explicativas**11 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA**

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Tributos correntes sobre a renda				
CS a recuperar (i)	1.154		155.882	236.947
IR a recuperar (i)	3.202		352.810	543.019
Impostos retidos na fonte – IR/CS	12.130	13.540	221.449	323.676
Circulante	16.486	13.540	730.141	1.103.642
Tributos diferidos sobre a renda				
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	2.956	2.810	2.691.565	2.732.783
CS sobre diferenças temporárias (ii)	1.064	1.012	822.373	858.089
IR sobre prejuízos fiscais (ii)		119.886	1.240.093	1.132.341
CS sobre base negativa (ii)		43.132	550.431	502.052
Provisão para perdas no valor recuperável de impostos e contribuições(ii)			(5.328)	(5.304)
Outros tributos diferidos (iii)	262.735	269.604	433.278	403.420
Não circulante	266.755	436.444	5.732.412	5.623.381
Adições temporárias por natureza:				
Participação nos lucros			19.722	95.178
Provisão para cobertura insuficiência atuarial			206.763	221.999
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa			159.864	182.538
Provisões	356	158	2.180.708	2.114.026
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			617.625	594.554
Variação Cambial			46.839	99.988
Provisões Diversas	3.664	3.664	(54.866)	25.532
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda			163.848	
Convergência ao IFRS – RTT:				
Subsídios e Fistel			48.206	54.965
Gastos pré-operacionais			17.444	60.870
Reconhecimento de receita			54.957	66.450
Desmobilização de ativo			42.809	74.772
Contabilidade de “hedge”			10.019	
	4.020	3.822	3.513.938	3.590.872

Notas Explicativas

	Passivo	
	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Tributos correntes sobre a renda		
IR a pagar	377.927	506.890
CS a pagar	176.811	225.615
Circulante	554.738	732.505
Tributos diferidos sobre a renda		
IR diferido	2.105.535	2.449.843
CS diferido	774.883	881.319
Não circulante	2.880.418	3.331.162
Adições temporárias por natureza:		
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT(*)	2.871.401	3.269.488
Convergência ao IFRS - RTT	9.017	47.234
Depreciação/baixas CME Lei 8.200/91		14.440

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 456.928 (31/12/2010 - R\$ 273.608).

Notas Explicativas

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011		170.282
2012		866.583
2013	4.020	792.827
2014		836.969
2015		516.289
2016 a 2018		1.289.064
2019 a 2021		832.448
	<u>4.020</u>	<u>5.304.462</u>

- (iii) Refere-se principalmente antecipações realizados em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais futuros.

Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

	<u>Controladora</u>				
	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Reconhecido no resultado IR / CS diferido</u>	<u>Adições / Compensações</u>	<u>Reconhecido no resultado financeiro</u>	<u>Saldo em 30/09/2011</u>
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:					
Provisões diversas	3.664				3.664
Provisões	158	198			356
	<u>3.822</u>	<u>198</u>			<u>4.020</u>
IR sobre prejuízos Fiscais	119.886	(119.886)			
CS sobre base negativa	43.132	(43.132)			
	<u>163.018</u>	<u>(163.018)</u>			
Outros Tributos Diferidos	269.604		(20.294)	13.425	262.735
	<u>269.604</u>		<u>(20.294)</u>	<u>13.425</u>	<u>262.735</u>
	<u><u>436.444</u></u>	<u><u>(162.820)</u></u>	<u><u>(20.294)</u></u>	<u><u>13.425</u></u>	<u><u>266.755</u></u>

Notas Explicativas**Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:**

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado IR / CS diferido	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Resultado diferido sem transito no ativo / passivo	Adições / compensações	Transferência Saldo inicial do passivo diferido para ativo diferido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2011
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:								
Provisões	2.114.026	66.682						2.180.708
Provisões de impostos e contribuições exigibilidade suspensa	182.538	(22.674)						159.864
Provisões para cobertura de insuficiência atuarial	221.999	(15.236)						206.763
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	594.554	23.071						617.625
Participação nos Lucros	95.178	(75.456)						19.722
Varição Cambial	99.988	(53.149)						46.839
Provisões Diversas	25.532	(21.029)		2.306		(61.675)		(54.866)
Subsídios e Fistel	54.965	(6.759)						48.206
Desmobilização de Ativos	74.772	(31.963)						42.809
Reconhecimento de Receita	66.450	(11.493)						54.957
Gastos Pré Operacionais	60.870	(43.426)						17.444
Contabilidade de "Hedge"			10.019					10.019
Ajuste no valor justo de Ativos Financeiros disponíveis para venda			163.848					163.848
Resultado diferido sem transito no Ativo		2.010		(2.010)				
Provisão para perda no valor recuperável de impostos e contribuições	(5.304)	(24)						(5.328)
	3.585.568	(189.446)	173.867	296		(61.675)		3.508.610
IR sobre prejuízos fiscais	1.132.341	107.752						1.240.093
CS sobre base negativa	502.052	53.708		(5.329)				550.431
	1.634.393	161.460		(5.329)				1.790.524
Outros Tributos Diferidos	403.420				14.041		15.817	433.278
	403.420				14.041		15.817	433.278
Total do ativo	5.623.381	(27.986)	173.867	(5.033)	14.041	(61.675)	15.817	5.732.412
Tributos Diferidos sob combinação de negócio BrT	(3.269.487)	398.086						(2.871.401)
Outras adições/exclusões temporárias	(61.675)			(9.017)		61.675		(9.017)
Total do passivo	(3.331.162)	398.086		(9.017)		61.675		(2.880.418)
	2.292.219	370.100	173.867	(14.050)	14.041		15.817	2.851.994

Notas Explicativas**12 OUTROS TRIBUTOS**

	Controladora		Ativo Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
	ICMS a recuperar (i)		6	1.564.567
PIS/COFINS	7.640	7.640	135.041	136.033
Imposto Retido na Fonte			72.931	62.565
PAES a Recuperar	10.126	10.126	10.126	10.126
Outros	22	23	35.655	30.820
	17.788	17.795	1.818.320	1.503.277
Circulante	23	17.795	1.297.157	1.072.440
Não circulante	17.765		521.163	430.837

	Controladora		Passivo Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
	PIS/COFINS	1.898	15.233	1.439.674
ICMS			1.068.083	1.044.716
FUST/FUNTTEL/Radiodifusão			511.352	496.296
ICMS Convênio N° 69/1998			368.506	257.160
Imposto Retido na Fonte	548	1.699	3.300	142.883
Outros	1.031	1.146	82.771	109.462
	3.477	18.078	3.473.686	3.260.766
Circulante	3.477	18.078	1.775.450	1.746.476
Não circulante			1.698.236	1.514.290

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar n° 102/2000.

Notas Explicativas**13 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Cíveis	5.741	5.788	5.898.511	4.983.199
Tributários	8.652	8.254	2.106.842	1.720.625
Trabalhistas	883	825	1.600.124	1.346.976
Bloqueios judiciais	44	131	203.811	215.640
Total	15.320	14.998	9.809.288	8.266.440
Circulante	689	131	1.958.908	1.813.162
Não circulante	14.631	14.867	7.850.380	6.453.278

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14 DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Adiantamentos a fornecedores	118	67	659.639	622.615
Valores a receber	3.624	1.108	423.924	114.033
FISTEL de manutenção (i)			171.328	
Adiantamento à FATL	5.133	5.704	163.064	182.252
Publicidade e propaganda e patrocínio	904	488	128.545	142.700
Incentivos fiscais	9.286	9.286	52.501	52.501
Aluguel de postes			44.962	23.417
Adiantamentos a empregados	64	90	39.928	73.185
Tributos, taxas e contribuições			23.669	17.884
Seguros	1.238	21	13.420	11.220
Valores a receber de aval concedido a empresas ligadas – partes relacionadas (Nota 28 (e))	93.315	55.100		
Outros	1.559	5.209	143.055	36.596
Total	115.241	77.073	1.864.035	1.276.403
Circulante	101.403	62.650	1.410.608	947.581
Não circulante	13.838	14.423	453.427	328.822

Abreviatura:

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga anualmente a ANATEL com a finalidade de cobrir dos gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

Notas Explicativas**15 INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	14.847.430	12.043.869		
Custo de aquisição (i)	77	77	40.774	40.555
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	7.555	7.555	24.121	13.770
Outros investimentos			367	367
	14.855.062	12.051.501	65.262	54.692

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	12.051.501	54.692
Valor pago na integralização de capital na TMAR	2.992.372	
Perda de participação na TMAR	(503.469)	
Ajuste dos dividendos declarados pela TMAR, líquido do efeito de perda de participação	38.239	
Equivalência patrimonial sobre os resultados de controladas	509.752	
Equivalência patrimonial sobre os resultados abrangentes de controladas	(237.889)	
Reconhecimento reflexo de programas de remuneração baseado em ações	3.760	
Reclassificação de passivo a descoberto de controlada	796	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas		10.603
Outros		(33)
Saldo em 30/09/2011	14.855.062	65.262

- (i) Refere-se principalmente ao aumento de capital, homologado pelo Conselho de Administração da TMAR, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, através da subscrição privada de 46.969.121 novas ações ordinárias e 58.696.856 novas ações preferenciais.

A Companhia subscreveu e integralizou 46.743.149 ações ordinárias e 283.306 ações preferenciais, tendo desembolsado o valor de R\$ 2.992.372. Devido à redução de participação no capital total da TMAR, que passou de 81,92% para 70,39%, foi reconhecida

Notas Explicativas

uma perda de R\$ 503.469 na conta de ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações.

Participações avaliadas a equivalência patrimonial:

Controladas	Controladora					
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
			Ordinária	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR (i)	21.055.047	728.110	150.971	91.250	70,31	98,01
TNL.Net	6.970	302	24.001		100	100
TNL Trading	(10.372)	(796)	55.524		100	100

Controladora

Controladas	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em		Valor do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
	Equivalência patrimonial		Equivalência patrimonial					
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
TMAR (i)	272.741	459.681	510.246	1.354.217	14.840.460	12.037.195		
TNL.Net	138	115	302	279	6.970	6.674		
TNL Trading	(218)	(240)	(796)	(736)			(10.372)	(9.577)
TNL PCS Participações		(7.648)		(26.604)				
	272.661	451.908	509.752	1.327.156	14.847.430	12.043.869	(10.372)	(9.577)

- (i) A equivalência patrimonial na TMAR é calculada pelo percentual de participação direta obtido após exclusão das ações mantidas em tesouraria, sendo de 70,48% (31/12/2010 – 81,92%) na TNL.

Em 30 de setembro de 2011, o valor de mercado do investimento na TMAR é de R\$ 16.133.313 (31/12/2010 – R\$ 10.299.101) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do período findo em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

16 IMOBILIZADO

	Controladora			
	Infra- estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)				
Saldo em 31/12/2010	836	24.165	25.570	50.571
Transferências	(3)		(163)	(166)
Saldo em 30/09/2011	833	24.165	25.407	50.405
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2010	(665)	(16.777)	(24.512)	(41.954)
Despesas de depreciação	(69)	(602)	(215)	(887)
Transferências	3		163	166
Saldo em 30/09/2011	(731)	(17.379)	(24.564)	(42.675)
Imobilizado líquido				
Saldo em 31/12/2010	171	7.388	1.058	8.617
Saldo em 30/09/2011	102	6.785	842	7.730
Taxa anual de depreciação (média)	9,77%	7,25%	14%	

	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra- estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2010	2.680.974	13.223.434	25.859.580	22.156.887	4.061.150	2.597.869	70.579.894
Adições	2.020.575	106.316	460.904	237.621	55.796	77.327	2.958.539
Baixas	(7.122)	(12.851)	(42.843)	(187.096)	(18.405)	(21.215)	(289.532)
Transferências	(1.763.161)	91.848	645.723	242.262	(134.618)	584.578	(333.368)
Saldo em 30/09/2011	2.931.266	13.408.747	26.923.364	22.449.674	3.963.923	3.238.559	72.915.533
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2010		(10.836.075)	(15.577.865)	(16.700.280)	(2.287.365)	(1.829.244)	(47.230.829)
Despesas de depreciação		(346.153)	(1.627.556)	(687.260)	(181.485)	(167.951)	(3.010.405)
Baixas		11.890	32.914	163.145	4.849	16.441	229.239
Transferências		24.996	92.750	(137.462)	127.118	(107.683)	(281)
Saldo em 30/09/2011		(11.145.342)	(17.079.757)	(17.361.857)	(2.336.883)	(2.088.437)	(50.012.276)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2010	2.680.974	2.387.359	10.281.715	5.456.607	1.773.785	768.625	23.349.065
Saldo em 30/09/2011	2.931.266	2.263.405	9.843.607	5.087.817	1.627.040	1.150.122	22.903.257
Taxa anual de depreciação (média)		10,64%	10,44%	7,06%	5,74%	12,47%	

Notas Explicativas

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR e da BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis das controladas TMAR e BrT são R\$4.742.003 (31/12/2010 - R\$ 4.928.850) e R\$3.071.525 (31/12/2010 - R\$ 3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 42.073 (30/09/2010 - R\$ 68.569) no consolidado, pela taxa média de 18,98% a.a.

Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do período no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 5). No período findo em 30 de setembro de 2011 não houve apropriação no resultado (30/09/2010 - R\$ 3.386), pois os contratos foram encerrados em outubro de 2010. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia e de suas controladas são canceláveis.

Notas Explicativas**17 INTANGÍVEL**

	Controladora		
	Sistemas de processamento de dados	Marcas e Patentes	Total
Custo do intangível			
Saldo em 31/12/2010 e 30/09/2011	7.021	547	7.568
Amortização acumulada			
Saldo em 31/12/2010	(5.949)	(362)	(6.311)
Despesas de amortização	(275)		(275)
Saldo em 30/09/2011	(6.224)	(362)	(6586)
Intangível líquido			
Saldo em 31/12/2010	1.072	185	1.257
Saldo em 30/09/2011	797	185	982
Taxa anual de amortização (média)	20,00%	0,00%	

	Consolidado						
	Ágio (“Goodwill”)	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Carteira de clientes	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2010	118.159	3.345.734	17.925.264	122.734	349.111	381.515	22.242.517
Adições		26.529	7.196	836	66.801		101.362
Transferências		403.150			(86.340)		316.810
Baixas (i)	(36.211)	(69.283)					(105.494)
Saldo em 30/09/2011	81.948	3.706.130	17.932.460	123.570	329.572	381.515	22.555.195
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2010	(8.047)	(2.295.551)	(2.898.907)	(5.702)	(141.801)	(292.494)	(5.642.502)
Despesas de amortização		(307.756)	(844.229)	(127)	(7.259)	(89.021)	(1.248.392)
Baixas		8.156					8.156
Saldo em 30/09/2011	(8.047)	(2.595.151)	(3.743.136)	(5.829)	(149.060)	(381.515)	(6.882.738)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2010	110.112	1.050.183	15.026.357	117.032	207.310	89.021	16.600.015
Saldo em 30/09/2011	73.901	1.110.979	14.189.324	117.741	180.512		15.672.457
Taxa anual de amortização (média)		20,00%	7,44%		19,71%	40,00%	

- (i) As baixas apresentadas referem-se aos efeitos provenientes da redução do percentual de participação da controlada Oi na Paggo Soluções. (Nota 2)

Ágios (“Goodwill”)

As controladas da Companhia possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”).

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de (“impairment”), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas.

Notas Explicativas

Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	131.106
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	867.018
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Outras licenças			284.537
Valor justo das licenças STFC da BrT e BrT Celular			14.338.481
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)			1.073
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular			230.030
Total			17.932.460

18 FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Materiais de infraestrutura e rede	1.529.677	1.486.289
Repasses (interconexão e “cobilling”)	817.474	982.544
Comissões de vendas	259.377	317.543
Manutenção de planta	209.518	302.963
Tecnologia da informação	153.424	194.496
Estoques de aparelhos e “simcards”	95.115	81.847
Serviços	63.853	30.053
“Call Center”	32.837	52.914
Aluguel de postes e direito de passagem	7.086	12.706
Aluguel de espaço físico e equipamentos	321	7.276
Outros	710.086	570.116
	3.878.768	4.038.747

Notas Explicativas**19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**
(inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Financiamentos	278.159	288.130	21.607.357	22.505.500
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	7.206	1.065	607.958	285.660
Debêntures públicas	1.500.000	1.500.000	5.791.100	6.770.740
Juros provisionados sobre debêntures	65.509	62.603	270.084	222.497
Arrendamento mercantil				841
Custos de transação incorrido	(21.630)	(28.247)	(587.154)	(649.339)
Total	1.829.244	1.823.551	27.689.345	29.135.899
Circulante	1.572.022	1.592.453	4.581.366	7.144.441
Não circulante	257.222	231.098	23.107.979	21.991.458

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento	TIR %
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010		
Instituições financeiras	285.365	289.195	16.102.512	16.424.098		
Moeda nacional			6.573.684	8.133.428	Ago/2010 a Dez/2033	12,07
Moeda estrangeira	285.365	289.195	9.528.828	8.290.670	Jan/2010 a Out/2020	0,14
Debêntures públicas	1.565.509	1.562.603	6.061.184	6.993.237	Mar/2011 a Jul/2021	16,97
BNDDES			6.112.803	6.367.062		
Moeda nacional			6.112.803	6.357.094	Jan/2011 a Dez/2018	5,89
Cesta de moedas, incluindo dólar				9.968		
Arrendamento mercantil				841		22,15
Subtotal	1.850.874	1.851.798	28.276.499	29.785.238		
Custos de transação incorrido	(21.630)	(28.247)	(587.154)	(649.339)		
Total	1.829.244	1.823.551	27.689.345	29.135.899		

Notas Explicativas**Custos de transações por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Instituições financeiras				
Moeda nacional			114.466	157.087
Moeda estrangeira	21.488	28.247	446.956	472.813
Debêntures públicas	142		21.399	14.398
BNDES				
Moeda nacional			4.333	5.035
Cesta de moedas, incluindo dólar				6
Total	21.630	28.247	587.154	649.339
Circulante	692	9.415	88.466	109.065
Não circulante	20.938	18.832	498.688	540.274

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Reais	1.565.366	1.562.603	18.607.474	21.308.081
Dólar Norte-Americano	263.878	222.444	7.148.811	5.382.779
Euro			1.933.060	1.649.985
Iene		38.504		785.093
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES				9.961
Total	1.829.244	1.823.551	27.689.345	29.135.899

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CDI	1.565.366	1.562.603	8.861.122	12.320.396
Pré fixado	263.878	222.444	7.765.762	6.078.469
TJLP			5.732.949	5.976.554
Libor			3.341.867	1.948.911
Libor Iene		38.504		785.094
IPCA			1.920.869	1.970.566
INPC			66.776	45.948
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES				9.961
Total	1.829.244	1.823.551	27.689.345	29.135.899

Notas Explicativas

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012		519.090
2013	278.160	3.302.347
2014		3.554.041
2015		2.187.100
2016		3.198.843
2017 em diante		10.845.246
	<u>278.160</u>	<u>23.606.667</u>

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	2.388	21.842
2013	18.550	94.610
2014		73.523
2015		71.607
2016		61.549
2017 em diante		175.557
	<u>20.938</u>	<u>498.688</u>

a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos do período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2011.

Financiamentos em moeda nacional

Em dezembro de 2009, a TMAR assinou uma linha crédito com o BNDES para financiamento de investimentos entre os anos de 2009 e 2011. O valor somado das duas “tranches” que compõem a linha de crédito é de R\$ 2.731 milhões. Em julho de 2011, a TMAR fez um desembolso adicional de R\$ 600 milhões da linha. A taxa de juros deste empréstimo é igual ao valor da TJLP adicionado de 3,95% a.a., pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e mensalmente após esse período. O pagamento do valor de principal da linha será amortizado em 84 prestações mensais a partir de janeiro de 2012.

Em maio de 2008, a Companhia captou Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$ 4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo o vencimento dos encargos financeiros semestral, de maio de 2010 até maio de 2016 e o principal vencendo em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a.. Em maio de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 839.886. Em junho de 2011, a Companhia assinou o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil (“BB”) no montante de R\$ 3.071 milhões. O vencimento dos encargos financeiros permanecerá semestral, de maio de 2015 até maio de 2018. O principal vencerá em quatro prestações anuais a partir de maio de 2015. O novo custo da operação é de CDI + 1,0% a.a. até maio de 2015 e CDI + 1,83% a.a entre maio de 2015 e maio de 2018.

Notas Explicativas

Em abril de 2011, a TMAR liquidou voluntariamente a Cédula de Crédito Bancária da Caixa Econômica Federal de novembro de 2009 no valor de R\$ 2 bilhões com juros remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em fevereiro de 2011, a Companhia realizou a emissão de R\$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 0,45% a.a., por um prazo de até 90 dias, cujo vencimento e o pagamento ocorreram em 16 de maio de 2011.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 562.764, dos contratos de financiamento contratados pelas controladas BrT e BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro de 2006, no montante de R\$ 259 milhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em setembro de 2011, a BrT emitiu “*Senior Notes*” no valor de R\$ 1.100 milhões, com o objetivo de reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais incluindo investimentos e refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de 9,75% a.a., com vencimento final em setembro de 2016. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em março e setembro, desde março de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 5.324 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Financiamentos em moeda estrangeira

Em junho de 2011, a TMAR assinou uma linha de financiamento a exportação com a SEK – “*Swedish Export Corporation*” e “*Deutsche Bank*” através de um acordo com a SEK para desembolsos no valor total de até US\$ 103 milhões. Os juros dessa linha de financiamento a exportação são de 2,21% a.a., pagos semestralmente a partir de janeiro de 2012. O pagamento de principal se realizará em 17 parcelas semestrais, iniciando em fevereiro de 2012. Em julho de 2011, foi efetuado o desembolso de US\$ 5 milhões dessa linha.

Em junho de 2011, a TMAR assinou uma linha de refinanciamento de dívida com o “*China Development Bank*” com o valor de principal de até US\$ 500 milhões. Um desembolso de US\$ 380 milhões foi feito em julho de 2011, com o objetivo de refinarciar dívidas da TMAR. Os empréstimos dessa linha possuem uma taxa de juros de LIBOR+2,30% ao ano, pagos semestralmente até o final da linha em junho de 2016. O valor de principal da operação será pago em 5 parcelas semestrais, iniciando em outubro de 2014.

Em junho de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 96,5 milhões (R\$ 152 milhões) e US\$ 74 milhões (R\$ 123 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Finnish Export Credit*” em agosto de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010. Em maio de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 54,7 milhões (R\$ 89,2 milhões) e US\$ 31 milhões (R\$ 51 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Credit Agricole*” tendo o ONDD – “*Office National Du Ducreire*” como “*export credit agency*” em abril de 2010, no valor de US\$ 220 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Em março de 2011 a TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de 3,5% a.a.. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 prestações semestrais a partir de maio de 2012. Foram desembolsados US\$ 46 milhões (R\$ 75 milhões) em maio de 2011.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 21 milhões (R\$ 36 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*China Development Bank*” em fevereiro de 2009, no valor de US\$ 300 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 98 milhões (R\$ 164 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*China Development Bank*” em outubro de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

(b) Debêntures públicas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a 5ª emissão pública, pela BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.000 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 10.802, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2011 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de maio de 2011, foi aprovada a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500.000 (valor unitário de R\$ 10), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 26 de maio de 2011. As 150 mil debêntures têm vencimento em 25 de maio de 2012 com remuneração de CDI + 0,65% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 231 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a 2ª emissão pública, pela TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures com remuneração de CDI + 1,10% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final foram liquidadas em 15 de fevereiro de 2011.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 2,2 bilhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da

Notas Explicativas

colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. A 1ª série desta emissão venceu em março de 2011, sendo amortizado o montante total de R\$ 1.706.750.

Em 1 de junho de 2006, a controlada BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 438.750.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da TMAR, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da TNL e das companhias, no montante de R\$ 6.112.803. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi e aval da TNL e TMAR, no montante de R\$397.114.

As debêntures públicas, emitidas pela controlada BrT, possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela TNL .

(d) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Até um ano	_____	841
	_____	841

Notas Explicativas

(e) “Covenants”

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

(f) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 446.481. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços. A TMAR ainda não emitiu estas debêntures, não tendo, portanto, recebido os respectivos recursos.

Em setembro de 2010 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao “*Export-Import Bank of China*” no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013.

Notas Explicativas**20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativos				
Contratos de "swap" – cambial			167.050	48.207
Contratos de "swap" - taxa de juros			14.742	734
Contratos de "Non Deliverable Forward" – NDF			298.303	13.084
Contratos de Opção		4.869		4.869
		<u>4.869</u>	<u>480.095</u>	<u>66.894</u>
Circulante		4.869	223.913	43.797
Não circulante			256.182	23.097
Passivos				
Contratos de "swap" – cambial		16.968	362.442	728.393
Contratos de "swap" - taxa de juros		93	25.843	15.990
Contratos de "Non Deliverable Forward" – NDF			41.032	106.543
		<u>17.061</u>	<u>429.317</u>	<u>850.926</u>
Circulante		17.061	221.109	566.746
Não circulante			208.208	284.180

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada TMAR adotou dentre suas políticas contábeis a contabilidade de "hedge". Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

21 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
SMP	1.773.525	1.964.831
Concessões STFC		157.612
Outras autorizações		3.714
	<u>1.773.525</u>	<u>2.126.157</u>
Circulante	382.243	532.310
Não circulante	1.391.282	1.593.847

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

Notas Explicativas

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<u>Consolidado</u>
2012	382.243
2013	345.320
2014	346.987
2015	346.987
2016	346.987
2017 em diante	5.001
	<u><u>1.773.525</u></u>

22 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

PAES – REFIS II

A TNL e suas controladas TMAR, Oi e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da TNL, da TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas TMAR e Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB e PGFN. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a TMAR.

As controladas BrT e iG Brasil possuíam saldos decorrentes da inclusão de débitos federais vencidos até 29 de fevereiro de 2000 em programa de refinanciamento, este regulado pela Lei nº 9.964/2000 (também conhecido como REFIS I).

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4), os saldos de parcelamentos da TNL, BrT, iG Brasil e TMAR foram migrados, conforme abaixo.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais (REFIS 4), disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos administrados pela RFB e PGFN (débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários) vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1º, V, §9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Notas Explicativas

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas Portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas aguardam consolidação definitiva pela Receita Federal do Brasil, entretanto, a Companhia já vem realizando o pagamento das parcelas sobre o montante que entende ser objeto do parcelamento. Os pedidos de parcelamento foram formalizados entre os dias 11 de novembro e 30 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A TNL e suas controladas BrT, iG Brasil e TMAR optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento (REFIS 4). Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
PAES			19.847	219.380
Parcelamento da Lei 11.941/2009	132.917	134.451	1.170.647	726.922
	<u>132.917</u>	<u>134.451</u>	<u>1.190.494</u>	<u>946.302</u>
Circulante	16.528	16.528	103.067	68.471
Não circulante	116.389	117.923	1.087.427	877.831

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS 4) segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	30/09/2011			31/12/2010
	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	336.144	60.227	293.456	446.589
Imposto de renda	87.637	12.063	78.294	141.396
IOF	48.788	5.049	29.365	90.065
CPMF	19.756	1.973	11.606	77.321
PIS	43.258	3.518	29.913	74.450
INSS - SAT	10.187	4.047	22.160	35.811
Contribuição social	22.795	3.625	17.761	38.843
Outros	14.703	4.566	29.603	41.827
	<u>583.268</u>	<u>95.068</u>	<u>512.158</u>	<u>946.302</u>

Notas Explicativas

No que se refere à sua controlada TMAR, como já mencionado, os débitos originariamente incluídos no PAES encontram-se refinanciados no âmbito do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4). Os valores incluídos de ofício pela PGFN e RFB no PAES permanecem objeto de disputa judicial.

Em função de uma decisão judicial de primeira instância publicada ao final de março de 2011, a TMAR revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Conseqüentemente, a TMAR reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual a TMAR não concordava, e o novo programa de parcelamento (REFIS 4). Em março de 2011 a TMAR reconheceu R\$ 54 milhões de principal em outras despesas operacionais, e R\$ 220 milhões de atualização monetária líquida registrado em despesas financeiras.

A Companhia vem realizando os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R\$ 10.863 (30/09/2010 – R\$ 10.560) na TNL e R\$ 147.171 (30/09/2010 – R\$ 65.769) no consolidado como “Despesas financeiras”, no período findo em 30 de setembro de 2011 (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	2.540	22.748
2012	10.159	90.993
2013	10.159	90.993
2014	10.159	90.993
2015	10.159	90.993
2016 a 2018	30.478	272.980
2019 a 2021	30.478	272.980
2022 a 2024	28.785	257.814
	<u>132.917</u>	<u>1.190.494</u>

Notas Explicativas**23 PROVISÕES****(a) Composição do saldo**

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Tributárias (vide item (d) (1))					
(i)	ICMS			607.105	621.889
(ii)	FUNTEL			117.432	108.046
(iii)	ISS	424	424	37.518	74.939
(iv)	ILL			27.008	55.447
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)			16.809	16.055
(vi)	Demais ações	4	4	40.126	35.294
		428	428	845.998	911.670
Trabalhistas (vide item (d) (2))					
(i)	Horas extras	585		653.646	612.714
(ii)	Diferenças salariais			325.572	293.365
(iii)	Adicionais diversos			224.257	206.440
(iv)	Indenizações			150.312	172.097
(v)	Complemento de aposentadoria			99.811	94.002
(vi)	Subsidiariedade			96.870	88.729
(vii)	Verbas rescisórias			96.168	110.648
(viii)	Estabilidade / Reintegração			93.213	79.920
(ix)	FGTS			40.730	39.089
(x)	Multas trabalhistas			23.785	26.183
(xi)	Honorários advocatícios/periciais			12.307	11.828
(xii)	Vínculo empregatício			5.494	6.516
(xiii)	Demais ações			89.609	83.015
		585		1.911.774	1.824.546
Cíveis (vide item (d) (3))					
(i)	Societário			2.411.063	2.415.967
(ii)	Estimativas ANATEL			511.474	485.427
(iii)	Multas ANATEL			401.385	340.853
(iv)	Juizados Especiais Cíveis			193.525	181.980
(v)	Demais ações	34	29	706.035	632.931
		34	29	4.223.482	4.057.158
		1.047	457	6.981.254	6.793.374
Circulante				1.819.313	1.692.623
Não circulante		1.047	457	5.161.941	5.100.751

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas**(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

	30/09/2011			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	845.998	1.911.774	4.223.482	6.981.254
Passivos contingentes	17.834.269	3.233.142	1.427.957	22.495.368
	31/12/2010			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	911.670	1.824.546	4.057.158	6.793.374
Passivos contingentes	15.304.601	2.546.580	1.371.801	19.222.982

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Controladora			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	428		29	457
Adições / reversões (Nota 6)		296	618	914
Baixas por pagamento/encerramento			(618)	(618)
Atualização monetária (Nota 7)		289	5	294
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>428</u>	<u>585</u>	<u>34</u>	<u>1.047</u>
	Consolidado			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	911.670	1.824.546	4.057.158	6.793.374
Adições/reversões (Nota 6)	4.351	230.292	507.111	741.754
Baixas por pagamento	(121.439)	(282.423)	(428.868)	(832.730)
Atualização monetária (Nota 7)	51.416	139.359	88.081	278.856
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>845.998</u>	<u>1.911.774</u>	<u>4.223.482</u>	<u>6.981.254</u>

Notas Explicativas

(d) Provisões (consolidado)

(1) Tributárias:

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
- (iii) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (iv) ISS – A TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (31/12/2010 – R\$ 10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 1.642 (31/12/2010 - R\$ 1.562).

(2) Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.

Notas Explicativas

- (v) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (vi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (vii) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
- (viii) Estabilidade/reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (ix) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.
- (xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a BrT e suas controladas concluíram o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos aos praticados pela TMAR. Como consequência, a BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

Notas Explicativas

(3) Cíveis:

- (i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais)

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de setembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

Notas Explicativas

- (ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (v) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

(e) Passivo contingente

A TNL e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 5.743.945 (31/12/2010 – R\$ 4.645.477). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.527.512 (31/12/2010 - R\$ 3.047.052), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 1.559.340 (31/12/2010 – R\$ 1.442.202) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo

Notas Explicativas

pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 427.547 (31/12/2010 – R\$ 393.332).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 5.623.410 (31/12/2010 – R\$ 3.980.752). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$ 2.424.375 (31/12/2010 – R\$ 2.229.872), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela Companhia em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da Companhia resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM nº 319/1999. A Companhia conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 629.447 (31/12/2010 – R\$ 579.075) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 1.794.928.

- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 999.533 (31/12/2010 – R\$ 919.544), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 568.241 (31/12/2010 – R\$ 522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R\$ 431.292.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à TMAR multa no valor histórico de R\$ 250.869 (31/12/2010 –

Notas Explicativas

R\$ 230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 97.027 (31/12/2010 - R\$ 89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 153.842. Os assessores jurídicos da TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 3.233.142 (31/12/2010 – R\$ 2.546.580).

Cíveis:

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.427.957 (31/12/2010 – R\$ 1.371.801).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a Companhia não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a Companhia não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Informações Trimestrais.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra TNL, TMAR, Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da Oi para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A venda do controle acionário da Oi para a TMAR também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os três processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram

Notas Explicativas

julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada. A Administração considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a Companhia não registrou qualquer provisão.

(f) Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da

Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R\$ 21.092 (31/12/2010 – R\$ 20.271).

(g) Garantias

A TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, corresponde a R\$ 154.989 (31/12/2010 - R\$ 138.401) na controladora e R\$ 8.744.093 (31/12/2010 - R\$ 7.769.699) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

24 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ações bonificadas a resgatar (i)			761.763	
Receitas a apropriar (ii)			609.989	660.326
Adiantamentos de clientes			359.358	323.789
Valores a Pagar – Grupamento de Ações	68.520	68.635	218.942	220.086
Provisão de desmobilização de ativos			207.911	201.796
Valores consorciáveis		718	150.813	163.497
Outros	14.173	10.903	140.587	118.225
Total	82.693	80.256	2.449.363	1.687.719
Circulante	4.001	3.381	1.696.435	1.108.445
Não circulante	78.692	76.875	752.928	579.274

(i) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 30 (a).

(ii) Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.254.682 (31/12/2010 – R\$ 5.448.731), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2011	31/12/2010
Capital total em ações		
Ações ordinárias	187.029	130.612
Ações preferenciais	289.633	261.223
Total	476.662	391.835
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(2.984)	(3.021)
Ações preferenciais	(6.127)	(6.167)
Total	(9.111)	(9.188)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	184.045	127.591
Ações preferenciais	283.506	255.056
Total em circulação	467.551	382.647
Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)	29,41	29,22

Notas Explicativas

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações mantidas em tesouraria.

A Companhia esta autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

Em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, o Conselho de Administração da TNL homologou o aumento de capital através da subscrição privada de 56.417.086 novas ações ordinárias e 28.409.175 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Tendo em vista o aumento de capital ora homologado, que foi totalmente integralizado no mês de março de 2011, o capital social integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 7.254.682.

(b) Ações em tesouraria

O último programa de recompras de ações na TNL foi encerrado em 2005.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Valor ⁽¹⁾</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Valor ⁽¹⁾</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.021	85.384	6.167	268.256
Ações alienadas	(37)	(998)	(40)	(1.705)
Saldo em 30 de setembro de 2011	2.984	84.386	6.127	266.551

(1) Equivale ao custo das ações alienadas

As ações em tesouraria foram recompradas com base nos recursos originários das reservas de capital.

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Médio ponderado	43,50	43,50
Mínimo	34,89	34,89
Máximo	45,28	45,28

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	6.127	2.984	6.166,5	3.020,8
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	17,80	20,60	24,29	32,30
Valor de Mercado	109.060	61.470	149.785	97.572

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo contábil das reservas de investimentos	6.357.936	6.358.816
Ações em tesouraria	<u>(350.937)</u>	<u>(353.640)</u>
Saldo, líquido das ações em tesouraria	<u>6.006.999</u>	<u>6.005.176</u>

(c) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição e alienação de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social e/ou na alienação de ações próprias mantidas em tesouraria. Na emissão de ações ocorrida em 28 de março de 2011, descrita no item (a), a Companhia reconheceu nesta reserva ágio no montante de R\$ 1.172.055.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se basicamente a aplicações em incentivos fiscais - FINOR.

Reserva de opções de ações

Corresponde ao valor justo das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais da Companhia outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compras de Ações, apropriados em proporção linear ao decorrer do prazo de prestação de serviços dos beneficiários (“*vesting period*”).

No período findo em 30 de setembro de 2011, foi constituída a título desta reserva o montante de R\$ 594.

(d) Reservas de lucros

De acordo com o art. 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo das reservas de lucros superava o valor do capital social da Companhia. Em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, o Conselho de Administração da TNL homologou o aumento de capital através da subscrição privada de novas ações ordinárias e preferenciais. Tendo em vista o aumento de capital homologado, que foi totalmente integralizado no mês de março de 2011, o capital social integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 7.254.682, reestabelecendo a relação entre o capital social e a reserva de lucros.

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Notas Explicativas

Reserva de investimentos

A Companhia mantém em reserva de lucros recursos para fazer face a investimentos diretos ou através de concessão de linhas de crédito de longo prazo a suas controladas, para que estas executem seus respectivos orçamentos de capital. Os investimentos vêm sendo aplicados substancialmente na expansão das plantas de telefonia fixa e móvel.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$ 503.468 referente à variação na porcentagem de participação na controlada TMAR pela subscrição de capital descrita na Nota 15.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou equivalência nos montantes de perdas de R\$ 224.180 e de R\$ 13.709 referentes à variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), respectivamente.

O presente formulário de ITR apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Outros resultados abrangentes”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	<u>Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Total (*)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(868.867)		(868.867)
Variação na porcentagem de participação na controlada TMAR	(503.469)		(503.469)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos de tributos		(13.709)	(13.709)
Ativo financeiro disponível para venda, líquido de tributos		(224.180)	(224.180)
Saldos em 30 de setembro de 2011	(1.372.336)	(237.889)	(1.610.225)

	<u>Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Total (*)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	861.417		861.417
Variações no período			
Saldos em 30 de setembro de 2010	861.417		861.417

(*) Classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(f) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais sem direito a voto têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% em proporção à participação no capital social, ou 3% do valor patrimonial da ação, prevalecendo o que for maior entre os dois critérios.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Conforme AGO da Companhia, realizada em 28 de abril de 2011, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R\$ 1.427.714 da seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 71.386; (b) constituição de reserva de investimentos no montante de R\$ 1.017.246; e (c) pagamento de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 339.082. Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R\$ 3.911.106 foram destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

Notas Explicativas

(g) Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia possui categoria de ações potenciais diluídas provenientes de opções de compra de ações, que foi considerado no cálculo do lucro por ação diluído. Adicionalmente, a Companhia considerou o efeito dilutivo decorrente do plano de opção de ações da subsidiária BrT que tem efeito dilutivo por provocar uma redução do resultado de equivalência patrimonial na Coari e consequentemente na TMAR e TNL, aumentando o prejuízo atribuído aos acionistas controladores da Coari.

	Trimestre findo em 30/09/2011	Período findo em 30/09/2011	Trimestre findo em 30/09/2010	Período findo em 30/09/2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	285.087	313.250	422.593	1.299.233
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas	112.218	119.542	140.916	433.267
Equivalência patrimonial sobre efeito dilutivo do plano de opções de ações da BrT	(5)	(10)	(11)	(25)
Lucro alocado às ações ordinárias – diluídas	112.213	119.532	140.905	433.242
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas	172.869	193.708	281.677	865.966
Equivalência patrimonial sobre efeito dilutivo do plano de opções de ações da BrT	(5)	(10)	(11)	(26)
Lucro alocado às ações preferenciais – diluídas	172.864	193.698	281.666	865.940
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas	184.043.257	171.470.808	127.590.852	127.582.369
Ações ordinárias potenciais dilutivas	3.925.651	3.925.651	3.277.000	3.277.000
Ações ordinárias – diluídas	187.968.908	175.396.459	130.867.852	130.859.369
Ações preferenciais – básicas	283.505.255	277.137.328	255.041.303	254.997.119
Ações preferenciais potenciais dilutivas	2.075.448	2.075.448	1.755.000	1.755.000
Ações preferenciais – diluídas	285.580.703	279.212.776	256.796.303	256.752.119
Lucro por ação (Em reais):				
Ações ordinárias – básicas	0,60974	0,69716	1,10444	3,39598
Ações ordinárias – diluídas			1,076	3,31
			70	074
Ações preferenciais – básicas	0,59698	0,68150	1,104	3,39
			44	598
Ações preferenciais – diluídas	0,60976	0,69896	1,096	3,37
			85	267
	0,60531	0,69373		

(*) De acordo com a legislação societária, os acionistas detentores de ações preferenciais não estão contratualmente obrigados a absorver prejuízos, sendo esses prejuízos atribuídos exclusivamente aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Notas Explicativas

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 na Nota 27.

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2011.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PAMA	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT
Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social		
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social		

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração das Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Notas Explicativas

A Administração da controlada da Companhia BrT encontra-se, atualmente, avaliando a possibilidade de migrar os participantes do plano Fundador/Alternativo para o plano BrTPREV, bem como os eventuais impactos dessa migração nas provisões consignadas em suas demonstrações financeiras. A BrT estima que o referido processo de estudo e aprovação do assunto pelos órgãos de sua Administração ocorram até o encerramento do exercício de 2011.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	605.018	650.305
Plano PAMEC	3.422	3.001
Total	608.440	653.306
Circulante	62.630	77.941
Não circulante	545.810	575.365

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Plano TCSPREV	100.635	92.619
Total	100.635	92.619
Não circulante	100.635	92.619

Notas Explicativas

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 52.350 (31/12/2010 - R\$ 299.883), registrado na rubrica de “Obrigações sociais e trabalhistas”.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

Plano de outorga de opções de ações da TNL

A Companhia e suas controladas possuem planos de remuneração baseada em ações para os quais não houve movimentações significativas no período findo em 30 de setembro de 2011.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center*.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

Período de três meses findo em										
	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas	5.155.313	5.637.398	2.724.162	2.546.014	261.800	249.011	(1.201.744)	(1.086.617)	6.939.531	7.345.806
Custos dos serviços prestados	(3.476.022)	(3.915.505)	(1.623.416)	(1.253.848)	(163.136)	(133.361)	1.153.663	1.067.599	(4.108.911)	(4.235.115)
Interconexão	(1.510.168)	(1.501.347)	(592.115)	(557.127)	(3.359)		942.884	842.337	(1.162.758)	(1.216.137)
Depreciação e amortização	(751.371)	(1.181.074)	(498.357)	(257.899)	(28.320)	(1.937)			(1.278.048)	(1.440.910)
Serviço de manutenção de rede	(544.105)	(464.967)	(110.488)	(81.607)	(391)	(793)	18.449	16.273	(636.535)	(531.094)
Aluguéis e seguros	(371.975)	(332.530)	(167.001)	(155.028)	(11.123)	(20.020)	192.945	180.662	(357.154)	(326.916)
Custos de aparelhos e acessórios			(45.847)	(37.424)	(1.736)	(3.679)	66	29.444	(47.517)	(11.659)
Outros custos e despesas	(298.403)	(435.587)	(209.608)	(164.763)	(118.207)	(106.932)	(681)	(1.117)	(626.899)	(708.399)
Lucro bruto	1.679.291	1.721.893	1.100.746	1.292.166	98.664	115.650	(48.081)	(19.018)	2.830.620	3.110.691
Receitas (Despesas) operacionais										
Comercialização de serviços	(703.832)	(740.328)	(494.686)	(479.322)	(100.461)	(95.558)	129.600	103.059	(1.169.379)	(1.212.149)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(89.636)	(151.019)	(64.446)	(81.987)	(9.395)	(16.539)			(163.477)	(249.545)
Comissão de vendas	(120.618)	(81.607)	(230.333)	(206.844)	(16.767)	(13.673)	9.265	5.994	(358.453)	(296.130)
Call Center	(225.021)	(184.208)	(69.590)	(63.829)	(19.480)	(23.351)	97.456	83.097	(216.635)	(188.291)
Postagem e cobrança	(106.931)	(142.028)	(21.052)	(26.880)	(5.859)	(5.216)	386	964	(133.456)	(173.160)
Publicidade e propaganda	(38.338)	(64.054)	(66.523)	(65.148)	(9.125)	(10.567)	14.717	7.850	(99.269)	(131.919)
Outros serviços de terceiros	(40.434)	(38.111)	(20.754)	(12.954)	(3.087)	(1.209)	3.590	1.010	(60.685)	(51.264)
Outros custos e despesas	(82.854)	(79.301)	(21.988)	(21.680)	(36.748)	(25.003)	4.186	4.144	(137.404)	(121.840)
Gerais e administrativas	(538.556)	(352.347)	(166.577)	(147.810)	(49.766)	(51.429)	1.514	1.131	(753.385)	(550.455)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	313.273	(74.841)	11.868	45.157	(26.200)	6.368	(106.860)	(75.559)	192.081	(98.875)
Outras receitas operacionais	705.318	246.116	75.708	113.481	(604)	1.345	(55.945)	(13.395)	724.477	347.547
Outras despesas operacionais	(392.045)	(320.957)	(63.840)	(68.324)	(25.596)	5.023	(50.915)	(62.164)	(532.396)	(446.422)
Resultado financeiro	(897.285)	(578.353)	284.400	96.842	(3.352)	(33.240)	23.827	(9.613)	(592.410)	(524.364)
Receitas financeiras	572.841	395.492	412.525	213.347	115.803	29.843	(342.722)	(167.244)	758.447	471.438
Despesas financeiras	(1.470.126)	(973.845)	(128.125)	(116.505)	(119.155)	(63.083)	366.549	157.631	(1.350.857)	(995.802)
Resultado antes dos tributos	(147.109)	(23.976)	735.751	807.033	(81.115)	(58.209)			507.527	724.848
Provisão para IR/CSLL	52.142	20.863	(138.293)	(227.703)	4.834	19.904			(81.317)	(186.936)
Resultado líquido	(94.967)	(3.113)	597.458	579.330	(76.281)	(38.305)			426.210	537.912
Resultado atribuído ao controlador									285.087	422.593
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									141.123	115.319
Informações adicionais										
Serviços prestados	4.830.027	5.332.048	1.909.158	1.783.521	165.951	167.703			6.905.136	7.283.272
Vendas			34.396	62.534					34.396	62.534
Receita de clientes externos	4.830.027	5.332.048	1.943.554	1.846.055	165.951	167.703			6.939.532	7.345.806
Receita entre segmentos	325.286	305.350	780.609	699.959	95.849	81.308				
Receita Total	5.155.313	5.637.398	2.724.163	2.546.014	261.800	249.011				
Depreciações e amortizações	821.185	1.167.564	509.280	353.673	36.905	24.864			1.367.370	1.546.101
Acréscimos de imobilizado/intangível	818.797	334.960	145.782	195.742	114.412	69.287			1.078.991	599.989

Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em									
	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas	15.765.375	17.143.130	7.802.848	7.376.578	773.899	763.270	(3.392.792)	(3.101.400)	20.949.330	22.181.578
Custos dos serviços prestados	(10.542.583)	(11.410.014)	(4.373.812)	(3.828.867)	(439.355)	(433.297)	3.277.343	3.021.576	(12.078.407)	(12.650.602)
Interconexão	(4.403.760)	(4.579.391)	(1.720.663)	(1.618.770)	(12.020)		2.642.372	2.420.074	(3.494.071)	(3.778.087)
Depreciação e amortização	(2.782.863)	(3.420.341)	(1.166.620)	(866.984)	(37.318)	(18.199)			(3.986.801)	(4.305.524)
Serviço de manutenção de rede	(1.398.057)	(1.425.352)	(256.358)	(196.907)	(1.083)	(1.457)	56.354	48.335	(1.599.144)	(1.575.381)
Aluguéis e seguros	(1.090.272)	(938.948)	(470.324)	(475.986)	(34.491)	(51.420)	572.885	522.766	(1.022.202)	(943.588)
Custos de aparelhos e acessórios		(506)	(145.620)	(118.379)	(9.709)	(15.961)	7.007	29.460	(148.322)	(105.386)
Outros custos e despesas	(867.631)	(1.045.476)	(614.227)	(551.841)	(344.734)	(346.260)	(1.275)	941	(1.827.867)	(1.942.636)
Lucro bruto	5.222.792	5.733.116	3.429.036	3.547.711	334.544	329.973	(115.449)	(79.824)	8.870.923	9.530.976
Receitas (Despesas) operacionais										
Comercialização de serviços	(2.203.898)	(2.233.910)	(1.559.163)	(1.438.261)	(307.081)	(267.183)	352.232	324.445	(3.717.910)	(3.614.909)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(416.654)	(529.142)	(210.635)	(232.418)	(35.249)	(40.113)			(662.538)	(801.673)
Comissão de vendas	(304.924)	(262.749)	(710.363)	(621.337)	(49.499)	(34.771)	16.150	18.350	(1.048.636)	(900.507)
Call Center	(624.540)	(547.727)	(204.541)	(195.548)	(64.047)	(63.243)	275.613	256.260	(617.515)	(550.258)
Postagem e cobrança	(332.695)	(368.809)	(67.940)	(79.279)	(16.405)	(12.739)	1.563	3.423	(415.477)	(457.404)
Publicidade e propaganda	(160.292)	(172.801)	(237.843)	(195.949)	(31.209)	(27.652)	31.549	22.586	(397.795)	(373.816)
Outros serviços de terceiros	(121.696)	(103.713)	(49.765)	(38.895)	(12.404)	(18.295)	11.027	10.543	(172.838)	(150.360)
Outros custos e despesas	(243.097)	(248.969)	(78.076)	(74.835)	(98.268)	(70.370)	16.330	13.283	(403.111)	(380.891)
Gerais e administrativas	(1.569.027)	(1.285.471)	(493.260)	(440.954)	(149.917)	(155.791)	3.881	7.097	(2.208.323)	(1.875.119)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	4.796	(497.364)	(44.900)	80.610	20.960	4.218	(256.066)	(243.240)	(275.210)	(655.776)
Outras receitas operacionais	1.231.703	748.270	214.937	252.798	78.002	22.988	(130.084)	(126.041)	1.394.558	898.015
Outras despesas operacionais	(1.226.907)	(1.245.634)	(259.837)	(172.188)	(57.042)	(18.770)	(125.982)	(117.199)	(1.669.768)	(1.553.791)
Resultado financeiro	(2.760.100)	(1.809.839)	688.340	183.223	(24.360)	(22.793)	15.402	(8.478)	(2.080.718)	(1.657.887)
Receitas financeiras	1.260.427	1.195.559	1.115.451	509.211	238.727	104.995	(907.304)	(454.377)	1.707.301	1.355.388
Despesas financeiras	(4.020.527)	(3.005.398)	(427.111)	(325.988)	(263.087)	(127.788)	922.706	445.899	(3.788.019)	(3.013.275)
Resultado antes dos tributos	(1.305.437)	(93.468)	2.020.053	1.932.329	(125.854)	(111.576)			588.762	1.727.285
Provisão para IR/CSLL	564.528	283.584	(597.131)	(543.763)	(171.601)	(1.625)			(204.204)	(261.804)
Resultado líquido	(740.909)	190.116	1.422.922	1.388.566	(297.455)	(113.201)			384.558	1.465.481
Resultado atribuído ao controlador									313.250	1.299.233
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									71.308	166.248
Informações adicionais										
Serviços prestados	14.804.420	16.271.677	5.524.458	5.216.715	503.970	510.116			20.832.848	21.998.508
Vendas			116.482	183.070					116.482	183.070
Receita de clientes externos	14.804.420	16.271.677	5.640.940	5.399.785	503.970	510.116			20.949.330	22.181.578
Receita entre segmentos	960.955	871.453	2.161.908	1.976.793	269.929	253.154				
Receita Total	15.765.375	17.143.130	7.802.848	7.376.578	773.899	763.270				
Depreciações e amortizações	2.994.286	3.528.062	1.202.252	1.043.144	62.259	64.196			4.258.797	4.635.402
Acréscimos de imobilizado/intangível	2.232.235	837.177	697.979	495.862	129.687	82.278			3.059.901	1.415.317
Informações Patrimoniais	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativos	57.582.755	52.145.932	27.528.678	26.418.775	3.066.731	4.371.014	(10.481.464)	(7.798.338)	77.696.700	75.137.383

Notas Explicativas

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet , TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Períodos de três meses findos em					
	Internet		TV		Meios de pagamento	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita de clientes externos	112.454	117.777	52.952	46.078	4.499	6.736
Receitas financeiras	6.585	4.477	368	473	3.600	357
Despesas financeiras	(949)	(388)	(683)	(1.527)	(7.245)	(3.377)
Depreciação e amortização	(7.000)	(4.974)	(4.548)	(2.835)	(1.982)	(3.903)
Lucro (prejuízo) líquido	36.375	12.473	(35.112)	(23.687)	(69.342)	(32.167)

Outros segmentos	Períodos de nove meses findos em					
	Internet		TV		Meios de pagamento	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita de clientes externos	344.193	355.051	153.325	145.087	16.181	21.253
Receitas financeiras	17.376	14.350	1.341	718	11.588	1.944
Despesas financeiras	(3.414)	(1.898)	(1.652)	(6.383)	(23.372)	(10.960)
Depreciação e amortização	(17.629)	(14.654)	(13.219)	(8.273)	(7.257)	(11.786)
Lucro (prejuízo) líquido	51.995	77.727	(101.084)	(67.450)	(76.552)	(108.467)
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativos	1.113.975	639.819	466.679	311.492	250.441	274.898
Passivos	220.601	166.434	70.280	294.295	184.479	238.862

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de setembro de 2011 e 2010.

Telefonia fixa/dados	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Serviço local (ex - VC1)	2.743.446	3.159.503
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	873.220	1.000.679
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	911.140	1.069.254
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	245.021	299.375
Remuneração pelo uso da rede	344.722	364.297
Serviço de comunicação de dados	2.396.863	2.349.398
Telefones de uso público	53.165	92.780
Outros serviços	392.913	376.055
Receita bruta de serviços	7.960.490	8.711.341
Tributos sobre os serviços	(1.855.014)	(2.082.814)
Outras deduções	(950.163)	(991.129)
Receita de serviços	5.155.313	5.637.398

Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Telefonia fixa/dados		
Serviço local (ex - VC1)	8.610.237	9.633.212
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	2.650.640	3.011.095
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	2.907.145	3.365.467
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	759.889	943.553
Remuneração pelo uso da rede	1.071.746	1.051.078
Serviço de comunicação de dados	7.053.107	7.052.979
Telefones de uso público	256.096	410.907
Outros serviços	1.172.000	1.121.834
Receita bruta de serviços	24.480.860	26.590.125
Tributos sobre os serviços	(5.760.354)	(6.396.320)
Outras deduções	(2.955.131)	(3.050.675)
Receita de serviços	15.765.375	17.143.130

	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Telefonia móvel		
Serviço móvel	2.334.926	2.161.946
Remuneração pelo uso da rede	1.513.415	1.357.375
Venda de aparelhos e acessórios	34.397	62.534
Receita bruta de serviços	3.882.738	3.581.855
Tributos sobre os serviços	(675.494)	(639.032)
Outras deduções	(483.081)	(396.809)
Receita de serviços	2.724.163	2.546.014

	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Telefonia móvel		
Serviço móvel	6.626.124	6.204.809
Remuneração pelo uso da rede	4.253.712	3.945.949
Venda de aparelhos e acessórios	116.483	183.070
Receita bruta de serviços	10.996.319	10.333.828
Tributos sobre os serviços	(1.927.662)	(1.828.276)
Outras deduções	(1.265.809)	(1.128.974)
Receita de serviços	7.802.848	7.376.578

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Notas Explicativas

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Ativos não circulantes	
	Receitas de clientes externos		Receitas de clientes externos			
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010
No país sede da entidade	6.923.733	7.333.316	20.905.541	22.132.805	47.306.376	47.077.791
Em países estrangeiros	15.799	12.490	43.789	48.773	159.570	138.918
Total	6.939.532	7.345.806	20.949.330	22.181.578	47.465.946	47.216.709

(i) Exceto instrumentos financeiros, tributos diferidos e ativos relacionados aos fundos de pensão.

Notas Explicativas**28 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo				
Contas a receber				
Portugal Telecom			5.878	
Unitel			997	
TMAR		4.884		
Contax S.A			1.303	
		<u>4.884</u>	<u>8.178</u>	
Empréstimos com controladas				
TNL Trading	416	154		
TWAY	7.517			
Oi	<u>124.093</u>	<u>113.686</u>		
	<u>132.026</u>	<u>113.840</u>		
Dividendos e juros sobre capital próprio				
TMAR		<u>392.197</u>		
Demais ativos				
Aval				
TMAR	79.980	50.437		
Oi	8.075	4.663		
BrT	<u>5.260</u>			
	<u>93.315</u>	<u>55.100</u>		
	<u>225.341</u>	<u>566.021</u>	<u>8.178</u>	

Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita				
Receita dos serviços prestados				
Portugal Telecom			4.123	
Unitel			877	
Contax S.A			15.566	
			20.566	
Receitas financeiras				
TMAR	53.358	52.218		
Oi	14.832	3.513		
TNL Trading	25	11		
TNL PCS Participações		63		
BrT	31.889	3.819		
Way TV	119	4.504		
	100.223	64.128		
	100.223	64.128	20.566	

Notas Explicativas

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo	1.043	628	2.912	10.730
Remuneração com base em ações	117	189	1.173	1.894
	<u>1.160</u>	<u>817</u>	<u>4.085</u>	<u>12.624</u>

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo	3.747	2.000	20.446	28.747
Remuneração com base em ações	470	776	4.700	7.757
	<u>4.217</u>	<u>2.776</u>	<u>25.146</u>	<u>36.504</u>

(d) Serviços de “call center”

Em 30 de novembro de 2004, as controladas TMAR e Oi assinaram contrato com a Contax para a prestação de serviços de “call Center”. A Contax é uma prestadora de serviços de “call center” controlada, principalmente, pelos controladores da TMAR Part. O valor do contrato é de R\$ 550 milhões por ano, podendo haver ajustes com base nos serviços efetivamente prestados. A Contax oferece atualmente uma variedade de serviços para a TMAR e Oi, incluindo serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de setembro de 2011 o total das despesas consolidadas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 557.586 (30/09/2010 – R\$ 580.105).

(e) Investimento na Portugal Telecom

A Companhia possui ações da PT, as quais estão contabilizadas como ativos disponíveis para venda, conforme descrito na Nota 3 (a).

(f) Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da 5ª emissão da BrT. A Companhia registrou no período findo em 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2011, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$ 40.660 (30/09/2010 – R\$ 47.211).

Além das garantias em empréstimos bancários, a Companhia concedeu garantias em processos judiciais da TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a Companhia recebe da TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2011, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 17.957 (30/09/2010 – R\$ 4.992).

29 SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 30 de setembro de 2011:

Modalidade de seguro	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2011</u>
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Incêndio – estoques	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	148.352
Garantia de concessão – TMAR	64.971
Garantia de concessão - BrT	40.443
Roubo - estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000
(*) conforme cotação do câmbio do dia 30 de setembro de 2011 (ptax) - US\$ 1,8544	

Notas Explicativas

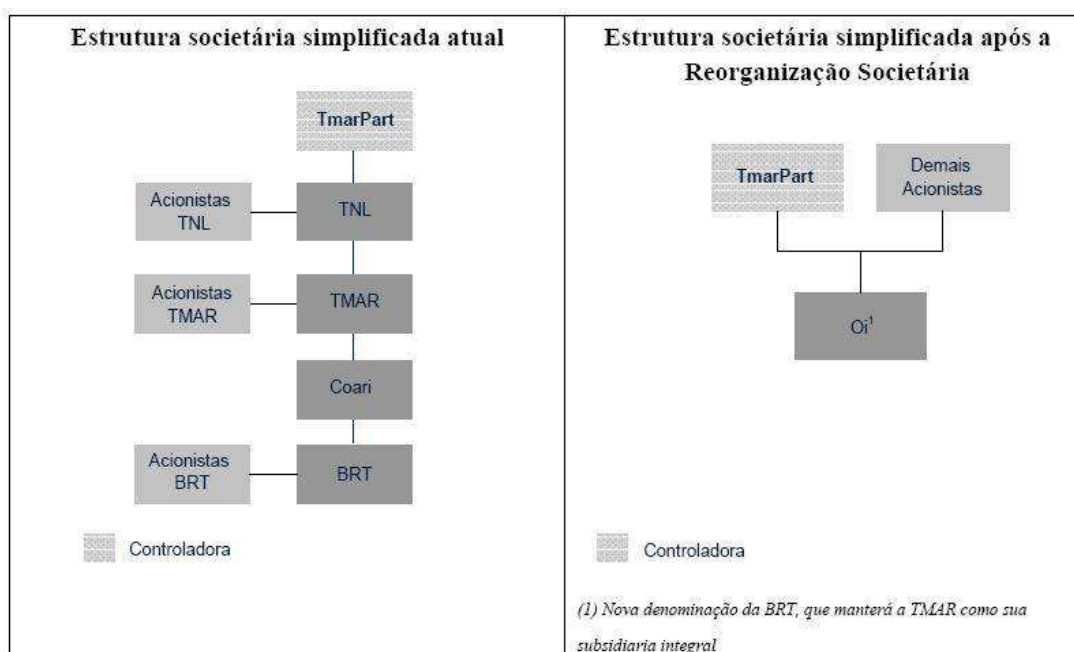
30 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Reorganização Societária – Oi S.A.

Em 24 de maio de 2011, a Companhia divulgou Fato Relevante no qual comunicou aos seus acionistas que foi orientado pela TMAR Part. aos seus administradores a conduzirem estudos e adotarem procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das empresas Grupo Oi envolvendo as seguintes empresas: TNL, TMAR, Coari e BrT.

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela TMAR Part. é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A TMAR Part. e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Notas Explicativas

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em 3 companhias abertas e 7 diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BRT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011, a TNL, a TMAR e a BRT constituíram comitês especiais independentes. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração de TNL, TMAR e BRT aprovaram as relações de troca recomendadas pelos seus respectivos Comitês Especiais Independentes, a saber:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Em 26 de agosto de 2011, o Conselho de Administração de TNL, TMAR, Coari e BrT aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BRT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

Notas Explicativas

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as assembleias gerais da BRT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados do dia 24 de maio de 2011. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela Administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Companhia procedeu aos seguintes registros: (i) na controlada BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$ 1.501.984 e (ii) na Companhia, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da provável extinção da TNL, por incorporação na controlada BrT, no montante de R\$ 178.807.

b) Revisão dos Contratos de Concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada indireta BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (Plano Nacional de Banda Larga – PNBL).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Notas Explicativas

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Companhia e sua controlada indireta BrT se comprometem com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Companhia e sua controlada indireta BrT firmaram voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(c) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a Companhia celebrou contrato com a FIFA - “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a Companhia tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2011

01765-5 – TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.134/0001-58
---	---------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo**

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta Paggo Acquirer alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir:

Paggo Soluções

Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)
Preço de venda liquidado em caixa	47.000
Caixa alienado da Paggo Soluções	(17)
Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado	46.983

(b) Outras informações

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(1.005.223)	(1.302.871)
Ações bonificadas a resgatar	761.763	
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	263.521	296.905

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta Paggo Acquirer alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir:

Paggo Soluções

Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)
Preço de venda liquidado em caixa	47.000
Caixa alienado da Paggo Soluções	(17)
Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado	46.983

(b) Outras informações

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(1.005.223)	(1.302.871)
Ações bonificadas a resgatar	761.763	
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	263.521	296.905

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Tele Norte Leste Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tele Norte Leste Participações S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação na informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marco Antônio Brandão Simurro
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº RJ 052.000/O-0